Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Seminário do GLOBO discute legado da Rio+20. Gustavo Pellizzon e Givaldo Barbosa – O Globo. 01/07/2012 7

PAP 2012/2013. Site do MAPA. 02/07/2012 8

Produtor tem mais recurso para segurar lavoura – Site do MAPA. 03/07/2012 9

Governo amplia apoio à armazenagem e à irrigação. Site do MAPA. 03/07/2012 10

Conab premiará vídeos sobre PAA e PGPM-Bio – Site da CONAB. 03/07/2012 11

As desvantagens do preço das commodities – O Estado de São Paulo. 03/07/2012 11

Projeto implanta unidades piloto em 10 municípios. Site do Mapa. 03/07/2012 12

Dois bons programas: compras e agricultura. Antonio Delfim Netto – Valor Econômico. 03/07/2012 13

Campo terá crédito mais barato, depois de safra ruim – Valor Econômico. 03/07/2012 15

Transformações. Benjamin Steinbruch – Folha de São Paulo, Mercado. 03/07/2012 16

Ministro apoia investimentos para a África – Site do MAPA. 04/07/2012 18

Câmara aprova MP que abre crédito para combate à seca no Nordeste – Valor Econômico. 04/07/2012 18

Mais armazéns em novas fronteiras da agricultura. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/07/2012 19

Pepe Vargas anuncia criação de GT para tratar de assistência técnica e extensão rural – Site do MDA. 04/07/2012 20

Demanda maior de emergentes impulsiona margens agrícolas. Antonio Carlos Ortiz – Folha de São Paulo, Mercado. 04/07/212 21

Servidores fazem ato unificado pelo fortalecimento de órgãos agrários – Site do MST. 05/07/2012 22

Bunge investe US$ 350 mi em moinhos. Daniele Madureira – Valor Econômico, Capa. 05/07/2012 23

Bunge investe US$ 350 mi em moinhos. Daniele Madureira – Valor Econômico. 05/07/2012 24

PNDTR entrega mais de 49 mil documentos no primeiro semestre deste ano – Site do MDA. 05/07/2012 26

FGV projeta novo agronegócio na África. Agnaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2012 27

Novo fundo de US$ 2 bi visa aportes na África – Valor Econômico. 05/07/2012 28

MDA atinge meta do PAC2 com entrega de 1.275 máquinas no primeiro semestre – Site do MDA. 06/07/2012 29

Feira mostram que outro mundo é possível. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 06/07/2012 32

ONU propõe taxação global contra a pobreza. Assis Moreira – Valor Econômico. 06/07/2102 33
Uma nova política agrícola. Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 07/07/2012 33
Plano Safra 2012-2013 investe meio bilhão de reais em serviços de Ater – Site do MDA. 09/07/2012 35
MDA realiza videoconferência com entidades de Ater – Site do MDA. 09/07/2012 37
Draco investiga ameaças feitas a pescadores. Emanuel Alencar – O Globo. 09/07/2012 38
Em seis meses, empreendimentos da Rede Brasil Rural reúnem 200 mil agricultores rurais – Site do MDA. 10/07/2012 40
Mapa lança Comitê Estratégico do Agronegócio. Site do MAPA. 10/07/2012 42
O custo de um país sem Seguro Rural. Antonio Buainain e Pedro Loyola – O Estado de São Paulo. 10/07/2012 43
Ministro acolhe propostas de representantes da ANA – Site do MDA. 11/07/2012 44
Ministério recebe propostas do setor cooperativista – Site do MAPA. 11/07/2012 45
Preços revigoram produção de soja. Fernando Lopes, Gerson Freitas Jr., Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/07/2012 45
Boas perspectivas para a soja em 2012/13. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Fernanda Pressinott e Gerson Freitas Jr – Valor Econômico. 11/07/2012 46
Brasil é destaque em trabalho da OCDE sobre produtividade. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/07/2012 48
Subsídios em países desenvolvidos seguem elevados – Valor Econômico. 11/07/2012 50
MDS e Rio Grande do Sul firmam parcerias para fortalecer a agricultura familiar. Adriana Scorza – Site do MDS. 12/07/2012 51
Disputa se acirra na capital do pré-sal. Fernanda Pires – Valor Econômico. 12/07/2012 52
Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural começa a ser desenvolvido – Site do MAPA. 13/07/2012 56
Brasil Sem Miséria beneficia 129 mil famílias no campo no primeiro semestre – Site do MDA. 13/07/2012 56
Economia Solidária recebe aporte de R$ 24 milhões. André Luiz Gomes – Site do MDS. 13/07/2012 58
Paraguaios vislumbram colheita recorde de soja. Mariana Caetano – Valor Econômico. 13/07/2012 58
Aumenta o uso de fertilizantes em pastagens no país. Carine Ferreira – Valor Econômico. 13/07/2012 59
Commodities ficam entre risco da crise e do clima. Geraldo Barros – Folha de São Paulo. 14/07/2012 60
Savana é bacana. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 14/07/2012 61
Encontros aceleram formulação do Plano Nacional de Cooperativismo Solidário – Site do MDA. 16/07/2012 63
Distribuição na merenda escolar pode atenuar crise – O Estado de São Paulo. 16/07/2012 64

Governo Federal desrespeita os direitos dos atingidos por barragens – Site da CPT. 16/07/2012 65
Soja RR gera guerra judicial de Monsanto e DuPont nos EUA. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/07/2012 67
Instituído Comitê Estratégico do Agronegócio. Mônica Bidese – Site do MAPA. 17/07/2012 68
Oficina definirá rumos do Pronatec Campo – Site do MDA. 18/07/2012 68
Commodity tem menor participação na balança. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 18/07/2012 69
Em seis meses, delegações de 43 países conhecem programas sociais. Neila Baldi – Site do MDS. 18/07/2012 70
Contrato com a Vale vai tirar Hidrovias do Brasil do papel. Fábio Pupo e Beatriz Cutait – Valor Econômico. 18/07/2012 71
Cinco ministros e a porta voz do Agro – Site da CNA. 18/07/2012 72
Governo anuncia PAC de R$ 7 bi para cidades médias. Kelly Matos e Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 19/07/2012 73
"Viver bem no Semiárido" – Site da CNA. 19/07/2012 74
Cargill expande ciclo de investimentos no Brasil. Fernando Lopes – Valor Econômico. 19/07/2012 75
Sistema CNA/ SENAR reforça parceria com o Sebrae – Site da CNA. 20/07/2012 77
Campanha publicitária divulga o Plano Agrícola 2012/2013. Gabriela Caldas – Site do MAPA. 20/07/2012 78
MDA discute proposta de entidade nacional de Ater – Site do MDA. 20/07/2012 78
Bolsa família é destaque em evento do Banco Mundial. Neila Baldi – Site do MDS. 20/07/2012 80
Ministério lança Comitê Estratégico do Agronegócio. Vera Stumm – Site do MAPA. 20/07/2012 81
Mais chuva, mais seca, muito mais preocupação. Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Opinião. 20/07/2012 81
Nunca fomos tão felizes. Fernando Gabeira – O Estado de São Paulo, Opinião. 20/07/2012 83
Petrobrás fecha acordos de US$ 4,5 bi no pré-sal. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo, Economia. 20/07/2012 85
Plano quinquenal chinês estimula o consumo de alimentos. Marcos Fava Neves – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012 86
Segurança jurídica, um bem comum. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012 87
País inicia produção de animais transgênicos. Herton Escobar – O Estado de São Paulo. 22/07/2012 88
Um prêmio à pioneira da agroecologia. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo. 22/07/2012 90

Soja salva balança comercial brasileira. Raquel Landim – O Estado de São Paulo, 22/07/2012 92

Presidente da CNA se reúne, no Palácio do Planalto, com a presidente Dilma Rousseff para discutir questões relacionadas ao agronegócio – Site da CNA. 23/07/2012 94

Mapa lança publicação com projeções do agronegócio. Gabriela Caldas – Site do MAPA. 23/07/2012 94

Conab conta presença em reuniões de comitê de combate à seca. Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 23/07/2012 95

Alianças inéditas. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 23/07/2012 95

Encontro debate sindicalismo rural brasileiro e a crise mundial. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 24/07/2012 97

Conab/ SP participa do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) – Site da CONAB. 24/07/2012 99

Seguro rural ainda esbarra em volume escasso de recursos. Fernando Lopes – Valor Econômico. 24/07/2012 99

Qual o papel do Estado? Kemal Dervis – Valor Econômico. 24/07/2012 100

Proposta de lei facilita o uso científico da biodiversidade. Sabine Riguetti – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 25/07/2012 103

Seca nos EUA estimula exportações de milho. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 25/07/2012 104

Arysta retoma a aposta em herbicidas seletivos. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/07/2012 105

"Vamos dar demonstração de unidade dos movimentos ao governo", diz Zé Batista. José Coutinho Júnior - Site do MST. 26/07/2012 106

Vale aposta na jazida de Carajás para garantir liderança mundial. Vera Saavedra Durão, Rafael Rosas e Marta Nogueira – Valor Econômico. 27/07/2012 109

Programa estimula setor de madeira tratada - Janice Kiss – Valor Econômico. 27/07/2012 110

CNA prevê colheita recorde de soja no Brasil - Fernando Lopes – Valor Econômico. 27/07/2012 111

Commodities esperam alta – O Estado de São Paulo, Editorial. 28/07/2012 112

A trajetória do agricultor que virou o rei da mandioca. Elenilce Bottari – O Globo. 29/07/2012 113

MDA fortalece políticas públicas para jovens rurais no Plano Safra 2012/2013 – Site do MDA. 30/07/2012 115

SPA promove Fórum para discutir a agricultura brasileira. Mônica Bidese – Site do MAPA. 30/07/2012 117

Índios apostam na produção de alimentos em projeto da Embrapa – Site do MAPA. 30/07/2012 118

Contag e Feraesp divulgam nota esclarecendo matéria sobre compromisso nacional – Site da Contag. 30/07/2012 119

Brasil Carinhoso chega a mais 57 mil famílias em julho. Roseli Garcia – Site do MDS. 30/07/2012 121

Espanhola Agritecno desembarca no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 31/07/2012 123

MDA debate extensão rural com representantes de trabalhadores de Ater – Site do MDA. 31/07/2012 124

Não haverá retrocesso na lei trabalhista no setor rural, garante Brizola Neto. Igor Felippe Santos – Site do MST. 31/07/2012 124

Ana Primavesi recebe principal prêmio internacional da agricultura orgânica – Site do MST (Terra de Direitos). 31/07/2012 125

Seminário do GLOBO discute legado da Rio+20. Gustavo Pellizzon e Givaldo Barbosa – O Globo. 01/07/2012

Especialistas dizem que conferência da ONU criou frentes de trabalho e oportunidades para o desenvolvimento da cidade

Afinal, qual será a herança da Rio+20? Como o Rio e a economia verde podem se beneficiar dos resultados da conferência das Nações Unidas? Para debater estas questões, o GLOBO promove um seminário sobre o legado do evento na próxima terça-feira, dia 3, no Rio. Para especialistas, a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável criou importantes frentes de trabalho e discussões, além de uma série de medidas práticas, que podem fazer com que a herança da Rio+20 entre para a história.

O seminário "O legado da Rio+20 para a economia verde e o desenvolvimento do Rio", que terá o patrocínio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), vai reunir especialistas e os principais atores da Rio+20 justamente dez dias após ao fim oficial do evento. Estarão no Teatro Tom Jobim, no Jardim Botânico, Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente; Branca Americano, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS); Glauco Arbix, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Sergio Besserman, economista e ambientalista, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; e Monica Messemberg, diretora da CNI.

> - A verdadeira herança da Rio+20 será introduzida na história à medida que ocorra uma transformação efetiva e que se consolidem os debates que tivemos. Somente na esfera do documento oficial foram criados compromissos até 2015, ou seja, teremos três anos e meio para definir os objetivos e metas do desenvolvimento sustentável e para fazer um novo acordo global sobre mudanças climáticas - disse Sergio Besserman.

Conferência gerou fundo de R$ 2 bi para pesquisas

O economista e ambientalista acredita ainda que a cidade do Rio mostrou seu valor e tem desafios importantes pela frente, sobretudo na coleta seletiva de lixo, na ampliação do saneamento, na redução da poluição do ar e no crescimento do transporte coletivo com combustíveis limpos.

> - A participação social na Rio+20 é o principal legado até o momento e pode nortear as ações nos próximos anos - afirmou Besserman, que concorda com a avaliação da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de encerramento da Rio+20, quando ela disse que o Rio celebrou a conferência mais participativa da história da ONU, com mais de mil eventos paralelos.

Branca Americano lembra que, se considerado apenas o documento final aprovado, visto como fraco e pouco audacioso por muitos, é possível perceber uma série de medidas a serem tomadas:

> -O documento nos cria frentes de trabalho importantíssimas, como a criação de normas para a proteção dos oceanos. O trabalho se intensifica agora, e temos o texto-base das discussões. A Rio+20 terminou com um documento, não é como a conferência sobre aquecimento global de Copenhague que acabou sem acordo - disse.

Rio terá ExpoBrasil Sustentável em 2014 e 2016

Glauco Arbix, da Finep, disse que resultados concretos da Rio+20 foram esquecidos no meio de tantas atividades:

> - O governo decidiu criar um fundo de R$ 2 bilhões para financiar a inovação sustentável. Isso não é pouco, teremos inclusive recursos sem retorno da União e tudo isso dentro de um programa, que facilita o desenvolvimento - disse.

Arbix lembra ainda que o Ministério da Ciência e Tecnologia já definiu que o Rio receberá a ExpoBrasil sustentável em 2014 e 2016, legado direto da Rio+20. A exposição será maior do que a promovida pela Finep na zona portuária durante a conferência, e terá o caráter de vitrine de inovações e poderá, inclusive, trazer experiências de empresas de outros países, criando um ambiente propicio à pesquisa e a negócios sustentáveis.

Legado será maior que o da Rio 92

Monica Messemberg, diretora da CNI, acredita que a história vai "redimir" a Rio+20:

> - A leitura da Rio+20 no futuro será bem mais auspiciosa do que a que está ocorrendo agora. Acredito que seu legado será mais relevante do que o da Rio 92, pois a sociedade, as cidades e as empresas estão se mobilizando.

PAP 2012/2013. Site do MAPA. 02/07/2012

Mendes Ribeiro Filho destaca regionalização para safra deste ano

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho destacou a expansão no volume de crédito e a regionalização do Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, nesta segunda-feira, 2 de julho, durante a abertura oficial da 9ª Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite (Megaleite). O evento acontece até o dia 8 de julho, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, Minas Gerais.

Mendes Ribeiro Filho enfatizou o aumento histórico dos recursos voltados ao setor para R$ 115,25 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, que representa 7,5% a mais do que o plano anterior, ressaltando ainda uma política agrícola diferenciada que beneficia

ações regionais. “O plano foi concebido com base na regionalização das políticas de apoio ao produtor, voltadas às realidades locais. Os investimentos também focam áreas estratégicas como armazenagem, irrigação, correção e conservação de solos, equipamentos agrícolas e no Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)”, afirmou.

Ainda de acordo com o ministro, o setor da pecuária de leite terá as linhas de financiamentos para aquisição de matrizes e reprodutores renovadas e a taxa de juros reduzida dos atuais 6,75% para 5,5%. O limite de crédito para o setor também foi elevado de R$ 650 mil para R$ 750 mil por produtor, assim como o limite de comercialização às agroindústrias e processadoras de leite passou de R$ 40 milhões para R$ 50 milhões, coma a ampliação do prazo para 240 dias.

A feira é um dos principais eventos de bovinos leiteiros do país e proporciona ao visitante a oportunidade de conhecer um pouco mais a respeito do agronegócio do leite. Além disso, o grande número de criadores participantes permite a troca de experiências e informações, o que contribui para o aumento da qualidade e o desenvolvimento do mercado leiteiro no país.

Produtor tem mais recurso para segurar lavoura – Site do MAPA. 03/07/2012

Medida incentiva o agricultor e mantém o País entre os líderes na produção de alimentos

Com o início do plantio da safra 2012/13, os agricultores precisam assegurar suas lavouras e protegê-las de eventuais oscilações climáticas no período, como estiagem, chuva em excesso ou geadas intensas. Para dar essa segurança ao produtor, o Governo ampliou os investimentos do Seguro Rural. A nova safra terá aporte previsto de R$ 400 milhões para a concessão da subvenção. O valor é 57% superior ao da safra passada e tem expectativa de atingir oito milhões de hectares, segurar aproximadamente R$ 11 bilhões, por meio da contratação de mais de 90 mil apólices.

O limite máximo de subvenção federal que cada beneficiário pode receber é de R$ 192 mil, sendo R$ 96 mil na modalidade agrícola e R$ 32 mil para cada uma das demais modalidades: pecuária, floresta e aquícola. A outra novidade importante do Plano Agrícola e Pecuário 2012/13 foi o avanço no seguro, por meio do Proagro, feito pelo produtor para garantir o pagamento dos empréstimos que ele tomou no banco para financiar a safra. Para os médios produtores, o Governo dobrou o valor de cobertura e com isso será possível assegurar até R$ 300 mil por safra. Isso significa uma elevação do valor segurado pelo Governo, considerando o Seguro Rural e o Proagro, de R$ 9 bilhões para R$ 16 bilhões.

“Estamos dando garantia nunca antes dada aos produtores desse País para que possam produzir. Essa segurança incentivará ainda mais a agricultura porque dará tranquilidade

ao homem do campo", salientou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

Governo amplia apoio à armazenagem e à irrigação. Site do MAPA. 03/07/2012

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, lançado dia 28 de junho pelo Governo Federal, aprimora os instrumentos de apoio financeiro à implantação de sistemas de irrigação e ao fortalecimento da rede de armazenagem da produção rural. Além disso, incentiva a construção, manutenção e adequação de armazéns na fazenda por meio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra).

"Essas medidas vêm ao encontro das políticas de apoio ao produtor com foco nas realidades locais, priorizando investimentos em armazenagem e irrigação, além da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. O plano segue a política econômica do Governo, priorizando o aumento de recursos e a diminuição dos juros", disse o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

Por meio do Moderinfra, são disponibilizados recursos de R$ 500 milhões, destinado ao financiamento de investimentos na manutenção e ampliação da área irrigada e da capacidade de armazenamento nas propriedades rurais. É permitido também o financiamento de unidades armazenadoras localizadas em áreas urbanas, sendo que a capacidade de armazenagem deve ser proporcional à produção agropecuária do beneficiário.

Outra vantagem que os beneficiários do programa passam a ter é a possibilidade de obterem financiamentos para a modernização ou reforma de sistemas de irrigação e armazenamento, e para a modernização ou reforma de instalações destinadas à guarda de máquinas e implementos agrícolas. Nesse sentido, o programa reforça o estímulo à pomicultura, por meio de financiamento, que passa a contar com limites de até R$ 2,6 milhões, para aquisição e instalação de telas para proteção de pomares contra granizo.

As normas de enquadramento das ações desenvolvidas no âmbito do Prodecoop foram alteradas de modo a reiterar a abrangência de todos os setores cooperativos de produção. O programa conta com recursos de R$ 2 bilhões para apoio financeiro à produção, beneficiamento, industrialização e armazenagem de produtos agropecuários e às ações de adequação sanitária e de recuperação de solos. O limite de financiamento passa de R$ 60 milhões para R$ 100 milhões.

Conab premiará vídeos sobre PAA e PGPM-Bio – Site da CONAB. 03/07/2012

Beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) têm até o final de setembro para registrar em vídeo suas experiências e concorrer a um prêmio de 5 mil reais.

As inscrições para o concurso de vídeos "PAA na Tela" foram prorrogadas até as 22h do dia 28/09/2012 (horário de Brasília).

O concurso, lançado em maio pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) premiará os 20 melhores filmes que retratarem como o PAA e a PGPM-Bio mudaram o dia a dia de associações, cooperativas e entidades. Cada um dos 20 vídeos selecionados receberá um prêmio no valor de 5 mil reais.

Poderão concorrer ao prêmio vídeos gravados em formato de tecnologia digital em qualquer tipo de aparelho de filmagem, inclusive celular, com duração máxima de cinco minutos e mínima de três minutos. Os vídeos serão avaliados e pontuados de acordo com os critérios de criatividade e originalidade, clareza da mensagem, espontaneidade nos depoimentos, inspiração e impressão geral e execução técnica (câmera, som, iluminação, edição).

Para concorrer, o vídeo deverá ser postado na plataforma YouTube© e o link gerado deverá ser informado no formulário (www.conab.gov.br/premiodevideospaa). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas na página da Companhia na Internet, onde também está disponível o regulamento do concurso, com todos os detalhes para os participantes, em *Produtos e Serviços/ Agricultura Familiar*.

Maiores informações também podem ser obtidas pelo telefone (61) 3312-6346 ou nas superintendências regionais de cada estado. (*Comunicação Social/ Conab)*

As desvantagens do preço das commodities – O Estado de São Paulo. 03/07/2012

Costuma-se dizer que pouco importa a origem das receitas de exportação. As que são obtidas com a venda de commodities são tão boas quanto as que vêm de produtos manufaturados. A realidade é totalmente diferente. A exportação de manufaturados aufere um valor adicionado muito maior que a de commodities e dá maior contribuição ao crescimento do Produto Interno Bruto. Não se pode menosprezar também a relativa estabilidade de preços dos manufaturados que, ao incluírem uma inovação, criam um "plus" importante já na saída da fábrica. E, de um modo geral, quem fixa os preços dos bens manufaturados é o produtor.

A situação é totalmente diferente quando se trata de commodities, cujos preços são fixados nas Bolsas de Mercadorias no exterior, levando em conta os movimentos de demanda e oferta internacionais, e são sempre influenciados por problemas políticos

cuja característica é de potencializá-los. Não é o preço à vista que dita a venda, mas quase sempre o do mercado futuro, que dificilmente pode ser estimado na véspera do fechamento do contrato devenda. Daí que essa grande flutuação de preços torna muito difícil contar, antecipadamente, coma receita a ser obtida.

Podemos ainda avaliar todos os aspectos negativos de ter uma política com base nas exportações de commodities, lembrando que seus preços externos afetam também os praticados no mercado interno. Não esquecendo que a grande volatilidade dos preços das commodities afeta diretamente as receitas de exportação que podem cair rapidamente de um modo inesperado.

Não é apenas para o comércio exterior do País que essas flutuações nos preços das commodities são muito inconvenientes, mas também para as receitas fiscais dos Estados produtores que podem ser afetadas por perdas substanciais e repentinas.

O Estado de Minas Gerais é um exemplo atual das perdas que se pode ter com a exportação de commodities: de janeiro a maio, 41,6% das suas exportações foram de minério de ferro; 12,6%, de café; 6,2%, de ferro-ligas; 5,6%, de ouro; com 30% de suas exportações indo para a China – o que causou forte recuo nas suasreceitas.

A solução para neutralizar os efeitos das flutuações dos preços das commodities, para cima ou para baixo, seria constituir um fundo de reserva no período de altas para dispor de recursos no de baixas. Sem isso,o risco é ter de cortar fortemente os gastos previstos.

Projeto implanta unidades piloto em 10 municípios. Site do Mapa. 03/07/2012

Iniciativa tem como estratégia a transferência de tecnologias para apoio ao Plano "Brasil sem Miséria"

O projeto Alimentos Biofortificados: Preparando o Caminho para Levar mais Saúde à Mesa do Brasileiro, liderado em rede nacional pela Embrapa Meio-Norte, está avançando no Piauí. Escolas agrotécnicas e família-agrícola de dez municípios do estad, já implantaram unidades piloto de transferência de tecnologias com batata-doce e macaxeira ricas em ferro, zinco e betacaroteno.

A segunda fase das unidades piloto, segundo o líder do projeto, Marcos Jacob Almeida, é avançar com o cultivo de feijão-caupi, arroz e milho. Os municípios beneficiados com as ações são: Simplício Mendes, José de Freitas, São Miguel do Tapuio, Regeneração, União, São Pedro, Cristino Castro, Pedro II e Teresina.

Nesses municípios e na capital, os alunos, com o aprendizado, já estão participando de estágios em áreas de produtores conduzindo Unidades de Validação de Sistemas (UVS). A terceira etapa é a implantação de 90 unidades de validação das culturas nas áreas de produção dos pais dos alunos, integrando escola-família e consolidando a estruturação do projeto.

A iniciativa tem como linha temática Estratégias de Comunicação e Transferência de Tecnologias para Apoio ao Plano “Brasil sem Miséria”.

Além das parcerias com o Governo do Piauí, prefeituras, escolas família-agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Banco do Nordeste e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), as ações estão sendo conduzidas pelas unidades Embrapa Meio-Norte (PI), Embrapa Milho e Sorgo (MG), Embrapa Agroindústria de Alimentos (RJ), Embrapa Arroz e Feijão (GO), Embrapa Hortaliças (DF) e Embrapa Produtos e Mercado (DF).

Dois bons programas: compras e agricultura. Antonio Delfim Netto – Valor Econômico. 03/07/2012

A situação social e econômica do mundo é preocupante. A eurolândia, os 17 países (25% do PIB mundial) que adotaram o euro, fixando de maneira irrecorrível o valor das suas moedas nacionais, encontra-se num lamentável nevoeiro, que parece dar sinais de começar a dissipar-se.

Por outro lado, os EUA (20% do PIB mundial) vão se recuperando mais lentamente do que se esperava, mas - com inovação e crédito - estão mudando com rapidez a sua estrutura produtiva: 1) no que diz respeito ao custo da energia com o "shale gas"; 2) executando uma cuidadosa política industrial, que leva em conta a fragmentação dos processos produtivos, estimula a produção de energia renovável e abre espaço para as indústrias química e eletrônica; e 3) facilitando a mobilidade de trabalhadores para baixar os salários horários. Os resultados disso já são visíveis e refletem-se no fato que muitos investimentos para ampliação da capacidade, com nova tecnologia, voltam a instalar-se nos EUA (GE, Caterpillar e outras).

A China e os países asiáticos (31% do PIB mundial) têm os seus problemas, mas nada indica que, incluindo o Japão, crescerão menos do que 5% (a China talvez perto de 7,5%, a Índia 6% e o Japão um pouco mais de 2%). A América Latina (6% do PIB mundial) vai crescer 3%, um pouco mais do que o Brasil (em torno de 2%), com destaque para a Colômbia e Peru.

Governo está atento à grave concentração da produção agrícola

Do ponto de vista da taxa de inflação, com exceção da Argentina e da Venezuela, que devem andar às voltas de 25%, os demais países estão relativamente bem comportados, todos abaixo de 6%. No Brasil, espera-se menos do que 5%.

Olhado o mundo desse ponto de vista, poderíamos concluir que a situação não é tão dramática. O problema é que o diabo está nos detalhes. Como disse Merkel, "todos sabemos o que fazer. O que não sabemos é como ganhar as eleições, para fazê-lo". Na situação instável em que se encontra a eurolândia, uma crise bancária a liquidaria e, provavelmente, imporia ao mundo uma recessão equivalente à de 1929. Isso agora

parece provisoriamente afastado com o uso do mecanismo de estabilização financeira para recapitalizar os bancos, o que será um grande alívio no curto prazo.

É preciso prosseguir na integração política, fiscal e monetária. O que se discute é a ordem em que ela será feita. A despeito dos problemas e das dificuldades que delas emergirão, parece claro que a tarefa para dar tranquilidade à eurolândia e ao mundo, o fundamental, é criar uma verdadeira união monetária e entregar a garantia de estabilidade do sistema financeiro ao Banco Central Europeu, dando-lhe, simultaneamente, o papel de emprestador de última instância, com capacidade de emitir um título de responsabilidade solidária da própria eurolândia.

Qual deve ser o comportamento do Brasil nesse teatro ameaçador? Devemos: 1) por as "barbas de molho" e prosseguir na tarefa de manter hígido nosso sistema financeiro e garantir a sua estabilidade e liquidez; e 2) utilizar nosso mercado interno para a sustentação do crescimento possível diante da eventual tempestade.

É isso que está fazendo o governo com a série de medidas que vem tomando, mas que parecem fazer pouco sentido para alguns analistas, que insistem em ignorar os problemas de governança quando, como hoje, a política pretere a economia.

Na semana passada, tivemos dois eventos importantes que confirmam aquela orientação. O direcionamento das compras governamentais, que talvez tenha pouco efeito em si mesmo, mas indica o caminho a ser perseguido, e a aprovação de uma bem estruturada política agrícola e pecuária, ações fundamentais para acelerar o PIB e ajudar no controle da inflação.

Estabeleceu-se um volume de crédito de R$ 87 bilhões para comercialização e custeio (com limite ampliado em 23% para cada produtor) e R$ 28 bilhões para investimento, cujos juros baixaram de 6,75% para 5%. Um aumento de 7,5% sobre a safra 2011/2012, que sofreu grandes problemas com a variação do clima. Há alguns aspectos importantes, que mostram um novo enfoque do ilustre ministro Mendes Ribeiro: um aumento de 34% dos recursos do programa nacional de apoio ao médio produtor rural, cujos juros caíram de 6,25% para 5%.

Chamamos a atenção às palavras da presidente Dilma na cerimônia: "O médio produtor rural não pode continuar espremido entre as políticas para os grandes produtores e para os agricultores familiares", o que revela que o governo está antenado com a grave concentração da produção na área agrícola.

De fato, um magnífico trabalho produzido por seis pesquisadores da Embrapa ("Um Modelo de Produção para a Agricultura Brasileira e a Importância da Pesquisa da Embrapa", 2012), com base no Censo Agropecuário de 2006, mostrou que, dos 4,4 milhões de estabelecimentos existentes naquele ano, apenas 27 mil (0,62% do total) produziram 51% da renda bruta; 473 mil (10,74%) produziram 35% e os restantes 3,9 milhões (89%) produziram apenas 13,3% da renda bruta!

O fato marcante é que a intensidade do uso de nova tecnologia é a principal explicação para aquelas diferenças. Ela é utilizada apenas por uma minoria. Isso mostra que a velha e abandonada extensão rural deveria merecer mais prioridade, mais atenção e mais recursos por seu dramático efeito sobre a renda bruta da agricultura.

Campo terá crédito mais barato, depois de safra ruim – Valor Econômico. 03/07/2012

O governo anunciou com alarido o plano de financiamento da nova safra agrícola, que começou oficialmente no fim de semana. "É o maior e o melhor da história", disse o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, até então com uma tímida atuação à frente da pasta. "Esse Plano Agrícola e Pecuário, com crédito rural, preço mínimo e seguro agrícola, vai contribuir para que o Brasil contabilize a maior safra já produzida", disse o ministro. O Brasil poderá colher até 170 milhões de toneladas de grãos nesta temporada, prevê o ministro.

Nem todos compartilham esse entusiasmo. Para começar, o financiamento pouco cresceu. O volume de recursos alocado para esta safra é de R$ 115,2 bilhões, com um aumento nominal de 7,5% em comparação com os R$ 107 bilhões da temporada anterior, pequeno considerando-se que a inflação foi de 6,5% no ano passado. O financiamento ao custeio, que beneficia a compra de fertilizantes, sementes e defensivos e os programas de comercialização, cresceu mais, 8,3%, para R$ 86,9 bilhões. Mas os recursos para investimentos, como compra de máquinas agrícolas, irrigação e armazenagem, aumentaram apenas 4,81%, para R$ 28,3 bilhões.

Os custos do crédito foram, porém, realmente reduzidos. Do total oferecido para o financiamento e custeio, 81,2%, ou R$ 70,5 bilhões, terão juros controlados, um aumento de quase 10% em relação à safra passada. Já no crédito para investimento, aumentou a oferta de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com juros subsidiados.

Para os grandes produtores rurais, a taxa controlada foi reduzida de 6,75% para 5,5%; e para os médios, de 6,25% para 5%. As cooperativas também foram beneficiadas com a redução da taxa de juros para capital de giro de 9,5% para 9%.

Também fez parte do pacote o aumento dos preços mínimos de algumas commodities, a ampliação da cobertura de seguro e a expansão da oferta de recursos pelos bancos privados. O Conselho Monetário Nacional reduziu o adicional de recolhimento compulsório dos bancos sobre os depósitos à vista de 12% para 6%, o que engrossou em R$ 14,8 bilhões a oferta de recursos para a agropecuária. Para garantir que os recursos liberados sejam corretamente canalizados para o setor, o repasse obrigatório dos bancos ao crédito rural foi ampliado de 28% para 34% dos depósitos.

Além disso, o governo está pensando em recriar uma agência nacional de assistência técnica e extensão rural com cooperação dos ministérios da Agricultura e do

Desenvolvimento Agrário e da Embrapa, nos moldes que existiu no passado até ser extinta pelo governo Collor.

A agropecuária foi o setor da economia que teve o pior comportamento no início do ano, abalada pela quebra de safra de soja, arroz e fumo, causada pela seca na região Sul e parte da Sudeste. A safra de 2011/12 deve ficar em 160 milhões de toneladas, 1,7% menor do que a anterior, na previsão da Conab. Segundo o IBGE, a produção de soja deve cair 11,4%; a de arroz, 13,8%; e a de fumo, 15,8%; já a de milho deve crescer 19,5%, e a de algodão, 1,6%.

No primeiro trimestre, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento de 0,8% em comparação com igual período de 2011, a agropecuária caiu 8,5%, a indústria ficou praticamente estagnada com 0,1%; e os serviços cresceram 1,6%.

O início ruim levou o Banco Central (BC) a revisar para baixo as previsões para o ano. De acordo com o relatório de inflação que acaba de divulgar, o BC espera que a produção agropecuária deverá fechar o ano com queda de 1,5%. Todos os outros setores da economia deverão mostrar crescimento no ano, sendo de 1,9% a indústria e 2,8% os serviços. Será um quadro bem diverso do registrado em 2011, quando a agropecuária cresceu 3,9% e garantiu a expansão de 2,7% do PIB, enquanto serviços cresceram 2,7% e a indústria, 1,6%.

Esses números devem ter levado o governo a reforçar o financiamento da nova safra, até porque o governo conta com o setor agrícola como boia na turbulência internacional. Como disse a presidente Dilma Rousseff na apresentação do plano, a "agricultura exerce um papel essencial no enfrentamento da crise internacional porque o nosso agronegócio tem potencial de gerar renda, emprego e de mostrar que o Brasil consegue criar uma relativa proteção em relação aos efeitos perversos dessa crise de dívida soberana e de dívida bancária que afeta o mundo".

Transformações. Benjamin Steinbruch – Folha de São Paulo, Mercado. 03/07/2012

O documento da Rio+20 foi uma simples declaração de princípios, mas refletiu o momento do mundo

Do terraço da enorme estrutura de aço erguida sobre as pedras do Forte de Copacabana era possível observar a imensidão do mar e o Pão de Açúcar, um dos cartões postais do Rio de Janeiro.

Por esse espaço, denominado Humanidade 2012, passaram mais de 200 mil pessoas durante a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Elas não foram lá apenas para contemplar a linda paisagem do Rio. Foram também para participar de seminários e debates sobre ambiente e outros temas relacionados à Rio+20 e para a exposição aberta ao público, uma criação da artista Bia Lessa, em uma área de quase 7.000 metros quadrados.

Dado o sucesso da Rio+20, é justo registrar que ela foi uma iniciativa conjunta da Fiesp, da Firjan, da Fundação Roberto Marinho, do Sesi-Rio-SP, do Senai-Rio-SP, com apoio da Prefeitura do Rio. Quem teve a oportunidade de participar encontra dificuldade para aceitar a tese de que a Rio+20 foi um fracasso, como querem alguns críticos.

Quando o Humanidade 2012 foi projetado, pensava-se que poderia atrair umas 5.000 pessoas por dia. Num sábado, porém, lá estiveram 50 mil jovens, idosos e crianças que, apesar de esperar muito tempo nas filas, saíram satisfeitos.

O documento final da Rio+20 provocou enorme polêmica. A opinião dominante é que "faltou ousadia" aos representantes que redigiram o documento. Segundo a unanimidade das ONGs, o momento exigia definições claras sobre responsabilidades específicas, contribuições financeiras, fixação de prazos para a adoção de medidas e ampliação de poderes do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma). Ou seja, o documento teria sido vago, impreciso e decepcionante.

Essas críticas são plausíveis. Nada é mais frustrante do que o discurso repetitivo e teórico da sustentabilidade, sem que sejam feitas propostas de procedimentos concretos. Eu mesmo, nos debates no Humanidade 2012, pedi à presidente do conselho do Greenpeace internacional, Ana Toni, que colaborasse com a Fiesp para estudar possíveis campos de atuação conjunta para a elaboração de uma proposta concreta sobre a forma que o setor produtivo poderia influenciar a demanda sustentável, e ela aceitou. Seria, portanto, a sugestão de uma maneira prática de atuação dos empresários nessa área, na visão dessa combativa entidade internacional.

Para se contrapor a essas críticas, os responsáveis pelo documento argumentam que, embora não indique os passos de uma nova trajetória, ele reafirma itens considerados fundamentais em matéria de direitos humanos, de erradicação da pobreza e de economia verde.

A própria presidente Dilma Rousseff, ao fazer um balanço do evento, lembrou que somente o fato de haver um documento já representa uma vitória. O texto, de fato, foi assinado por 193 países, algo que não se conseguiu na reunião de Copenhague, por exemplo, esta sim um fracasso indiscutível.

O documento foi uma simples declaração de princípios. Isso é incontestável. Refletiu, entretanto, o atual momento vivido pelo mundo.

De um lado, há uma grande crise econômica, talvez a mais grave desde a Depressão dos anos 1930. De outro, é tempo de transição de poder global, com o avanço político e econômico de países emergentes e o declínio assustadoramente rápido do chamado Primeiro Mundo.

Considerado esse aspecto, o documento final significou um sucesso em matéria de comprometimento global. Foi possível colocar no papel algumas definições claras, assinadas por países ricos, pobres e emergentes.

Para o Brasil, ficou a sensação de que o engajamento da sociedade civil na causa ambiental atingiu níveis muito além do esperado para uma conferência desse gênero.

O interesse demonstrado pelas 200 mil pessoas que foram ao Humanidade 2012 dá esperanças de que, a despeito do lento avanço das decisões globais, a consciência da sociedade brasileira sobre a importância do tema possa promover transformações locais muito mais rapidamente do que se imagina. Nem de longe isso pode ser considerado um fracasso.

Ministro apoia investimentos para a África – Site do MAPA. 04/07/2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, participou do lançamento do Fundo de Investimentos em Agricultura para o Corredor de Nacala que beneficiará a província de Nampula, no norte de Moçambique. O evento se realizou nesta quarta-feira, 04 de julho, no auditório da Embrapa Parque Estação Biológica, em Brasília.

Durante seu pronunciamento, Mendes Ribeiro Filho destacou a importância da parceria entre governos, iniciativa privada e instituições. "Não há mais espaço para ações isoladas. O que vemos aqui é a união de três países – Brasil, Japão, Moçambique – em busca do desenvolvimento agropecuário, por meio da pesquisa, da transparência de tecnologia, da busca de novos empreendedores e da implantação de projetos sustentáveis" destacou. Segundo o ministro, o Fundo de Investimentos será uma oportunidade à população daquele país de adquirir experiências em sistemas de produção ambientalmente corretos e economicamente viáveis.

O ministro também fez referência à criação da Agência de Assistência e Extensão Rural, que mereceu destaque da presidenta Dilma na semana passada durante divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013. Segundo ele, a intenção com o instrumento é aliar a pesquisa à assistência técnica para levar mais eficiência ao campo. "O produtor rural precisa ter as condições necessárias para seguir produzindo e fazer uso das tecnologias que estão à sua disposição", salientou.

O que é o fundo: O Fundo de Nacala é um projeto que visa promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico ao longo do Corredor de Nacala, usando a experiência do Brasil na área do agronegócio. Está ligado ao programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique (Pró-Savana), que tem como parceiros o Brasil e o Japão.

Câmara aprova MP que abre crédito para combate à seca no Nordeste – Valor Econômico. 04/07/2012

Após muita negociação, a Câmara dos Deputados conseguiu aprovar ontem a Medida Provisória 566, que abre crédito extraordinário de R$ 706 milhões para os Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário combater os efeitos da seca no Nordeste do país.

A oposição obstruiu a maior parte da votação e só concordou em aprová-la após um acordo com governistas, que prometeram levar adiante suas reivindicações. O motivo da obstrução foi o baixo atendimento de emendas parlamentares para partidos de oposição. O PSDB chegou a fazer um relatório e distribuí-lo no plenário em que mostra que, enquanto PT e PMDB tiveram, respectivamente, 14,2% e 23,1% de pagamentos neste ano, os tucanos ficaram com 0,53%. Já o DEM com 0%.

"A discrepância na execução das programações orçamentárias originadas por emendas parlamentares seguindo a orientação partidária conforme o seu alinhamento com o governo central tem provocado uma grande ineficiência na alocação dos recursos públicos para as pequenas comunidades que não têm acesso aos aparelhos públicos a depender da distante avaliação dos tecnocratas do governo federal", diz o texto distribuído pelos tucanos ontem.

Os petistas, em contraposição, exploraram politicamente o episódio: "Olha a que ponto chegou a oposição. Eu vejo isso com tristeza e desânimo. Ao invés de discutir um projeto alternativo para o país, vem ao plenário obstruir em função de emendas parlamentares", disse o líder do PT, Jilmar Tatto (SP).

A oposição contestou. Disse concordar com o mérito da MP, mas que pretendia protestar contra a forma como o governo a trata. Nesse sentido, foi mencionado o prazo de liberação das emendas, que se encerra no próximo dia 7 de julho, em razão da legislação eleitoral. E que o governo liberou para cada parlamentar da base R$ 4,5 milhões, enquanto os da oposição ficaram com R$ 1,5 milhão cada um.

"O fato é que o parlamentar da oposição recebe um terço do que é liberado para os da base. Não há sentido algum misturar peça orçamentária com debate ideológico e partidário", disse o vice-líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO).

Mais armazéns em novas fronteiras da agricultura. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/07/2012

A nova fronteira agrícola da região de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida como "Matopiba", deve ser a escolhida pelo Ministério da Agricultura para receber os primeiros investimentos na construção de armazéns de grãos nas propriedades rurais. Apesar de ter produzido 12,2 milhões de toneladas de grãos na safra 2009/10, o equivalente a 8% da produção nacional, a região é considerada carente de infraestrutura pelo governo.

Para resolver o problema dos agricultores que precisam vender a produção logo após a colheita - quando os preços estão mais baixos devido a grande oferta - o ministério deve concluir, até o fim de julho, um levantamento sobre a expansão dos armazéns rurais.

Devido ao crescimento da produção nos últimos anos, o governo avalia que os 15% atuais que são armazenados nas propriedades são pouco perto do necessário. O grupo de trabalho está concluindo o estudo para definir o plano de ação do governo.

"O produtor é penalizado algumas vezes por não poder segurar sua produção e esperar preços melhores. Depois da retirada da soja, ele tem três meses até colher a safrinha, que vem em um volume 2,5 vezes maior. Com isso, ele precisa de desfazer da produção para abrir espaço", explica o coordenador de Serviços de Infraestrutura do Ministério da Agricultura, Calos Batista. "Mesmo com o Brasil batendo recordes ano após ano, nós conseguimos manter um nível estável de armazenagem devido ao aumento das vendas ao exterior e o aumento das compras pelas tradings", diz.

A Comissão de Agricultura discutiu ontem, em audiência pública, a armazenagem e estocagem de grãos no Brasil e os programas federais de infraestrutura para este fim. O autor do requerimento, deputado Bohn Gass (PT-RS), afirmou que em 2009 o Brasil possuía 5,8 milhões de toneladas em armazéns inativos. Com isto, o déficit nacional de armazenagem seria de 21,7 milhões de toneladas, caso toda a produção da safra 2008/09 fosse armazenada, de acordo com dados do IBGE.

"Para que a capacidade de armazenagem se equilibre à produção esperada para os próximos dez anos, adicionado aos déficits atuais, a necessidade de investimentos chegaria a R$ 17 bilhões em 2019/20", diz.

Durante a audiência, ficou claro que a falta de estudos gera incertezas quanto o real déficit de armazéns no país. Enquanto o governo não cita valores para investimentos, os deputados trabalharam com um número de R$ 7 bilhões. O Grupo de Armazenagem da CSMIA/Abimaq, calcula 15 bilhões enquanto outros estudos citam a necessidade de R$ 2,3 bilhões.

Pepe Vargas anuncia criação de GT para tratar de assistência técnica e extensão rural – Site do MDA. 04/07/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, montou um grupo de trabalho (GT) para tratar especificamente da criação de um órgão nacional que conduzirá os serviços realizados na área de assistência técnica e extensão rural (Ater). O encaminhamento foi sugerido e aprovado nesta quarta-feira (4), em Brasília (DF), durante reunião do ministro com representantes de frentes parlamentares do Congresso Nacional que atuam no setor, integrantes de empresas estaduais de agropecuária e de instituições que oferecem assistência técnica.

“A criação do grupo de trabalho é uma continuidade do debate que fizemos durante a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Decidimos manter um espaço de diálogo mais permanente nesse momento importante em que o governo federal discute como ampliar a Ater para os agricultores que necessitam ter acesso às novas tecnologias e ao conhecimento para aumentar sua produtividade, sua renda e produzir alimentos mais

saudáveis para o povo brasileiro. O GT é uma consequência da conferencia nacional e desse novo momento muito auspicioso da Ater em nosso país", declarou Pepe Vargas.

A necessidade de criação de um órgão específico para administrar os serviços de assistência técnica no Brasil também foi reafirmado pela presidenta Dilma Rousseff na manhã desta quarta-feira, durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar.

Inicialmente, o GT será composto pelo MDA, pela Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural e pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). O primeiro encontro da comissão será definido ainda esta semana. "Quando o ministro coloca na prática a participação do Congresso Nacional e das organizações dos agricultores, das associações das Ematers, ele faz com que a construção seja encaminhada para o Congresso Nacional pronta para a tramitação", avaliou o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, José Silva (MG).

Antes do anúncio do GT, Pepe Vargas recebeu do presidente da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, José Silva (MG), a consolidação de uma proposta para o órgão nacional que cuidará da Ater brasileira. "Um dos objetivos fundamentais é que tenhamos um fundo nacional, fundos estaduais e municipais. Com isso, a gente vai ter um pacto federativo da assistência técnica e extensão rural. Sabemos que um elo muito forte é a questão da gestão e que existem recursos em vários ministérios e órgãos do governo federal. Com um sistema e uma entidade de coordenação nacional, esses recursos serão otimizados", conclui José Silva.

Demanda maior de emergentes impulsiona margens agrícolas. Antonio Carlos Ortiz – Folha de São Paulo, Mercado. 04/07/212

Com o aumento de demanda vindo de países emergentes, inclusive do Brasil, e com frustrações de safras pelo mundo nos últimos anos, as margens da produção agrícola têm-se mantido acima das médias históricas para uma boa parte dos setores.

o setor sojicultor, por exemplo, as margens operacionais têm estado bem acima da média, por volta de 30%. Historicamente, quando esses resultados são bem positivos, há investimentos em expansão.

Há uma boa relação entre o percentual de margem operacional e área nova de soja no ano seguinte. Para cada ponto acima de 13% de margem operacional, na média anual, a área cultivada tem crescido por volta de 150 mil hectares no ano seguinte.

Com três anos de boas margens na soja, pode-se esperar expansão de 2 milhões de hectares dessa cultura (cerca de 8% da área atual) até 2013. Não seria muito se fosse distribuído entre grande parte dos produtores, mas não é assim que acontece.

A cada ano, está mais concentrada em algumas fronteiras, por um número limitado de produtores. Os 8%, mais os ganhos de produtividade, também não são de grande impacto na oferta se a demanda continuar crescendo.

Entretanto, se a demanda cair, a China conseguir estocar e "frear a arrumação da carga", provavelmente esfriaria os preços. Esse cenário pode coincidir com a época em que os investimentos precisam se repagar.

A expansão para enfrentar a demanda crescente, e tirar proveito das boas margens, é saudável. No entanto, é preciso evitar o excesso de alavancagem financeira. No passado, expansões superentusiasmadas levaram a crises profundas em anos subsequentes.

A alavancagem de recursos de terceiros é muito útil, mas precisa ser talhada em volume, prazo e moeda sob medida. Caso contrário, arrisca-se a acabar em uma intensa contenção de gastos por conta do entusiasmo.

Portanto, para evitar o risco na frente financeira, o melhor seria investir mantendo boas proporções entre capital próprio e de terceiros.

Dessa maneira, evitar dívidas -inclusive compra de terra e trocas- além de três vezes a geração de caixa esperada com expansão; evitar dívida além de 80% das despesas operacionais; e sempre é preciso deixar uma folga entre os compromissos anuais e o valor da safra que vai liquidá-los.

É especialmente importante que se mantenha uma relação entre o tempo em que o investimento vai levar para gerar caixa e o vencimento das dívidas que deram suporte à expansão, seja compra de terra, correção de solo ou equipamentos. É preciso tempo para pagar esses itens.

Pode parecer incrível, mas no histórico de uma carteira de crédito de quase oito anos, os casos complicados foram bem mais frequentes por descasamento do fluxo de caixa de projetos de expansão do que por frustração de safra.

O equilíbrio desses parâmetros, com alavancagem conservadora, ajuda a passar pelo ciclo inexorável de preços dos produtos agrícolas.

Servidores fazem ato unificado pelo fortalecimento de órgãos agrários – Site do MST. 05/07/2012

Servidores federais dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, pesquisa agropecuária e regularização de terras indígenas fizeram um ato com 300 pessoas em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na tarde desta quarta-feira (4/7).

Os trabalhadores cobram a reestruturação de órgãos agrários e de pesquisa agropecuária e maior investimento do governo. Os manifestantes criticaram os cortes no orçamento e

o sucateamento dos órgãos. A paralisação dos servidores do Incra e da Funai já alcança mais de 70% da categoria.

Participaram do ato servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Várias entidades reunidas fortalecem a nossa luta, que é uma só, a de valorização de serviços públicos essenciais ao desenvolvimento do país", avaliou Vicente Almeida, do Sinpaf.

"O governo precisa olhar para a população pobre do campo que o elegeu", criticou Acácio Leite, do comando nacional de greve dos servidores do Incra, em referência aos profundos cortes orçamentários que a autarquia vem sofrendo ao longo dos últimos anos. Apenas em 2012, segundo a categoria, foram congelados R$ 1 bilhão em despesas do órgão.

Para Mônica Carneiro, indigenista especializada da Funai no Tocantins, o sucateamento do órgão é "dramático". "Não há sequer um regimento interno que descreva a organização da Funai", criticou. A servidora enumerou vários problemas do órgão, que sofre até mesmo com falta de água e energia em algumas unidades do interior, justamente as que atendem diretamente os territórios indígenas.

"A participação do Sinpaf junto a outros servidores públicos é importante em um momento que os trabalhadores se unem", pontuou Mirane Costa, diretora do Sinpaf. Além disso, acrescentou Mirane, "a participação dos movimentos sociais é mais que fundamental, por se tratar justamente do público-alvo das políticas dos órgãos que sofrem com o sucateamento", acrescentou.

"A mesma dificuldade que nós dos movimentos sociais temos para negociar a pauta do campo no Brasil, os servidores desses órgãos tem para melhorar a estrutura de trabalho. É em função do que eles representam para a agricultura camponesa, por isso estamos nos somando à luta dos servidores públicos", afirmou Rosângela Piovizani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Via Campesina Brasil.

Bunge investe US$ 350 mi em moinhos. Daniele Madureira – Valor Econômico, Capa. 05/07/2012

A Bunge, uma das maiores empresas do agronegócio mundial, está prestes a incrementar de maneira significativa sua capacidade de moagem de trigo no Brasil. O grupo acaba de aprovar a construção de três moinhos no país, um no Rio e dois no Nordeste. O investimento é de US$ 350 milhões, informou ao Valor na quinta-feira o vice-presidente de alimentos e ingredientes da Bunge Brasil, Gilberto Tomazoni. Esse é o maior investimento da empresa no país desde 2009 e está vinculado à estratégia de

aumentar a participação dos produtos derivados de trigo nas vendas. No início de junho, a companhia desfez o Consórcio Trigo Brasil, que mantinha há oito anos com a J. Macedo. "Com o fim do acordo, cada empresa pode trabalhar em qualquer segmento do mercado a partir de março de 2013", disse Tomazoni.

Bunge investe US$ 350 mi em moinhos. Daniele Madureira – Valor Econômico. 05/07/2012

"Estamos olhando para produtos de maior valor agregado", afirma Tomazoni. "E temos preferência por aquisições"

A multinacional americana Bunge, uma das maiores empresas do agronegócio mundial e principal exportadora do setor no Brasil, está prestes a incrementar de maneira significativa a sua capacidade de moagem de trigo no país. A companhia acaba de aprovar a construção de três novos moinhos, um no Rio e dois no Nordeste. O investimento total é de US$ 350 milhões, a ser aplicado nos próximos cinco anos, informou ao **Valor** na quinta-feira o vice-presidente de alimentos e ingredientes da Bunge Brasil, Gilberto Tomazoni.

Esse é o maior investimento da Bunge desde 2009, quando a empresa aplicou R$ 169 milhões em um único moinho no Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, que se tornou o mais moderno da América do Sul.

Hoje, a múlti conta com nove moinhos no país, em sete Estados e no Distrito Federal: além de Suape, existem unidades em Belém (PA), Contagem (MG), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Tatuí (SP), Ponta Grossa (PR) e Joinville (SC). O investimento está vinculado à estratégia da companhia de ampliar a participação de derivados de trigo nas vendas totais, apostando na produção verticalizada. "Estamos olhando para produtos de maior valor agregado", diz Tomazoni. "E temos preferência por aquisições".

No início de junho, a empresa desfez o Consórcio Trigo Brasil, que mantinha há oito anos com a J. Macêdo. Pelo acordo, a Bunge produzia para a J. Macêdo farinha de trigo para consumo doméstico ou como ingrediente de massas, misturas e biscoitos feitos pela empresa, o que a impedia de disputar esses mercados. Já a J. Macêdo não podia concorrer em panificação e alimentação fora do lar ("food service"), uma vez que atendia à Bunge no fornecimento de farinha para esses negócios.

"Com o fim do acordo, cada empresa pode trabalhar qualquer segmento de mercado a partir de março de 2013", diz Tomazoni, destacando que o fim do consórcio foi uma decisão tomada em comum. Segundo o executivo, o investimento nos novos moinhos consolida a posição da Bunge em farinhas e derivados, fortalecendo a estratégia de expandir sua atuação em categorias sinérgicas. A ordem na Bunge - dona da margarina Delícia, do óleo Soya, da maionese Salada e dos molhos Etti - é se dedicar a itens que

ofereçam maior margem. "Massas e biscoitos são possibilidades de expansão do nosso negócio".

No fim do ano passado, a empresa foi uma das candidatas à compra da Marilan, quarta maior fabricante de biscoitos no país. No páreo, estavam as americanas PepsiCo e Campbell e a brasileira M. Dias Branco. A Bunge chegou a fazer "due diligence" na empresa, com sede em Marília (SP). Mas a fabricante de biscoitos pedia no mínimo R$ 600 milhões pelos seus ativos e nenhum dos interessados atingiu o valor. Em dezembro, a Bunge levou a marca Etti da Hypermarcas, entrando no mercado de atomatados. "Temos relacionamento com os produtores, que são nossos clientes em fertilizantes".

Em entrevista ao **Valor** em dezembro, o diretor corporativo da Bunge, Adalgiso Telles, disse que a marca Etti tem potencial para pratos prontos e instantâneos. Segundo afirmou Telles à época, o mercado de alimentos representa cerca de 25% das vendas da Bunge no Brasil, que em 2011 foram de US$ 17,4 bilhões. No mundo, a fatia da divisão de alimentos e ingredientes é de 12%.

Caso expanda seu portfólio para massas e biscoitos, a divisão de alimentos e ingredientes da Bunge vai movimentar um mercado em franca consolidação, formado por centenas de fabricantes regionais e familiares. Em novembro, a PepsiCo levou a goiana Mabel por R$ 840 milhões, na mesma época em que tentava comprar a Marilan. Entre dezembro e maio, a M. Dias Branco - que também produz óleos e margarinas, como a Bunge - fez três aquisições, que totalizaram R$ 400 milhões: Pelágio (biscoitos Estrela), Moinho Santa Lúcia e Pilar. Com a investida, a cearense procura blindar o Nordeste contra o avanço dos concorrentes.

Mas, se depender da Bunge, a disputa está longe de acabar. "Vamos elevar em 50% os investimentos em marketing este ano", diz Tomazoni, que destaca o Nordeste como principal mercado da Primor. A marca, mais conhecida pela margarina, expandiu o mix para atomatados, arroz, maionese e óleo. "Reposicionamos o nome para um consumo em família, com preço acessível".

A empresa também mudou a formulação da margarina Delícia e apresentou este ano nova campanha de mídia, assinada pela Lew'Lara\TBWA, voltada a um público mais jovem. Relançou o azeite Cardeal com quatro índices de acidez, cada um para um tipo de prato. Reposicionou Salada como marca de óleos premium e apresentou Cyclus como opção mais saudável de óleo e margarina.

Nos últimos anos, a Bunge passou a contar com uma frota exclusiva de distribuição, de mais de 100 caminhões. "Antes, os terceiros distribuiam produtos também dos concorrentes", diz Tomazoni. Hoje, o mix da Bunge chega a 190 mil pontos de venda no país.

Há quase três anos no cargo, o executivo é ex-prata da casa da Sadia. Sua missão é preparar a Bunge para estar entre as maiores do varejo de alimentos. "A Bunge tem tradição no 'food service', é líder com farinhas, mas ainda há trabalho a fazer com o

consumidor", diz ele, destacando que o mercado de agribusiness, principal receita da empresa, é mais volátil do que o de consumo. Daí a decisão de apostar nas marcas.

PNDTR entrega mais de 49 mil documentos no primeiro semestre deste ano – Site do MDA. 05/07/2012

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o Incra, emitiu mais de 49 mil documentos no primeiro semestre de 2012. As atividades de documentação iniciaram no fim de março, após um período de ajustes e melhorias na estrutura do programa. Desde então, os 116 mutirões realizados em cem municípios brasileiros trouxeram mais dignidade à vida de aproximadamente 27 mil mulheres que vivem no meio rural.

"O quantitativo de pessoas sem documento no país tem gênero e endereço. Em geral, são mulheres pobres que vivem no meio rural", explica a coordenadora do Acesso à Terra e Cidadania, Márcia Riva. O programa possibilita que essas mulheres tenham os meios para exercer sua cidadania. "A partir do momento em que passam a portar seus documentos elas podem acessar outros benefícios, como participar de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar ou até mesmo abrir uma conta bancária e acessar serviços previdenciários", acrescenta Márcia.

"Eu nunca tive oportunidade, agora estou muito feliz porque vai facilitar a minha vida", comemorou Cleci da Silva de Campos, 40 anos, assim que deu entrada no pedido de emissão da sua carteira de identidade, durante um mutirão realizado no município de Barros Cassal (RS), em abril. Cleci, que mora a 20 quilômetros da área urbana, aproveitou para solicitar, ainda, a segunda via de sua certidão de nascimento. "A gente vai deixando os documentos porque não tem como fazer, e precisamos deles para tudo", acrescenta.

Samuela Oliveira da Silva, moradora do Núcleo Taquara, no Distrito Federal, aproveitou um mutirão de documentação para emitir sua DAP – documento necessário para acessar as políticas do MDA voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Samuela não conhecia os benefícios da DAP, como acesso ao crédito e a políticas de garantia de comercialização.

"Fiquei sabendo no dia do mutirão que poderia ter direito a empréstimos pelo Pronaf se tivesse essa declaração e vim fazer", destaca a agricultora, que já pensa em investir na construção de uma estufa para o plantio de hortaliças e na possibilidade de vender parte do que produz para as escolas da região por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). "Hoje, quase tudo que produzo é para consumo próprio, mas, agora, com essa oportunidade de investir na produção, quero melhorar meu sítio e ter condição de ampliar a renda e a produção em minha propriedade", disse Samuela.

Entre os documentos emitidos nos mutirões estão Registro Civil de Nascimento, Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Pescador (RGP), Bloco da Produtora Rural, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), registro junto ao Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS) e oferta dos serviços previdenciários (concessão de aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio-doença e agendamentos).

Mutirões
Desde sua criação, em 2004, o PNDTR realizou cerca de 3,5 mil mutirões em 3.653 municípios, atendendo a 857.350 mulheres e emitindo mais de 1,8 milhão de documentos. A partir de 2011, a ação dos mutirões está concentrada nos municípios pertencentes ao Brasil Sem Miséria e funciona como mecanismo de busca ativa do programa, localizando as famílias de baixa renda e fazendo o Cadastro Único, possibilitando, assim, que sejam atendidas pelas políticas do plano.

"Para o segundo semestre, com a rotina dos mutirões dentro da normalidade, teremos um quantitativo ainda maior que no primeiro semestre. Os números do primeiro semestre já são positivos e até o fim do ano vamos alcançar e superar a meta para 2012", afirma Márcia Riva. Até dezembro o MDA deve realizar mais 800 mutirões de documentação em todo o país.

FGV projeta novo agronegócio na África. Agnaldo Brito – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2012

Plano prevê fundo de R$ 2 bilhões para financiar negócios de longo prazo com rentabilidade de 20% ao ano

Meta é atrair capital privado para produção agrícola de exportação; insegurança jurídica é o principal obstáculo

Uma área em Moçambique (sudeste da África) que equivale ao tamanho do Pantanal brasileiro deve se transformar num megaprojeto agrícola, com tecnologia e produtividade semelhantes às do cerrado do Brasil.

Além de descobrir vocações locais para o plantio de grãos (soja e milho), o projeto quer também estruturar propostas para a ocupação da área destinada à produção de álcool combustível.

No total, a região atingida tem 140 mil quilômetros quadrados.

Com o apoio da Embrapa, empresa estatal que faz pesquisa agrícola, a ideia é replicar em Moçambique a experiência de sucesso do agronegócio no cerrado brasileiro.

O plano de desenvolvimento será feito pela FGV Projetos, instituição criada pela Fundação Getulio Vargas.

A diferença desse projeto para outros é a tentativa da FGV de dar uma feição privada a todo o plano.

O fundo, batizado de Nacala (nome que é dado ao porto moçambicano), receberá recursos de investidores interessados em projetos agrícolas de maturação mais longa.

"Um dos desafios é o de buscar investidores que não queiram sair do fundo num prazo de cinco anos. A ideia é que eles fiquem por sete ou dez anos", explica César Campos, diretor da FGV Projetos.

Para isso, a FGV pretende estruturar projetos que ofereçam rentabilidade de 20% ao ano. "Como queremos ciclos mais longos para o investimento, o risco também passa a ser maior. Então, a rentabilidade precisa ser mais alta", diz.

A FGV busca entre bancos japoneses e brasileiros eventuais interessados em gerir o fundo. A meta é que, com essas condições, o fundo consiga atrair entre US$ 1 bilhão e US$ 2 bilhões.

Além de definir vocações regionais para produção agrícola, a FGV Projetos também será a responsável por negociar com o governo moçambicano o arcabouço legal que estará na base de todo o plano de desenvolvimento. É uma condição para dar segurança jurídica aos investidores privados.

Exemplo disso é a inexistência da propriedade privada em Moçambique. As terras são controladas pelo Estado e só podem ser exploradas mediante concessão.

O objetivo é que em dez anos haja um grande polo agrícola na África. Mas, apesar da ênfase na grande produção, o plano pretende contemplar a pequena propriedade rural, que poderá ter recursos a fundo perdido.

Além dos interesses de Moçambique, o plano tentará incluir expectativas do Japão e do Brasil. Hoje, a região possui um mina de carvão. O recurso é explorado pela Vale.

O contrato que viabiliza a estruturação do plano foi assinado ontem, em Brasília, pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) -ligada ao Itamaraty-, o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica, na sigla em inglês) e a GV.

Novo fundo de US$ 2 bi visa aportes na África – Valor Econômico. 05/07/2012

A Fundação Getulio Vargas (FGV) lançou ontem, em Brasília, o fundo Nacala, voltado a investimentos no setor de agronegócios em Moçambique. A captação vai começar em novembro e a meta é levantar US$ 2 bilhões em um prazo de até quatro meses - metade no Brasil e metade no Japão -, segundo o coordenador da FGV Projetos, Cleber Guarany.

O fundo, que é resultado de um acordo entre os governos de Brasil, Japão e Moçambique e a própria FGV, oferece um retorno mínimo de 10% ao ano, mas tem como objetivo alcançar uma rentabilidade anual entre 20% e 22%. Guarany afirma que o perfil dos investidores já contactados pela FGV é formado principalmente por fundos de pensão e tradings. O fundo terá cota mínima de US$ 100 mil e duração prevista de dez anos.

Com os recursos em mãos, o fundo pretende investir na implantação de cultivos agrícolas - soja, milho, algodão, girassol e arroz, entre outros - e na construção de

agroindústrias. Infraestrutura de transporte e armazenamento também poderão ser alvos de aportes.

Ele não acredita que o fundo terá dificuldade em captar esses recursos, apesar da crise no mercado financeiro internacional. "Trata-se de um projeto sólido, com bom retorno de longo prazo, voltado à produção de alimentos. Há ainda o envolvimento de três governos [Brasil, Japão e Moçambique]", avalia Guarany.

A expectativa de obter retorno elevado se justifica, segundo o especialista, porque não há no projeto custo de aquisição de terra, uma vez que em Moçambique o governo oferece a concessão de uso da terra por 50 anos, renováveis por mais 50.

A parte técnica do projeto será desenvolvida via arranjos produtivos - cooperativas ou consórcios - formados por produtores brasileiros e moçambicanos. "Já estamos em negociações com associações de produtores de soja, algodão, etc", acrescenta Guarany.

O programa Prosavana, de cooperação técnica, pesquisa e extensão rural para essa região da África, também foi criado e é desenvolvido pela FGV para dar suporte aos projetos agrícolas do fundo. Esse programa é uma versão para a África do Prodecer (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado há cerca de três décadas e que foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura do Cerrado brasileiro, explica Guarany.

MDA atinge meta do PAC2 com entrega de 1.275 máquinas no primeiro semestre – Site do MDA. 06/07/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) alcançou, no primeiro semestre de 2012, um de seus mais importantes objetivos na missão de fortalecer a agricultura familiar brasileira: a entrega de 1.275 retroescavadeiras a 1.300 municípios de 26 estados do país. O investimento, de aproximadamente R$ 211 milhões, vai beneficiar mais de 61 milhões de pessoas, entre as quais 3,5 milhões de famílias de agricultores familiares que vivem em municípios com até 50 mil habitantes e que ficam situadas fora de regiões metropolitanas.

A ação faz parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que prevê investimentos de R$ 1,8 bilhão para beneficiar mais de 3,9 mil municípios do país até 2014. O primeiro lote de retroescavadeiras foi entregue ainda em dezembro do ano passado, pela presidenta Dilma Rousseff, quando 126 municípios do Rio Grande do Sul foram contemplados com 114 máquinas. Já os últimos lotes foram entregues nesta sexta-feira, 6 em três estados: Maranhão (99), Amazonas (32) e Bahia (31).

“A relação dos municípios classificados pelo MDA para receber as máquinas dentro da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foi publicada em novembro de 2010 e a seleção e a divulgação ocorreram de acordo com a metodologia utilizada pelo PAC”, lembra o assessor do gabinete do ministro Pepe Vargas e um dos responsáveis pelo programa de entrega das máquinas, Luiz Cláudio Marque Campos.

Dentre os critérios de pontuação escolhidos para a seleção, o município precisa pertencer ao Programa Territórios da Cidadania e ter maior participação do Produto

Interno Bruto (PIB) agrícola no PIB total do município, além de possuir maior extensão territorial. Ter maior presença de agricultores familiares em relação ao total dos produtores rurais registrados no município e possuir distribuição mais equilibrada entre as regiões brasileiras também foram critérios utilizados na seleção.

O MDA recebeu 4.176 propostas na modalidade individual, 50 na modalidade associações e nove na modalidade consórcios, totalizando 4.235 propostas válidas e em condições de habilitação no processo seletivo. Inicialmente, estava prevista a seleção de mil municípios, mas o Comitê Gestor do PAC, reavaliando os limites desta ação e a grande quantidade de inscritos, decidiu ampliar os contemplados para 1.300 municípios. No total, foram selecionados 1.275 municípios e 12 associações.

Novos cadastramentos

Os municípios que desejam receber retroescavadeiras e que ainda não foram selecionados na primeira etapa desta segunda fase do PAC 2, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ganharam uma nova chance, com o novo sistema de cadastramento que o MDA colocou no ar no último dia 15 de junho, conforme explica Luiz Cláudio Marque Campos.

A ação visa beneficiar todos os municípios do chamado Grupo 3 do PAC 2 – com menos de 50 mil habitantes e que ficam fora de regiões metropolitanas. Será possível o cadastramento de 4.855 municípios e a previsão é de que 3.591 retroescavadeiras e 1.330 mil motoniveladoras sejam doadas nessa nova fase.

Portaria publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no dia 18 de junho, no Diário Oficial da União (DOU), abriu o processo de adesão a novos municípios para o recebimento de retroescavadeiras, cuja doação será universalizada. Além disso, todos os municípios do Grupo 3, incluindo os já beneficiados, poderão se candidatar ao recebimento de uma motoniveladora.

A medida dá continuidade aos objetivos de melhorar as condições das estradas vicinais e, consequentemente, facilitar o escoamento da produção nos municípios – onde a produção agrícola é essencialmente proveniente da agricultura familiar. A presidenta Dilma Rousseff ressaltou o compromisso do governo com os pequenos e médios municípios e a necessidade de se consolidar parcerias para melhorar a vida de quem vive no campo. “Queremos dar condições para que todos os municípios utilizem estas máquinas em benefício da agricultura. Para isso, contamos com o apoio dos prefeitos”, afirmou.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, informou que o processo de seleção dos municípios que receberão as motoniveladoras será realizado a partir de setembro, após o término do período de inscrições, e a entrega das máquinas ocorrerá a partir de janeiro de 2013 – as retroescavadeiras começarão a ser entregues já em novembro deste ano.

“Estas máquinas, além de melhorar as estradas vicinais, vão servir para a abertura de aguadas e outras melhorias de infraestrutura”, pontuou Pepe Vargas. O ministro também valorizou a entrega dos equipamentos como uma iniciativa que vai melhorar a qualidade de vida no campo e, ainda, gerar empregos no meio urbano, já que as máquinas adquiridas serão fabricadas, preferencialmente, no Brasil. Além dos mais de R$ 211

milhões já empregados nesta ação pelo MDA, as novas medidas devem somar mais de R$ 1,3 bilhão em compra de máquinas.

O sistema para cadastramento ficará aberto durante três meses. Começou em 15 de junho e vai até 18 de setembro. Até o final de novembro será publicado o resultado do processo, com os municípios que manifestaram interesse em receber retroescavadeiras e os que foram selecionados para a doação das motoniveladoras.

Empolgação e alívio

As doações do MDA foram recebidas com empolgação por prefeitos e agricultores familiares, em especial aqueles que moram em áreas do Nordeste e do Sul fortemente atingidas pela seca neste ano. "É uma ação muito importante, porque as regiões contempladas têm na agricultura familiar um dos pilares da economia. O equipamento vai auxiliar na recuperação e construção de estradas, criação de bebedouros de animais e abertura de tanques, atividades que ficam caras quando feitas com máquinas alugadas", destacou o prefeito de Juína (MT), Altir Peruzo.

Além de proporcionar melhores condições para a agricultura familiar entregar seus produtos, os investimentos nas estradas vicinais melhoram o acesso aos municípios, beneficiando toda a população – as estradas melhores serão usadas para transporte escolar e de saúde, por exemplo. "Nossa ação é de extrema importância tanto para a otimização do escoamento da produção dos agricultores familiares, quanto na melhoria da renda e da qualidade de vida da população rural", frisou Katiana Rodrigues, economista da Secretaria Executiva do MDA e uma das responsáveis pelo programa no ministério. "As máquinas são multiuso. Podem ser usadas para fazer barragens, o que ajuda a mitigar os efeitos da seca, em especial no semiárido nordestino", acrescentou.

Para o secretário de Desenvolvimento Rural e Econômico de Aripuanã – outro município de Mato Grosso – , Roberto Ruizo, o equipamento é "primordial" para o desenvolvimento da agricultura familiar da região de 18,6 mil habitantes. Segundo ele, a prefeitura sozinha nunca teria condições de comprá-la. As prefeituras de municípios pequenos, em geral, têm o orçamento limitado", ressaltou Ruizo.

O município cearense de Porteiras, a 512 quilômetros de Fortaleza, está entre os contemplados com as retroescavadeiras. A economia da região, que tem pouco mais de 15 mil habitantes, é movimentada pela agricultura familiar. "Três quartos da população está concentrada no campo. Então, essa máquina é de grande valia para nós. Como Porteiras está localizada no pé da serra, as estradas são muito íngremes e de difícil acesso", relatou o prefeito Manoel Novaes.

Quando chove, segundo Novaes, a situação se complica ainda mais. Em casos de emergência, é necessário alugar retroescavadeiras da cidade vizinha para consertar estragos e retomar o tráfego no meio rural. "Pagamos R$ 120 a R$ 150 por hora para utilizar a máquina", contou o prefeito. Agora, com a chegada da retroescavadeira, este recurso poderá ser usado para atender outras necessidades da população local.

"O atual governo tem a sensibilidade de entender a importância do nosso trabalho. A agricultura familiar começa pela estrada, uma estrada que dê condição para o agricultor levar seu produto ao mercado, seu filho à escola, sua família ao posto de saúde, por exemplo", disse o prefeito de Nova Laranjeiras, no Paraná, Eugênio Milton Bittencourt.

O município, de 1,2 mil quilômetros quadrados de extensão, conta com 38 comunidades, e 80% da população mora na zona rural.

Na avaliação do secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, o investimento que o Ministério do Desenvolvimento Agrário fez na região é "fantástico". "Precisamos viabilizar a terraplanagem para a construção de aviários de frangos, pocilgas e limpeza de minas d'água, entre outros, além da conservação e readequação de estradas vicinais", explicou. Para ele, o importante é facilitar a logística regional.

Nesse sentido, o equipamento entregue pelo PAC 2 chega para, de acordo com o secretário, "dar um jeito nas coisas". "Todo dia sai frango, porco e leite da roça. Esses produtos devem ter um local de saída, devemos ter produtividade. Não queremos mais brincadeirinhas com estradas rurais. A estrada tem que nos ajudar a colocar água na lavoura e a lavoura deve ter capacidade de absorção dessa água. Isso é, simplesmente, técnica de manejo de solo", comentou o secretário.

Feira mostram que outro mundo é possível. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 06/07/2012

O mundo rural e o urbano se encontram através da série de feiras da agricultura familiar que as federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais (FETAGs) de vários estados estão promovendo por todo o país desde quinta (5) até domingo. A Feira Cearense da Agricultura Familiar – FECEAF, a Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais – AGRIMINAS e a Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do ES - FEAFES promovem essa aproximação, divulgando e comercializando os produtos do mundo rural, considerando aspectos culturais, ambientais, organizacionais, políticos e sociais da economia solidária para a sociedade urbana, demonstrando que a agricultura familiar é uma alternativa sustentável e que promove qualidade de vida. Mais que isso, provando que um outro mundo é possível.

A CONTAG vem negociando há anos com o governo para conquistar políticas públicas amplas e complementares para a agricultura familiar, na perspectiva de fortalecer o campo e dinamizar a economia do mundo rural e das cidades. Para Alberto Broch, presidente da confederação, é preciso que também sejam cobradas dos estados e municípios que essas políticas sejam implementadas nas localidades. "É a interação entre quem produz e quem consome, onde cada uma das partes mostra a sua importância. A Agriminas, a Feceaf e a Feafes são demonstrações da pujança da agricultura familiar".

Segundo José Wilson Gonçalves, secretário de Políticas Sociais da CONTAG "Essas feiras são uma demonstração concreta do tamanho do crescimento e da visibilidade que ganhou a agricultura familiar no Brasil. No Ceará, por exemplo, estão acontecendo simultaneamente três feiras, que mostram a importância de se investir no campo e em políticas públicas para fortalecimento dessa economia de base familiar de produção agrícola. Estamos no caminho certo".

Juraci Souto, secretário de Formação e Organização Sindical faz uma avaliação altamente positiva desses encontros. "São feiras tradicionais, que têm dado resultados

importantes na afirmação da agricultura familiar e na comercialização de seus produtos, abrindo as portas do mercado para os negócios da agricultura familiar".

Para Natalino Cassaro, secretário de Terceira Idade, as feiras são mais que a comercialização. "Estamos expondo a produção do mundo rural para o mundo urbano, numa ação que é construída pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e que mostra a quantidade, a qualidade e o sabor dos produtos que vêm das mãos dos agricultores e de nossa terra mãe".

ONU propõe taxação global contra a pobreza. Assis Moreira – Valor Econômico. 06/07/2102

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs ontem a criação de taxa internacional afim de levantar US$ 400 bilhões por ano para combate a pobreza e também contra a mudança climática.

Pela proposta, a taxação seria aplicada basicamente nos países desenvolvidos, que não cumprem seus compromissos de ajuda aos mais pobres. Por causa do duro ajuste fiscal em suas economias, os ricos pela primeira vez cortaram o valor real do fluxo de ajuda ao desenvolvimento, no ano passado. O déficit é de US$ 167 bilhões nos programas destinados aos países mais pobres.

A ONU propõe uma taxação internacional composta de cobranças sobre emissões de carbono (US$ 250 bilhões), transações financeiras (US$ 75 bilhões), tráfego aéreo (US$ 10 bilhões) e também sobre as operações com as quatro principais moedas - dólar americano, euro, iene e libra esterlina.

Uma nova política agrícola. Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 07/07/2012

Após o enriquecimento no meio urbano, chegou a hora de o campo também colher os frutos do avanço do país

O Brasil transformou-se em um dos três maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários do mundo em menos de 40 anos. Essa transformação foi resultado da combinação de empreendedorismo privado, apoio do Estado (por meio do crédito rural) e difusão da pesquisa agronômica. As políticas públicas de apoio à produção rural, contudo, permaneceram as mesmas da década de 1970.

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, lançado na semana passada, deve ser visto como um marco divisório. Reduziu juros, aumentou recursos para custeio e investimento e abriu novos e amplos caminhos que poderão fazer toda a diferença para o agronegócio brasileiro.

A primeira e mais profunda mudança de rumo na política agrícola do país é o aumento substancial do seguro rural. O volume era muito modesto e não cobria mais de 5% de nossa área plantada.

O governo agora eleva substancialmente as dotações, permitindo que o Brasil possa ter cerca de 20% da área plantada coberta por seguro. Até 2015, esperamos ter 50% da área coberta. Sem dúvida, uma mudança de paradigma.

Ainda precisaremos desenvolver modelos que assegurem não só a cobertura contra eventos climáticos, mas também contra as variações extremas de preço, que tanto punem a atividade rural.

A indústria pode regular a sua produção a qualquer momento. Na agricultura, se entre o plantio e a colheita mudam as condições de mercado, o produtor não tem como se proteger. Nos países onde o seguro agrícola está acima de 80% da área plantada, como nos Estados Unidos, o crédito público foi substituído pelo crédito privado, pois o risco de financiar um produtor com seguro agrícola é praticamente zero.

Nesse novo modelo, as operações de crédito ocorrerão com maior transparência. Uma central única de riscos permitirá aos agentes financeiros conhecer com mais segurança o nível de endividamento dos tomadores de crédito e, nesse ramo, mais conhecimento significa juros menores.

Outra iniciativa que merece destaque é a criação de uma instituição com a função de coordenar e de fomentar a extensão rural no país. Mais de 3,5 milhões de produtores rurais (cerca de 70% do setor) vivem praticamente da agricultura de subsistência, nos limites da situação de pobreza. Enquanto na economia urbana um número cada vez maior de brasileiros ascende à classe média, na zona rural o progresso não alcança a grande maioria. Ao contrário, a classe média do campo está sendo comprimida.

Sabemos que o ativo que determina o nível de renda no mundo moderno é o conhecimento. E esse conhecimento não pode continuar distribuído de modo desigual entre os brasileiros do campo. É preciso dar a todos condições iguais de acesso a insumos tecnológicos modernos, democratizando o conhecimento produzido por pesquisadores país afora, em especial na Embrapa, nas nossas excelentes universidades rurais e em um número cada vez maior de empresas privadas -que nos deram a agricultura de precisão, o etanol de segunda geração e as técnicas de baixa emissão de carbono, por exemplo.

Parece ter chegado a hora de recriar, de forma moderna, baseados em meritocracia, os sistemas de extensão rural no Brasil. O governo federal merece nosso aplauso por essa iniciativa de longo alcance.

A participação do custo da alimentação na renda do trabalhador da cidade caiu de mais de 40% para 17%, nas últimas décadas. Essa diferença virou eletrodomésticos, educação para os filhos, carro, casa própria. Impulsionou as classes mais baixas da população urbana para a classe média.

Chegou a hora de o campo também colher os frutos do crescimento do Brasil. O seguro agrícola vai diminuir o risco, ampliando a capacidade de produção e o tamanho da classe média rural. Extensão e assistência técnica reduzirão o abismo entre os que praticam a boa gestão e os que nem sequer a conhecem, tirando milhões de agricultores da pobreza.

Confio em que estamos iniciando um círculo virtuoso, fruto da união de produtores e do governo, que estão dando as mãos para construir um Brasil mais igual e mais justo.

Plano Safra 2012-2013 investe meio bilhão de reais em serviços de Ater – Site do MDA. 09/07/2012

Os agricultores familiares terão um reforço de mais de meio bilhão de reais na assistência técnica e extensão rural (Ater) para a safra deste ano. Os recursos, garantidos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/ 2013, visam beneficiar 480 mil famílias do campo, sendo 170 mil de forma diferenciada – entre eles, jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Além de contribuir para a organização dos agricultores e garantir maior produtividade e renda para as famílias no campo, todos os novos contratos de Ater prezarão pela preservação do meio ambiente, por meio do manejo sustentável do solo, da água e dos insumos, além do uso reduzido de agrotóxicos.

"A Ater, junto com o crédito, é a grande responsável pelo aumento da produtividade no campo", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, durante o lançamento do novo Plano Safra, na semana passada, em Brasília.

O diretor do Departamento Técnico de Ater, Argileu Martins da Silva, destaca a importância desse investimento. "Primeiro, ele vai permitir que os agricultores e agricultoras que receberem os serviços de Ater tenham um aumento de produtividade e, consequentemente, da renda. Em segundo lugar, os agricultores serão informados e organizados para acessar as políticas públicas do governo federal. Em terceiro, uma orientação para que as famílias utilizem bem os recursos naturais."

Argileu ressaltou que os jovens são um ponto forte dos serviços de assistência técnica e extensão rural do novo Plano Safra. "É importante frisar que, no conjunto de investimentos em Ater deste ano, há um destaque especial para os jovens. Junto com as organizações dos agricultores, nós atenderemos dez mil jovens de forma específica, de forma que eles construam o projeto de vida deles no meio rural, com acesso a crédito e estabelecendo uma viabilidade econômica e financeira no campo, em consonância com os demais membros da família." Segundo o diretor, a chamada atenderá a jovens de diversas partes do Brasil.

Balanço de Ater

"Acreditamos que, trabalhando melhor a questão da Ater, os jovens vão permanecer dentro da comunidade e, acima de tudo, vão fortalecer a questão territorial dentro dos povos." A fala é de um agricultor familiar de uma etnia indígena, que, até este ano, não tinha serviços de assistência técnica prestados em sua propriedade. Junto com os 6,8 mil companheiros Pankarás, Ary Pereira Bastos, de 34 anos, está entre os maiores produtores de caju, pinha, banana, goiaba e manga de etnias indígenas. Ary Pankará, como é conhecido, pertence a uma comunidade do sertão de Pernambuco, no município de Carnaubeira da Penha. A ater está em fase de implantação e o produtor acredita que até o final do ano a comunidade poderá contar com esses serviços.

Também em Pernambuco, uma outra comunidade indígena (Xukuru de Ororubá), no município de Pesqueira, incentivou a formação de um extensionista, responsável por aplicar as técnicas de Ater. Iran Neves Ordonio saiu de sua comunidade em 1993 para estudar e, em 2006, retornou para ajudar os agricultores da região. “Todas as ações implantadas no território da aldeia visam ao fortalecimento da agricultura Xukuru”, ressalta Iran Xukuru, como é chamado. Por lá, os agricultores plantam hortaliças, frutas, milho, feijão e mandioca.

Em Irecê, na Bahia, Renilson Rodrigues Torres, 36 anos, hoje cria galinhas. A Ater, que ele recebe por meio do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), o ajudou a implementar o galinheiro. "O MDA vindo aqui, dando uma dica, falando pra gente como é, vai aumentando a esperança de que tudo vai melhorar. É o que a gente espera que vá acontecer, melhorar a nossa vida."

Essas e tantas outras histórias mostram a importância da assistência técnica na produção agrícola. Ary, Iran e Renilson estão entre as mais de 223 mil famílias atendidas só no primeiro semestre pela assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar. A Ater tem como foco melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

“O MDA tem ampliado a sua atuação junto a esses públicos, levando um maior número de políticas públicas a esses povos”, comemora o assessor especial para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira. “Uma medida aplicada a agricultores e assentados de modo geral não pode ser, necessariamente, aplicada aos povos indígenas. É preciso que o serviço de Ater dialogue com sua realidade, sua especificidade”, completa.

Atualmente, são 191 contratos de Ater em execução, em todo o Brasil, que beneficiam as famílias rurais. Três chamadas públicas para prestação de serviços de Ater foram publicadas ainda no primeiro semestre deste ano, favorecendo agricultores familiares em atividades produtivas sustentáveis, famílias em situação de extrema pobreza e jovens rurais. Juntas, as chamadas públicas beneficiam mais de cem mil agricultores do campo.

Os tipos de serviço de Ater são variados. De acordo com a lei 12.188, de 2010, que institui a Política Nacional de Ater (Pnater), esses serviços podem ser prestados individual e coletivamente – eles incluem o planejamento, monitoramento e avaliação da situação do agricultor.

Para o segundo semestre, estão previstas mais cinco chamadas públicas de Ater, dentro do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. Dentre os beneficiados com essas chamadas, estão famílias em situação de extrema pobreza no Norte e Centro-Oeste e famílias em sistema de produção agroecológico.

I Cnater

Em abril deste ano, Brasília sediou a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater). Foram quatro dias de evento, que reuniu cerca de 700 delegados representando diferentes movimentos sociais, trabalhadores rurais,

agricultores familiares, quilombolas, indígenas e mulheres do campo, entre outros grupos.

"Foi uma conferência positiva, que produziu um documento final que passa a ser um norte estratégico para quem quer uma ater para a agricultura familiar, a reforma agrária e as comunidades tradicionais, de modo a promover o desenvolvimento rural do nosso Brasil, incluindo social e produtivamente aqueles que querem produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro", disse, na ocasião, o ministro Pepe Vargas.

O encontro rendeu a leitura e a aprovação de uma declaração política, que lista 17 desafios a serem superados pela Ater. Entre eles está a necessidade de ampliar a oferta dos serviços de assistência técnica especializada, a construção de um sistema nacional de Ater integrada e a garantia de recursos financeiros e orçamentários para a universalização dos serviços.

MDA realiza videoconferência com entidades de Ater – Site do MDA. 09/07/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza nesta quarta-feira, 11, videoconferência com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) interessadas em concorrer à chamada pública para a seleção de entidades executoras de serviços de Ater que beneficiará 200 cooperativas da agricultura familiar.

A videoconferência será realizada nas superintendências do Banco do Brasil nas capitais dos 13 estados beneficiários da chamada, sendo das 9h às 14h para os estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão e a partir das 15h para Ceará, Piauí, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As entidades de Ater interessadas em participar deverão entrar em contato com as Delegacias do MDA nos estados. Veja aqui os contatos das Delegacias.

A videoconferência visa tirar dúvidas das entidades sobre a chamada e sobre o perfil técnico que o MDA busca contratar. "Prezamos por uma equipe qualificada que tenha condições de garantir a qualificação e o fortalecimento das cooperativas selecionadas para inseri-las no mercado da Alimentação Escolar. O que o ministério quer é garantir às cooperativas da agricultura familiar o acesso aos mercados existentes, institucionais ou não", explica o coordenador de Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Pedro Bavaresco.

Entidades que não estejam nos 13 estados citados poderão participar na sexta-feira, 13, das 9h às 12h, na Superintendência do Banco do Brasil do estado em que estiver presente. Para isso, o interessado deverá comunicar à delegacia do MDA com antecedência.

Credenciamento
Para participar da chamada, entidades públicas ou privadas devem estar previamente credenciadas no Sistema Informatizado de Ater (Siater), conforme a Lei de Ater nº 12.188/2010.
A Chamada para Seleção de Entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural para Qualificação da Gestão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 13 de

junho de 2012. O prazo para envio de proposta vai até 27 de julho. O valor da chamada é de R$ 25.026.700,82.

O objetivo da chamada é prestar assessoria aos empreendimentos, nas áreas contábil, jurídica e de negócios, para que essas organizações tenham capacidade de gestão.

Outras informações sobre a chamada estão disponíveis no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Draco investiga ameaças feitas a pescadores. Emanuel Alencar – O Globo. 09/07/2012

Presidente de associação que teve quatro integrantes mortos nos últimos três anos vai prestar depoimento hoje

Pescar na Baía de Guanabara virou sinônimo de navegar em águas perigosas. A Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais (Draco-IE) está investigando dezenas de ameaças feitas a pescadores da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (Ahomar). Fundador e presidente da entidade, que teve quatro integrantes assassinados nos últimos três anos, Alexandre Anderson de Souza, ele próprio ameaçado de morte, prestará depoimento hoje na Draco. Além desse inquérito, há um outro, aberto na Divisão de Homicídios, sobre dois dos assassinatos, ocorridos no mês passado - os outros dois casos, ocorridos em 2009 e 2010, estão até hoje sem solução. A principal linha de investigação da DH é a que liga os crimes a uma disputa feroz por áreas de pesca.

Os dois homicídios são objeto ainda de um inquérito do Ministério Público Federal. O procurador da República Lauro Coelho Junior diz que abriu o procedimento para cobrar da polícia a conclusão das investigações.

Lauro cita um outro fato que ajudaria a aumentar o clima de tensão na Baía. Ele afirma que há um conflito cada vez mais acirrado entre os pescadores e a indústria petrolífera, com o aumento das zonas de exclusão de pesca - ou seja, em áreas do mar onde passam dutos das empresas, a atividade é proibida.

- Esse conflito socioambiental existe, e levei esse histórico à Divisão de Homicídios. Pedi que a investigação não desconsidere um histórico que venho acompanhando há dois anos. Não há zoneamento ecológico na Baía. É preciso mais clareza sobre a sua vocação. O que queremos de fato? Uma Baía de exploração petroquímica ou preservação ambiental? - diz o procurador Lauro Coelho.

- A Baía de Guanabara está tendo uma destinação para atender à indústria petrolífera, e os pescadores artesanais vêm sendo deixados de lado.

O chefe da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, Breno Herrera, observa que há, de fato, uma enorme pressão sobre os pescadores, que se vêm obrigados a defender seus espaços ao mesmo tempo que perdem importantes territórios para

empreendimentos petrolíferos. A unidade de conservação, no fundo da Baía de Guanabara, abriga os manguezais remanescentes da Região Metropolitana do Rio.

- Por conta do aumento das atividades industriais no espelho d'água da Baía, conflitos entre os próprios pescadores, antes bastante tímidos, estão se tornando mais graves. Um dos objetivos da APA é assegurar a qualidade de vida desses pescadores. Mas, se a gente imaginar que todo o resto da Baía vai virar uma zona industrial, não suportaríamos a demanda pesqueira. A situação é grave. O Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara existe formalmente, mas não vem se reunindo. Temos que estimular uma solução civilizada. O medo de pescadores de praticar o próprio ofício e até de perder suas vidas tem aumentado. Vamos voltar ao bangue-bangue, em pleno século XXI?

Corpos estavam com pés e mãos amarrados

Fundada em 2003, a Ahomar reúne 1.870 pescadores de sete municípios e defende a pesca artesanal. Os quatro assassinatos de integrantes da associação permanecem um mistério. Em 2009, o tesoureiro da entidade, Paulo Cesar Santos Souza, foi morto com cinco tiros, diante da família. A polícia chegou a investigar a possibilidade de o crime ter ligação com uma milícia. Um ano depois, a vítima foi Márcio Amaro. Este ano, no dia 24 de junho, o corpo de Almir Nogueira de Amorim foi encontrado junto ao barco, num curral - armadilha de pesca de tradição caiçara - dentro da APA de Guapimirim. Com mãos e pés amarrados, a vítima morreu afogada. Um dia depois, o corpo de João Luiz Telles Penetra foi achado boiando nas proximidades da Praia de Luz, em Itaoca, São Gonçalo. Conhecido como Pituca, ele era o principal líder da Ahomar de Paquetá. Praticava a pesca submarina e morreu afogado após minutos de agonia, com mãos e pés amarrados.

O presidente da Ahomar, Alexandre Anderson, que mora em Magé, há dois anos e meio só anda na companhia de pelo menos quatro homens armados. São policiais do 34 BPM (Magé). Ameaçado, o pescador está no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Ele conta que a associação, criada para defender os direitos dos pescadores, foi bastante atuante quando a classe se viu desemparada com obras de construções de dois dutos de gás, da Petrobras, em 2009, na Praia de Mauá, em Magé.

A violência recente tem deixado os pescadores tensos. Muitos evitam comentar as mortes dos colegas. Edson Porto, de 44 anos, morador de São Gonçalo, diz que sua atividade está em risco.

- Se pescamos próximo aos terminais de gás ou petróleo, logo aparece a segurança e avisa que vamos ser presos. A pesca artesanal está acabando na Baía. Não tem mais jeito, não - afirma, enquanto mexe numa caixa com camarões graúdos capturados a cerca de 200 metros do terminal de gás da Ilha Redonda.

Referindo-se aos assassinatos recentes, ele garante nunca ter ouvido falar de casos semelhantes nas águas da Guanabara:

- Aquilo foi uma crueldade incrível. E a cada dia que passa a tendência é piorar. Mas para o lado de cá, em São Gonçalo, esse negócio de morte não chegou ainda não.

Donos de currais contratam vigias para evitar invasões

Sobre a disputa de áreas de pesca, o dono de currais e morador da Praia do Limão, em Magé, Irineu Teófilo, de 40 anos, observa que há um acordo tácito entre pescadores e "curraleiros".

- A gente chama de "lambanceiro" quem invade curral para roubar peixe. Não pode. Alguns donos de currais contratam vigilância para evitar roubos. Não dá para dizer o que aconteceu, mas não têm ocorrido conflitos maiores - diz Irineu, acrescentando que cada armadilha para pesca não sai por menos de R$ 5 mil e demora até um mês para ficar pronta.

Em nota, a Petrobras afirma que "não está em conflito com pescadores" e que "é uma atribuição da Capitania dos Portos definir a área de exclusão de pesca de cada empreendimento e fiscalizar o seu cumprimento". A assessoria do comando do 1 Distrito Naval não atendeu às ligações do GLOBO.

A Baía de Guanabara tem hoje cerca de 500 currais. Na APA de Guapimirim, 150 deles estão ativos. Donos de currais relataram que chegam a faturar até mil reais por dia. Em cada armadilha, trabalham até quatro pescadores. Em 2011, foram duas mil toneladas de peixes capturadas, segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Rio, órgão do governo estadual. Em todo o estado, foram contabilizadas 80 mil toneladas.

Em seis meses, empreendimentos da Rede Brasil Rural reúnem 200 mil agricultores rurais – Site do MDA. 10/07/2012

Abobrinha, banana, farinha de mandioca, feijão e mel. Esses são os cinco produtos da agricultura familiar mais ofertados na Rede Brasil Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A lista completa tem mais de 1,5 mil opções. Com seis meses de criação, a plataforma virtual trabalha a todo vapor e já registra a participação de 549 associações e cooperativas rurais. O conjunto é responsável por agrupar aproximadamente 200 mil produtores do campo.

O mapa brasileiro dos empreendimentos cadastrados reúne representantes de todas as unidades da Federação. Entretanto, alguns estados se destacam. É o caso do Rio Grande do Sul, que apresenta mais associações e cooperativas de agricultores familiares inscritas em todo o país – são 85 no total. O segundo lugar é ocupado por Minas Gerais e São Paulo, cada um com 67 empreendimentos. Logo em seguida, está a Bahia, com 65.

“Só para ter uma ideia, agora, no início de julho, recebemos uma ligação de um restaurante de Belo Horizonte interessado em comprar quatro mil quilos de polpa de fruta por mês. Acharam a gente pelo site. Mesmo recente, a Rede Brasil Rural já proporciona rendimento. A ferramenta aproxima a gente do consumidor”, conta o responsável pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Frutos do Cerrado (Asfruce), Raimundo Simplício Pereira. Com sede no município de São Francisco (MG), a 650 quilômetros da capital mineira, a associação é formada por 613 famílias agricultoras.

Na avaliação de Raimundo Pereira, a interação proporcionada pela plataforma é mais que comercial. “Quem, por exemplo, é da região e foi morar longe, tem a oportunidade

de manter a tradição, porque pode obter os produtos pela internet. Existe a valorização dos produtos e dos alimentos típicos", completa o agricultor.

"A Rede Brasil Rural começa a se tornar a realidade que nós planejamos, que é ter um mapeamento de toda a oferta da agricultura familiar brasileira em um mesmo local e, vinculado a isso, ter os agricultores, que são os fornecedores da matéria-prima ou até mesmo de produtos acabados", afirma o coordenador da Rede Brasil Rural, do MDA, Marco Antônio Viana Leite.

No Espírito Santo, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Afonso Cláudio (Cafac) está ansiosa para começar a utilizar a RBR. Com sete meses de criação – quase o mesmo tempo da plataforma – e 60 famílias produtoras rurais, a entidade já participou das capacitações oferecidas pelo MDA e realizou o cadastro na Rede. "A expectativa é grande. A ferramenta oferece novos caminhos, novas oportunidades. Isso faz com que os agricultores rurais possam alcançar outro patamar, sem a interferência dos atravessadores, o que antes só era possível para as grandes empresas", acredita Gelson Fiorio Zuin, assessor técnico da Cafac, que é especializada no cultivo de verduras, feijão, batata e frutas.

A capacitação citada por Gelson Zuin foi uma das ações desenvolvidas pelo MDA para disseminar a rede entre os agricultores rurais e os técnicos que atuam nas bases de serviços das cooperativas e associações. Iniciados em fevereiro, os treinamentos já foram realizados em 23 estados.

Com quatro horas de duração, a iniciativa orientou até o momento 2.084 pessoas, entre representantes de associações, cooperativas, agroindústrias – em especial as que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP-Jurídica), gestores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater), movimentos sociais do campo e membros das instituições parceiras, como Sebrae e Emater. O ciclo dessas capacitações deverá ser concluído no fim de julho, quando o Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso e Sergipe receberão o treinamento.

Os estados interessados na expansão da ferramenta podem ainda firmar um termo de cooperação com o MDA. Foi o que Bahia, Alagoas, Rondônia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte já fizeram. Com validade de 12 meses, a celebração do termo garante a realização de mais ações para implementar a Rede Brasil Rural na região.

Marco Antônio Viana Leite explica que a rede foi criada para completar os conjuntos de políticas públicas já existentes na agricultura familiar, que foram iniciadas com os serviços de assistência técnica e extensão rural e de crédito rural e complementadas com as ações que garantiam mercado para a comercialização dos produtos cultivados no setor, como o Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). "A Rede Brasil Rural surgiu da necessidade de ter um terceiro conjunto de políticas públicas que pudessem, efetivamente, fortalecer todas as iniciativas desenvolvidas e ainda gerar novas ações. Foi uma proposta da sociedade organizada, juntamente com o governo", explica.

Pnae

Outro recurso da Rede Brasil Rural permite a publicação dos editais de chamada pública

do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ativada há menos de dois meses, a plataforma apresenta 15 chamadas públicas do Pnae e mais de 160 mil estabelecimentos de ensino público cadastrados.

Ao fazer parte da RBR, as cooperativas e associações recebem uma notificação automática sempre que houver chamada pública para comprar os produtos e alimentos oferecidos pelos seus empreendimentos. A informação é visualizada na área restrita que cada organização tem dentro do portal da Rede, que é acessada mediante usuário e senha.

Atualmente, os estabelecimentos de ensino não são obrigados a divulgar os editais do Pnae na plataforma do MDA. Mas a Resolução nº 25 do FNDE, de 4 de julho, informa que pode haver mudança no futuro. Segundo o dispositivo, a publicação das chamadas no site da Rede Brasil Rural poderá se tornar obrigatória, a partir de 2013. Caso a medida seja incorporada à legislação do programa, o FNDE definirá uma regulamentação específica.

A Resolução nº 25 também apresenta mais uma normatização favorável à agricultura familiar. Ela aumenta de R$ 9 mil para R$ 20 mil o limite individual da venda do agricultor e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar.

Próximos passos
A interatividade encontrada na Rede Brasil Rural ganhará novos recursos. Até agosto, o MDA ativará a ferramenta do Armazém Virtual, que funcionará como uma vitrine on-line. As novidades ainda incluem o espaço para a central de frete e a plataforma de insumos orgânicos, também prevista para agosto. "Os recursos vão sendo colocados em operação a medida que temos mais empreendimentos e mais parceiros dentro da plataforma", conclui Marco Antônio Viana Leite.

Mapa lança Comitê Estratégico do Agronegócio. Site do MAPA. 10/07/2012

Comitê será composto pelo ministro, lideranças setoriais e empresariais do setor produtivo rural

Em comemoração aos 152 anos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, lançará, no dia 23 de julho, o Comitê Estratégico do Agronegócio. “Vamos ampliar o diálogo do ministério com as cadeias produtivas, os produtores e os empreendedores do setor rural, construindo uma agenda estratégica para o nosso agronegócio”, registrou.

O Comitê será composto pelo ministro, além de lideranças de entidades setoriais e empresariais do setor produtivo rural, com o objetivo de definir prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas agrícolas. Além disso, contribuirá na fixação de diretrizes, indicadores e metas de desempenho do agronegócio e suas respectivas cadeias produtivas, avaliará e acompanhará as ações governamentais aplicadas ao desenvolvimento e sustentabilidade do agronegócio nacional.

O custo de um país sem Seguro Rural. Antonio Buainain e Pedro Loyola – O Estado de São Paulo. 10/07/2012

A matriz da política pública brasileira foi historicamente montada sob uma lógica inversa ao bom senso, que sugere que "prevenir é melhor que remediar". De fato, em muitas áreas a opção política tem sido privilegiar o tratamento da doença e negligenciar a prevenção, ainda que os custos sejam muito mais elevados. Outro viés é aplicar políticas sem embasamento técnico adequado, simulações realistas de impactose de custo-benefício, parâmetros básicos para uma boa tomada de decisão. Apesar dos avanços institucionais, em muitas áreas ainda prevalecem a visão de curto prazo, a debilidade do planejamento estratégico e as motivações político-eleitorais, e as autoridades continuam preferindo apagar incêndios a intervir para evitá-los.

A matriz de política agrícola brasileira está desbalanceada; o governo gasta bilhões como crédito e a comercialização, mas o seguro rural teve pouca atenção e sua ausência em décadas anteriores deixou a porta aberta para a inadimplência e reestruturação das dívidas dos produtores com efeitos e custos indesejáveis para a sociedade, governo, agentes financeiros, fornecedores de insumos e produtores rurais.

O estudo *Seguro Agrícola no Brasil:* uma visão estratégica de sua importância *para a economia brasileira*, realizado pela MBAgro, confirma que o seguro não é apenas um mecanismo de proteção do agricultor, mas, sim, de promoção do crescimento econômico e que beneficia toda a sociedade. "Para que os agricultores consigam manter seus investimentos em tecnologia e aumento de produtividade é fundamental que sua renda se sustente no decorrer dos anos de maneira sustentável.

Não dá para sofrer interrupções nesse processo, pois a perda de capital com quebras de safra, que são inerentes à agricultura, pode criar um ciclo perverso, que é o de perda de renda, perda de capacidade de investimento, baixa tecnologia, baixa produtividade, baixa renda, e assim sucessivamente. É um ciclo negativo que se perpetua e que caracteriza muitas regiões importantes no País. O seguro rural rompe esse ciclo", diz Alexandre Mendonça de Barros, coordenador do estudo.

A agricultura tem importância estratégica para a vida social do País. São milhares de municípios que dependem, diretamente, da renda gerada pelo campo. Uma quebra de safra sem compensação tem efeitos multiplicadores negativos sobre toda a economia, afeta o nível de emprego, a demanda local e o bem-estar geral. Estimativas do estudo, baseadas na matriz de insumo-produto, mostram que esse custo não é pequeno.

No Paraná a simulação de uma perda de 13% da produtividade da soja, em 2010, resultaria, apenas no primeiro ano, em queda de R$ 1 bilhão no valor bruto da produção, em redução de aproximadamente 33 mil postos de trabalho e de quaseR$ 500 milhões na massa de salários. Esses efeitos afetam a arrecadação de impostos e tributos e punem antes os Estados e municípios mais pobres, com maior dependência da agricultura. O estudo estima que "as perdas de arrecadação por consequência de quebra de 10% da safra das principais lavouras produzidas no País seria de R$ 5,2 bilhões". Trata-se de valor bem inferior ao necessário para tornar viável o seguro e evitar o grosso das perdas, que não se resume a mà arrecadação. Já o prêmio total para cobrir as 12 principais lavouras, cultivadas em 59,645 milhões de hectares, seria de R$ 4,076 bilhões. No

Brasil subvenção é quase sempre entendida como um favor indevido do Estado em benefício do setor privado.

No entanto, em algumas das áreas mais estratégicas para o desenvolvimento do País, como a inovação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura, a subvenção é uma transferência em benefício de toda a sociedade. Não existe seguro agrícola sem subvenção e, hoje, apenas 18% da lavoura brasileira tem cobertura de seguro. Trata-se de um contrassenso deixar investimentos na galinha de ovos de ouro sujeitos a chuvas, trovoadas, ao excesso de frio e calor, à falta ou ao excesso de água.

Ministro acolhe propostas de representantes da ANA – Site do MDA. 11/07/2012

Investir em pesquisas para o desenvolvimento da agricultura familiar, flexibilizar as chamadas de assistência técnica e extensão rural (Ater) e promover a retomada do diálogo com a sociedade civil sobre o decreto que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Essas foram as principais propostas que integrantes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) apresentaram, nesta quarta-feira, 11, ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, em Brasília (DF). "É um momento muito importante para reabrir o debate sobre ater e todos nós, governo e sociedade civil, devemos nos preparar para isso", pontuou o ministro.

A respeito da elaboração do decreto que cria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Pepe concordou sobre a necessidade de retomar o diálogo com os movimentos sociais interessados no tema. "É muito saudável resgatar esse processo, para apresentarmos uma proposta mais consistente. Vamos verificar como isso pode ser feito", afirmou, após receber dos integrantes da ANA um documento com observações em relação ao texto do decreto.

Outro ponto destacado pelos representantes da ANA é o restabelecimento de repasses de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para investimentos em pesquisas de fomento à produção da agricultura familiar. "O ministro assegurou que vai trabalhar para dar continuidade ao processo de diálogo entre a sociedade civil e o governo federal em respeito ao decreto que cria a Política Nacional de Agroecologia. Nesse aspecto, nossa visita foi extremamente positiva", disse Sílvio de Almeida, do núcleo executivo da ANA.

Além dele, participaram da reunião integrantes da ANA que fazem parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Via Campesina, Rede Cerrado e Movimento dos Pequenos Produtores Rurais.

ANA
A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é uma rede não governamental que reúne movimentos e organizações com experiências em agroecologia, fortalecimento da produção familiar e desenvolvimento rural sustentável. Entre os objetivos da rede estão dar visibilidade e valorizar as experiências de agroecologia e formular propostas de políticas públicas para o setor.

Ministério recebe propostas do setor cooperativista – Site do MAPA. 11/07/2012

Entidades ligadas ao setor vão elaborar estudo técnico para ampliar a participação das cooperativas nos programas do BNDES

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, recebeu propostas da Bancada Gaúcha da Câmara dos Deputados para o setor cooperativista, na quarta-feira, 11 de julho. O encontro contou com a participação de representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS).

A principal reivindicação do setor é para ampliar a participação das cooperativas nos programas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A OCB e OCERGS farão um estudo técnico quanto à viabilidade da proposta, especialmente quanto à diminuição da taxa de juros relativo ao capital de giro.

O ministro Mendes Ribeiro Filho acenou positivamente à proposta e lembrou as conquistas do setor no Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, que conta com maior disponibilidade de recursos e limites de financiamento, passando dos atuais R$ 4 bilhões para R$ 5 bilhões.

O Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), por exemplo, ampliou em 50% o montante de recursos, que agora é de R$ 3 bilhões. Esse programa conta com a modalidade de capital de giro, cujo limite de crédito passa a ser de R$ 40 milhões por empresa, podendo ser ampliado até R$ 50 milhões. As associações da Região Sul poderão obter financiamento com taxas de juros de 5,5% ao ano, como crédito emergencial em decorrência das perdas ocasionadas durante a safra 2011/12 pela estiagem.

Já o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) agora conta com R$ 2 bilhões para apoio financeiro à produção, beneficiamento, industrialização e armazenagem, ações de adequação sanitária e recuperação de solos. O limite de financiamento passa de R$ 60 milhões para R$ 100 milhões.

Preços revigoram produção de soja. Fernando Lopes, Gerson Freitas Jr., Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/07/2012

A disparada das cotações internacionais, após meses de preços elevados, e um câmbio mais favorável redobraram o vigor da soja no país. Mato Grosso, o maior Estado produtor, deverá ter uma área semeada de 7,4 milhões de hectares na safra 2012/13, a maior já plantada. Recorde também deverá ser a colheita, projetada pelo Instituo Mato-grossense de Economia Agropecuária em 23 milhões de toneladas. No embalo de cotações fortes, 48,3% da produção prevista - e que sequer foi plantada - já foi negociada, quando nesta mesma época de 2011 o percentual era de 21%.

Os passos para uma safra recorde já foram dados, com a compra de 94% das sementes, 92% dos fertilizantes e 95% dos defensivos necessários. Ela depende agora do clima,

que emite sinais de que será favorável. Previsões meteorológicas atuais sinalizam boas e desejáveis chuvas para o início do plantio no Estado, em 15 de setembro.

Nas contas da Céleres, consultoria de Uberlândia (MG), 35% da soja que deverá ser colhida no país em 2012/13 já está comprometida com tradings e esmagadoras. A Safras & Mercado estima número próximo - 33% -, com destaque para os elevados percentuais de Mato Grosso (48%), Goiás (40%), Bahia (32%) e Minas Gerais (32%). De acordo com o Departamento da Agricultura dos EUA (USDA), a colheita de soja deverá atingir 78 milhões de toneladas, ante 65,5 milhões em 2011/12 e 75,5 milhões em 2010/11. A Companhia Nacional de Abastecimento ainda não divulgou suas estimativas.

Se for confirmada uma temporada menos produtiva para a soja nos EUA, a tendência é de preços também firmes na segunda metade deste ano, o que poderá colaborar para elevar as margens dos produtores brasileiros. Para o Mato Grosso, as primeiras indicações do Banco do Brasil - principal agente de crédito rural - são de manutenção da margem média entre R$ 880 e R$ 890 por hectare. Para o Paraná, que possui vantagens logísticas em relação ao Mato Grosso, a expectativa é de aumento de R$ 829, nível baixo por causa das perdas com a seca na safra passada, para R$ 1.398 em 2012/13.

O Valor Bruto da Produção da soja foi de R$ 47,7 bilhões na safra passada, 13,6% menor devido às quebras. Na bolsa de Chicago, os contratos de segunda posição de entrega acumulam valorizações de 31,7% em 2012 e 18,1% nos últimos 12 meses, segundo cálculos do Valor Data.

Boas perspectivas para a soja em 2012/13. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Fernanda Pressinott e Gerson Freitas Jr – Valor Econômico. 11/07/2012

A disparada das cotações internacionais da soja nas últimas semanas, após meses de negociações em patamares já elevados, deverá estimular a ampliação da área plantada com a oleaginosa no país e garantir margens polpudas aos produtores brasileiros na safra 2012/13. Carro-chefe do agronegócio nacional há mais de uma década, a soja poderá, assim, retomar a dianteira na colheita de grãos e fortalecer sua liderança no valor bruto da produção (VBP) agrícola e nas exportações do setor.

Com a "ajuda" de um câmbio também mais atraente, os bons preços que marcaram o primeiro semestre levaram à aceleração das vendas antecipadas e praticamente já definiram mais um ciclo de aumento da área de cultivo em Mato Grosso, que encabeça a produção de soja do Brasil. Conforme o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Famato), a movimentação dos produtores indica que área, produtividade e produção deverão aumentar em relação ao ciclo 2011/12 - 4,8%, 2,7% e 7,7%, respectivamente.

Segundo as mais recentes projeções do Imea, a área semeada com soja deverá alcançar 7,4 milhões de hectares em 2012/13 em Mato Grosso, 1,7 milhão mais que em 2008/09 e um novo recorde. A colheita, por sua vez, está calculada em 23 milhões de toneladas, 5,5 milhões mais robusta que em 2008/09 e, se confirmada, também a maior da história. Ainda de acordo com o instituto, 48,3% da produção prevista - e que sequer foi plantada - já foi negociada, quando nesta mesma época do ano passado, quando estava em andamento a comercialização da safra 2011/12, o percentual era de 21%.

Como o Imea calcula que 94% das sementes, 92% dos fertilizantes e 95% dos defensivos necessários para a semeadura da oleaginosa já estejam comprados em Mato Grosso, pode-se - quase - garantir que só um acidente grave será capaz de evitar o avanço. E o clima, principal protagonista de "acidentes graves" no campo, por enquanto dá sinais de que será favorável. Previsões meteorológicas atuais sinalizam boas e desejáveis chuvas para o início do plantio no Estado, em 15 de setembro.

Nas contas da Céleres, consultoria com sede em Uberlândia (MG), 35% da soja que deverá ser colhida no país em 2012/13 já está comprometida com tradings e esmagadoras graças aos "excelentes patamares de preços pagos no mercado interno e à proximidade dos trabalhos de cultivo da nova safra". A Safras & Mercado estima que 33% da futura produção nacional já esteja comprometida, com destaque para os elevados percentuais em Mato Grosso (48%), Goiás (40%), Bahia (32%) e Minas Gerais (32%). Mesmo o Rio Grande do Sul, que historicamente antecipa pouco as vendas, já tem cerca de 15% da colheita esperada "travada".

Segundo o Departamento da Agricultura dos EUA (USDA), a colheita deverá atingir 78 milhões de toneladas do grão no Brasil no novo ciclo, ante 65,5 milhões em 2011/12 e 75,5 milhões em 2010/11. A Conab, ligada ao Ministério da Agricultura, ainda não divulgou estimativas para 2012/13, mas calculou a colheita em 66,4 milhões de toneladas em 2011/12, ante 75,3 milhões no ciclo anterior.

Esta forte quebra da produção na safra recém-encerrada, provocada por uma longa estiagem gerada pelo fenômeno La Niña e concentrada na região Sul do país, pode ser considerada a primeira lufada em direção ao avanço nacional que deverá ser observado em 2012/13. Avanço esse puxado por Mato Grosso, já que Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina terão pela frente uma temporada de recuperação após as perdas bilionárias apuradas na safra passada. Conforme a Conab, a colheita de soja no Sul ficou em 18,6 milhões de toneladas em 2011/12, uma queda de quase 35% sobre 2010/11.

Os reflexos do La Niña no Sul do Brasil começaram a exercer uma influência mais flagrante nas cotações internacionais da soja em grão e seus derivados (farelo e óleo) em meados de dezembro de 2011, quando as lavouras do ciclo passado estavam em desenvolvimento. Puxada pela China, a demanda internacional não arrefeceu como se previa e os preços seguiram elevados, inclusive com prêmios positivos nos portos brasileiros mesmo durante o escoamento da safra mais magra que foi colhida.

Passada essa fase aguda de escassez no Brasil, que já forçou as grandes tradings (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) a importarem pequenos volumes do grão da "concorrente" Argentina - onde os danos do La Niña foram menores -, o mercado global passou a acompanhar as tendências para o Hemisfério Norte, cujas plantações da safra 2012/13 estão em desenvolvimento. E como não houve aumento significativo da área de cultivo nos EUA, maior produtor e exportador global, à frente do Brasil, e a seca e o calor hoje afetam as lavouras, as cotações não pararam de subir, catapultadas por investimentos especulativos. Mesmo em fase de "aversão" ao risco, os fundos mantiveram-se ativos na soja por conta da oferta global escassa.

Na bolsa de Chicago, referência global para as cotações do grão, os contratos de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) acumulam valorizações de 31,7% em 2012 e de 18,1% nos últimos 12 meses, conforme cálculos do Valor Data.

E isso apesar da queda de 1,01% registrada ontem, fruto de um ajuste de posições antes da divulgação pelo USDA, hoje, de um novo relatório sobre as condições das lavouras americanas.

Essas fortes altas, sobretudo as das últimas semanas, levaram o Ministério da Agricultura a adiar seus novos cálculos para o valor bruto da produção (VBP) das 20 principais culturas agrícolas do país em 2012, conforme informou ao **Valor** o coordenador de planejamento estratégico da Pasta, José Garcia Gasques. As últimas estimativas do ministério para o VBP da soja neste ano apontaram para R$ 47,7 bilhões, 13,6% menos que em 2011 por conta da menor produção. Mesmo sem uma revisão mais expressiva para cima, que deverá acontecer, a oleaginosa se mantém na liderança desse ranking.

Liderança que também foi mantida nas exportações do setor de agronegócios no primeiro semestre. Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pelo ministério, os embarques do chamado "complexo soja" (grão, farelo e óleo) renderam US$ US$ 15,9 bilhões no primeiro semestre do ano, 25,4% mais que entre janeiro e junho de 2011. Apesar da redução da oferta em razão da seca que marcou a safra 2011/12 na região Sul, a forte demanda da China acelerou os embarques e determinou a alta observada. Com a escassez do grão e os chineses aparentemente bem abastecidos, a tendência é de arrefecimento no segundo semestre.

Se de fato for confirmada uma temporada menos produtiva nos EUA, a tendência é de preços também firmes na segunda metade deste ano. Ainda que seja normal que o início do escoamento da produção americana provoque alguma queda, o quadro poderá colaborar para margens maiores para os produtores brasileiros. Para Mato Grosso, as primeiras indicações do Banco do Brasil - principal agente liberador de crédito rural do país - são de manutenção da margem média entre R$ 880 e R$ 890 por hectare. Para o Paraná, que tem vantagens logísticas em relação ao Estado do Centro-Oeste, a expectativa é de aumento de R$ 829 em 2011/12 (nível baixo por causa das perdas) para R$ 1.398.

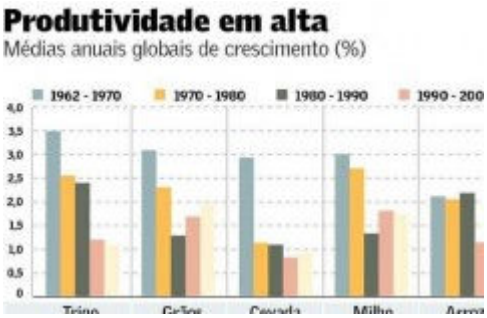
Mas, se para área plantada, produtividade, produção e preços ainda há muitas incertezas no ar, apesar das boas perspectivas, para as margens a "futurologia" é ainda mais complicada. "É cedo para cravar que será uma safra de rentabilidade recorde, mas o fato é que a sinalização é positiva", resume Flávio F. Junior, diretor da Safras & Mercado.

Brasil é destaque em trabalho da OCDE sobre produtividade. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/07/2012

A produtividade da agricultura brasileira cresceu o dobro da média mundial na ultima década, ou cerca de 4% ao ano, segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que ilustra a potência do setor no país. O rendimento de culturas como milho, arroz e trigo aumentou bem mais do que em países produtores tradicionais, como Estados Unidos, Canadá, Japão e Rússia.

Conforme a OCDE, o aumento da produtividade na agricultura tem convergido entre as principais regiões do mundo para cerca de 2% ao ano depois da Segunda Guerra mundial. No entanto, alguns grandes países como Brasil, China, Indonésia, Rússia e

Ucrânia conseguiram taxas muito mais altas, entre 3% e 5% ao ano. O crescimento da produtividade brasileira passou de 0,9% ao ano, em média, entre 1961 e 1970, para 4,04% entre 2001 e 2009. Rússia e Ucrânia, que saíram de níveis baixíssimos, conseguiram altas de 4,29% e 5,35% ao ano, respectivamente, na última década.



No caso dos EUA, um dos maiores produtores mundiais, o ganho médio de produtividade aumentou de 1,21% para 2,26% ao ano na última década. Mas houve um declínio em vários membros da ODCE, como Austrália, Canadá, Coreia do Sul e México. Isso se explicaria pelas mudanças no clima e nas políticas agrícolas, aumento das exigências ambientais e falta de investimento em inovações. A Austrália, por exemplo, diminuiu gastos com pesquisas e desenvolvimento.

A produtividade do trabalho agrícola cresceu mais rapidamente do que a da terra em vários países da OCDE. Já na América Latina e na China, o crescimento foi forte em ambos os casos, com cerca de 4,5% ao ano na China entre 1990 e 2005, e 3% na América Latina. Os índices contrastam com o restante da Ásia e da Africa, que tiveram expansão de apenas 1% ao ano.

O rendimento das principais culturas dobrou ou triplicou no mundo entre 1961 e 2010. A produção por hectare continua aumentando, mas ela não se reflete em alguns cereais que, por sinal, tiveram médias mais baixas nas duas últimas décadas do que as registradas no pós-guerra. Desde 1980, o crescimento no rendimento do trigo e do milho recuou de 2,4% para 1%. O milho subiu ligeiramente para 2% ao ano, mas a soja caiu de 1,6% em 1970 para menos de 1% na década passada no mundo.

Em relação ao Brasil, a produção por hectare de arroz cresceu 3,7% ao ano entre 2000 e 2010. Na Rússia, a alta de 4,8%, nos EUA de 1,2% e no Japão e no México, de apenas 0,3%, no mesmo período. A produtividade do milho cresceu 3,3% ao ano no Brasil, pouco se comparado aos 6% da África do Sul, mas superior aos aumentos dos EUA (1,6%) e do México (2,7%). O trigo registrou aumento na produtividade de 3,2% por ano no Brasil, quase o dobro em relação à década anterior, e acima de Canadá (2,1%), EUA (1,8%) e Rússia (2,5%).

Nas últimas décadas, o uso de terra em agricultura cresceu nas nações em desenvolvimento, mas diminuiu nos países ricos; globalmente, a agricultura representa 70% do uso de água fresca. Nos países da OCDE, a taxa cai para 45%.

Subsídios em países desenvolvidos seguem elevados – Valor Econômico. 11/07/2012

Os subsídios agrícolas concedidos pelos países desenvolvidos alcançaram US$ 252 bilhões em 2011, ou 4,6% a mais do que no ano anterior, segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que ainda será publicado e ao qual o **Valor** teve acesso.

A entidade ressalta que a alta registrada foi em dólar. O valor em euros (182 bilhões) permaneceu idêntico ao de 2010. O volume representa 19% das receitas agrícolas totais na OCDE, o menor nível observado desde que a entidade começou a calcular o apoio aos agricultores nos anos 1980. No ano passado, a OCDE havia publicado que os subsídios de 2010 tinham representado 18% da receita total, mas agora o índice subiu para 20%, com a sua revisão.

A organização utiliza uma metodologia própria para medir a proteção ao setor agrícola. É a Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, na sigla em inglês), um indicador do valor monetário bruto anual transferido por consumidores e contribuintes como apoio aos agricultores.

O recente declínio no apoio aos produtores ocorreu em virtude do aumento no preço das commodities no mercado mundial, mais do que em razão de mudanças nas políticas agrícolas. Com as cotações dos produtos em alta, agricultores americanos, europeus e asiáticos precisaram de menos ajuda.

Em todo caso, os subsídios que causam uma distorção no comércio - definidos como pagamentos baseados na produção - ainda representam 51% do total, comparados aos 86% entre 1986 e 1988.

Alguns países tentam cortar a ajuda ligada à produção e implantam o pagamento baseado em área histórica, número de rebanho, renda agrícola, etc. Quanto menor a ajuda ligada à produção, o produtor terá menos necessidade de aumentar a colheita com o objetivo de obter maiores subsídios.

A Nova Zelândia continua a dar o menor apoio aos seus agricultores, de apenas 1% da renda agrícola, e na Austrália são concedidos 3%. Os campeões continuam a ser Noruega (58%), Suíça (54%), Islândia (48%) e Coreia (45%).

Na União Europeia, os subsídios alcançaram US$ 103,1 bilhões, equivalente a 18% da renda agrícola. Na média, os agricultores recebem 5% a mais do que os preços praticados no comércio mundial. Mas alguns produtos tem benefícios maiores, como o caso do açúcar (preços 6% mais altos), carnes bovina e ovina (20% superior), além de barreiras para importações que permitem que produtores de frangos ganhem 50% mais que os preços de mercado.

Nos EUA, a ajuda alcançou US$ 30,5 bilhões, representando 8% da renda agrícola, abaixo da média da OCDE. Os preços ao produtor eram 13% mais altos do que no mercado internacional entre 1886 e 1988, mas recuou para 1% entre 2009 e 2011. O maior subsídio foi concedido para o setor açucareiro.

No Japão, o apoio aos agricultores totalizaram US$ 61 bilhões no ano passado contra os US$ 55,2 bilhões em 2010. Os preços recebidos por eles eram 1,8 vezes mais altos do que no mercado mundial. Na Coreia, os subsídios são voltados principalmente para a produção de arroz.

Após décadas de declínio nos preços reais das commodities agrícolas, a OCDE avalia que no médio prazo as cotações vão se manter elevadas. O mercado passa a oferecer boa remuneração aos agricultores que antes precisavam de dinheiro público.

A expectativa da entidade é de que com o crescimento significativo da demanda, as pressões por recursos limitados e os efeitos incertos das mudanças climáticas, façam com que os governos tenham uma boa oportunidade para cortar os subsídios agrícolas.

MDS e Rio Grande do Sul firmam parcerias para fortalecer a agricultura familiar. Adriana Scorza – Site do MDS. 12/07/2012

Tereza Campello e governador Tarso Genro assinam termos de adesão ao novo modelo do PAA e à assistência técnica e extensão rural e fomento. Durante a solenidade, a ministra também anunciou o aumento do preço do quilo do leite em pó comprado pela Conab

Porto Alegre, 12 – A ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, firmaram parcerias para impulsionar a agricultura familiar no estado. Na manhã desta quinta-feira (12), no Palácio Piratini em Porto Alegre, eles assinaram termos de adesão ao novo modelo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à assistência técnica e extensão rural (Ater) e fomento. Durante a cerimônia, a ministra também anunciou o aumento de R$ 7,50 para R$ 8,50 do preço do quilo do leite em pó comprado pelo governo por meio do PAA.

Tereza Campello destacou o trabalho conjunto dos governos federal e estadual, que vai levar assistência técnica para cerca de 6 mil agricultores familiares. "O estado oferece a assistência técnica", lembrou, acrescentando que o país está construindo, junto com ações como o Bolsa Família, uma estratégia de saída da extrema pobreza. Segundo ela, R$ 2,4 mil serão distribuídos, por meio do fomento, para cada família que receberá a assistência técnica.

Ao elogiar a boa estrutura da assistência técnica no Rio Grande do Sul, a ministra frisou que o governo federal quer expandir para outros estados. "Com a assistência técnica, o acesso à água, as sementes e os fomentos, os agricultores podem construir uma estratégia para entrarem no PAA e comercializarem o seu produto".

Pela primeira vez, o governo do estado do Rio Grande do Sul vai operacionalizar o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. Anteriormente, convênios foram firmados com municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2011, esses convênios atenderam mais de 7 mil agricultores familiares num total de R$ 24,8 milhões. Cerca de 480 entidades socioassistenciais foram beneficiadas. "Agora vamos expandir o PAA, que é um programa que faz com que assentados e pequenos agricultores se organizem em cooperativas e construam uma rota

de inclusão produtiva, garantindo renda e vendendo seus produtos para os setores público e privado."

As novas normas do programa preveem que todos os demais estados – e os municípios em seguida – devem assinar o termo de adesão, em lugar da celebração de convênios. As outras mudanças no PAA envolvem também o fim da obrigatoriedade da contrapartida financeira pelos governos locais, a implantação de um sistema informatizado, a implantação de repasse financeiro aos estados e municípios para a gestão administrativa e o pagamento do valor adquirido diretamente ao agricultor familiar, que sacará o recurso com um cartão bancário.

Agora, estados e municípios serão parceiros no cadastramento, na assistência técnica, no acompanhamento das famílias, na relação das entidades que ganharão os alimentos e no atestado do recebimento dos alimentos. Já o pagamento aos agricultores será feito diretamente pelo ministério, que passará uma ordem bancária ao Banco do Brasil. O banco executará o pagamento direto ao agricultor por meio de um cartão de saque.

Leite em pó – Ao falar sobre o aumento do preço do quilo do leite em pó, a ministra lembrou que o produto tem importância no Rio Grande do Sul. "O estado é praticamente o único produtor de leite em pó." O leite em pó é comprado pela Conab por meio do PAA para compor estoques de segurança alimentar e nutricional.

Durante o evento em Porto Alegre, também foi lançado o Plano Safra Estadual 2012/2013, que contará com recurso de R$ 2,4 bilhões. Tereza Campello reforçou a estratégia do governo federal de promover desenvolvimento e crescimento econômico. "Vamos construir um modelo de desenvolvimento econômico com a inclusão de milhões de brasileiros."

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, destacou o aumento da renda das famílias rurais. "A renda média dos lares rurais cresceu três vezes mais do que nas áreas urbanas nos últimos anos e isso se deve ao conjunto de políticas públicas."

O governador Tarso Genro acrescentou que "a política brasileira tem que olhar o desenvolvimento a partir da base, ou seja, de baixo para cima, e é o que o governo vem fazendo".

Disputa se acirra na capital do pré-sal. Fernanda Pires – Valor Econômico. 12/07/2012

Santos, no litoral de São Paulo, vive nova onda de desenvolvimento econômico. Alçada à capital futura do pré-sal e sede do maior porto da América Latina, o município tem pela frente seu maior desafio na década: capacitar a população para acessar a riqueza.

Trata-se da chance de redenção da cidade com seu povo, evitando o que ocorreu na década de 90. A privatização de parte do polo siderúrgico em Cubatão e dos serviços portuários extinguiu cerca de 20 mil postos de trabalho. Em poucos meses, a cidade ganhou uma massa de desempregados equivalente a 23% da população da época, conforme números do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos (Nese) da Universidade Santa Cecília. Em março deste ano, o índice fechou em 10,1%.

Será essa a pedra de toque das eleições de outubro, que promete ser uma das mais disputadas da história da cidade. São nove candidatos, atrás somente da eleição de 1984, que teve 11 postulantes ao Palácio José Bonifácio, sede do governo que tem o nome do patrono da Independência, nascido na cidade.

"É preciso compartilhar essa riqueza com o cidadão. O maior desafio é a qualificação", afirma o candidato Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), que lidera a última pesquisa realizada na cidade até o fechamento desta edição (antes da oficialização das candidaturas). Ele credita na sua conta dois feitos: a transferência do curso de engenharia de petróleo da Universidade de São Paulo (USP) para Santos, já em funcionamento com dez vagas; e uma nova Faculdade de Tecnologia (Fatec) com cursos de petróleo e gás, ainda inativa. E promete que o Via Rápida Emprego, programa estadual de qualificação, atenderá mais de 5 mil pessoas quando ficar pronto, na zona noroeste da cidade.

Mas os problemas vão além. Os empreendedores que poderiam aproveitar as oportunidades da cadeia do pré-sal não têm aderência a esse mercado. Até o ano passado, somente 5% das compras corriqueiras da Petrobras para a Bacia de Santos e Refinaria Presidente Bernardes (em Cubatão) - avaliadas em R$ 200 milhões anuais - eram oriundas de empresas da região.

De acordo com o Sebrae-SP, 85,2% dos empresários da região têm interesse em fornecer bens e serviços para a cadeia de petróleo e gás. Apenas 14%, contudo, buscam informações sobre como fazê-lo. O levantamento foi feito com 600 micro e pequenas empresas das nove cidades que compõem a Baixada Santista (Santos, Guarujá, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga) com potencial de fornecimento.

"Avalio que uma geração foi perdida. Até hoje ainda não temos este preparo. Isso significa menos postos de trabalho e menos arrecadação. É preciso corrigir este cenário, com urgência, fazendo do poder público um indutor do desenvolvimento de Santos e da nossa região metropolitana", afirma a ex-prefeita Telma de Souza (PT).

Concorrendo pela sexta vez ao cargo (que ocupou de 1989 a 1992), ela foi alvo de deboche pelo então adversário Beto Mansur (PP) nas eleições de 2000, quando disse que havia petróleo na Bacia de Santos. "Fui desqualificada injustamente e perdi a eleição. Não exclusivamente, mas principalmente por causa disso. O resultado está aí: o pré-sal é uma realidade e nós não temos jovens suficientemente capacitados para ocupar os principais postos de trabalho que estão sendo gerados".

Mansur, também concorrendo, recusa o mea culpa. "Eu disse que não ia ter petróleo em Santos e não tem. O que existe é a escolha de Santos para ser o centro logístico, a base desse pré-sal todo, que ainda levará tempo para ser prospectado e produzido". E engrossa o coro da capacitação. "O grande mote é procurar integrar a sociedade que vive na zona noroeste, nos morros, para usufruir dessa riqueza".

Hoje, o pré-sal está em fase inicial de exploração. "Os resultados são coisa para dez anos", avalia Alcindo Gonçalves, do Instituto de Pesquisas A Tribuna (IPAT).

Daí a percepção de que, até agora, a exploração e produção nas camadas mais profundas da Bacia de Santos lograram mais ônus do que bônus ao cidadão. A começar pelo boom imobiliário e pelo aumento do custo de vida verificado na região. O Índice de Preço do Consumidor da Cidade de Santos (IPC-Nese) apresentou inflação de 3,15% neste ano até junho. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede o efeito dos preços sobre o orçamento das famílias brasileiras, apontou alta menor, de 2,24%. Em 2011, a mesma coisa. O custo de vida em Santos aumentou 7,04% contra alta de 5,97% do IPCA. O coordenador de pesquisas do Nese, Jorge Ferreira, avalia que em 2011 houve recuperação de alguns indicativos, como aluguéis.

"É controversa essa avaliação de que o custo de vida é caro em Santos. O que é caro é o preço do imóvel. Como a cidade é uma ilha e não tem para onde expandir, a tendência é que o metro quadrado se valorize a cada dia", afirma Ferreira.

Sérgio Aquino (PMDB), candidato da situação, avalia que o atual momento é - mais uma vez - uma oportunidade resultante da posição estratégica de Santos, facilitada pelo estuário. "A decisão da Petrobras de instalar a sede em Santos foi em função da experiência da cidade com a atividade logística. A Bacia precisará de apoio logístico entre terra e mar e as plataformas ficam a 400 km da costa, não é pouca coisa". Aquino avalia que reside aí a grande oportunidade econômica e de geração de empregos qualificados.

De olho no futuro, a Prefeitura gravou na revisão do plano diretor uma área para criação de um parque tecnológico. São pouco mais de 3 milhões de metros quadrados a serem destinados à instalação de empresas de produção de ciência e tecnologia. Na mesma revisão, duplicou a região apta a receber empreendimentos portuários e retroportuários na área continental.

Atualmente a Petrobras estuda como desenvolver sua base logística no porto de Santos. Junto com a de Itaguaí (RJ), a unidade alimentará as plataformas da Bacia em alto-mar.

Fala-se em investimentos nos próximos dez anos de R$ 200 bilhões para a região em razão do binômio petróleo-porto. "Hoje ainda não é possível mensurar o retorno efetivo deste processo na massa salarial, na geração de empregos, inclusive em função do cenário econômico internacional e das restrições de ordem ambiental", afirma Rodolfo Amaral, da RAmaral & Associados.

De qualquer forma, não se deve esperar, para Santos, ampliação significativa na receita de royalties, que hoje está em torno de R$ 2,5 milhões anuais, decorrente do corte do subsolo por dutos e do terminal da Petrobras. Grande parte dos volumes de óleo do pré-sal de Santos deverá ser escoada por refinarias em outros estados, especialmente no Nordeste.

Onde a cidade tem mais ganhar é na arrecadação de impostos advindos da chegada de empresas. Multinacionais como Halliburton, Modec, Schlumberger, para citar algumas, inauguraram recentemente escritórios comerciais para ficar perto do raio de atuação da petrolífera.

De investimento concreto em andamento em solo santista existe a construção da sede da Petrobras para a Bacia de Santos, que recebe este nome mas vai de Santa Catarina ao Rio de Janeiro. O investimento é de R$ 380 milhões e compreende um complexo de três torres com capacidade para mais de 6 mil funcionários a ser entregue até 2018. Elas serão erguidas em fases - apenas as obras da primeira já começaram e devem terminar no próximo ano.

Hoje, o porto de Santos e as atividades correlatas (despacho aduaneiro, agência de navegação, entre outros) ainda são a maior fonte de arrecadação municipal, respondendo por quase 62% de toda a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS). Em 2011, o ISS cresceu 21,6%, chegando a R$ 301,5 milhões, o equivalente a 46,4% das receitas tributárias.

A ampliação da capacidade de movimentação de contêineres até o fim de 2013 deverá ter impacto mais direto tanto na arrecadação de impostos quando na geração de empregos. Juntos, os novos terminais da BTP e Embraport quase duplicarão a atual oferta de contêineres do porto. Com alto grau de automação no embarque e desembarque de cargas, as empresas buscam mão de obra especializada.

Fábio Nunes (PSB), o professor Fabião, defende o que chama de visão 'holística' do desenvolvimento. Forjado no bojo da militância ambiental, aderiu ao governo atual, de João Paulo Papa (PMDB), para ocupar a cadeira de Meio Ambiente. "Costumo dizer que fui gerador de conflito, hoje sou gestor", afirma. "A cidade está se preparando para atacar o potencial dessa cadeia do pré-sal. O desafio é ter arranjos produtivos locais e economia inclusiva".

O vencedor das eleições em Santos administrará orçamento de R$ 1,5 bilhão; PIB de R$ 22,5 bilhões (a 7ª economia do Estado); e terá a tarefa de integrar a zona leste, mais rica, e a zona noroeste e morros, mais pobre, onde moram 100 mil habitantes - quase 24% da população.

"Hoje existem duas cidades totalmente opostas. Mais de 7.500 famílias vivem em condições sub-humanas de habitação, com menos de três salários", aponta Barbosa.

O novo prefeito tem de efetivar o programa da prefeitura que conta com recursos das três esferas da federação para macrodrenagem, habitação e infraestrutura, diz Fábio Nunes. Ao todo, serão investidos R$ 549 milhões entre 2011 e 2015

"Não podemos fazer um centro de excelência financeira e técnica em detrimento de outras cidades", diz Telma. Segundo ela, há problemas comuns de educação, saúde e mobilidade urbana.

Quarenta e dois por cento dos moradores apontam que a saúde deve ser prioridade do próximo prefeito. Santos tem hoje 1.915 leitos hospitalares, média de 4,5 leitos para cada mil habitantes. É mais do que recomenda o Ministério da Saúde, que estabelece a relação mínima ideal de 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes. Mas Santos recebe o fluxo de moradores das cidades vizinhas, o que joga para baixo essa relação.

O dispêndio global do município para o setor, em 2010, foi de R$ 261,6 milhões, dos quais R$ 169,5 milhões com recursos próprios. A legislação impõe investimento

mínimo em saúde de 15%, mas Santos cumpre um índice de 18,05%. O grande desafio do setor, em 2013, será a manutenção do novo Hospital dos Estivadores, recém-adquirido pela Prefeitura e em fase de aparelhamento para entrar em funcionamento. "A maior parte dos problemas é metropolitana, então as soluções têm de ser metropolitanas", afirma Barbosa.

Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural começa a ser desenvolvido – Site do MAPA. 13/07/2012

Grupo de Trabalho vai propor a estruturação da rede, que atenderá a todos os segmentos de produtores

A Portaria nº 642, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 13 de julho, cria o Grupo de Trabalho que vai propor a estrutura de um novo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, divulgou durante o anúncio do Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, no final de junho, que a proposta de criação da rede estava em estudo. Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff também se manifestou a favor de um novo sistema. “O governo considera essencial para agricultura pequena, média e grande a assistência técnica e extensão rural”, disse.

O Grupo de Trabalho sobre Assistência Técnica e Extensão Rural – GT-ATER será composto por um representante titular e um suplente de quatro secretarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), da Empresa Nacional de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), todas vinculadas ao Mapa.

O GT-ATER deve entregar um relatório final após 45 dias da publicação desta portaria. O documento vai considerar as diferenças regionais existentes no território nacional para atender a todos os segmentos de produtores e apresentará as demandas e contribuições para a formação do novo sistema, com elementos necessários ao Ministério da Agricultura e a outros ministérios, como o do Desenvolvimento Agrário, que terá membros convidados.

Os temas e encaminhamentos do GT-ATER serão levados ao conhecimento do Conselho Superior do Agronegócio. Estão previstas reuniões ordinárias uma vez por semana e encontros extraordinários poderão ser convocados pelo coordenador do grupo.

Brasil Sem Miséria beneficia 129 mil famílias no campo no primeiro semestre – Site do MDA. 13/07/2012

Nos seis primeiros meses deste ano, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) garantiu assistência técnica e extensão rural (Ater) a 129 mil famílias de agricultores em situação de extrema pobreza. Desse total, 35 mil já estão sendo atendidas e o processo de contratação de serviços para beneficiar outras 93,4 mil está em fase de finalização. O serviço de Ater, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é a porta de acesso para os demais instrumentos do governo federal para a inclusão produtiva no campo, como os programas Fomento e de Insumos. "A ação do MDA no

Brasil Sem Miséria demonstra que a produção de alimentos pela agricultura familiar é um dos pilares para a política econômica do projeto nacional de desenvolvimento", avalia o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller.

Segundo o secretário da pasta, o MDA tem três grandes estratégias e prioridades dentro do Brasil Sem Miséria. “Uma delas é a estruturação produtiva dos agricultores que estão na extrema pobreza. Com o recurso do Fomento e o acompanhamento da assistência técnica estamos apoiando a estruturação produtiva desses agricultores. Nosso objetivo é garantir a segurança alimentar e a renda das famílias", pontua o secretário. Os outros dois desafios apontados por ele são a organização econômica e uma produção cada vez mais sustentável da agricultura familiar.

O Programa Fomento atendeu, no primeiro semestre, 11.825 famílias com renda per capita mensal até R$ 70. Elas receberam a primeira parcela do benefício, no valor de R$ 1 mil, para investir em atividades produtivas. O programa prevê a transferência de R$ 2,4 mil para cada beneficiário – o pagamento é dividido em três parcelas – e chega aos agricultores por meio da Ater. A ação é de responsabilidade do MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Além desse auxílio, o Brasil Sem Miséria distribuiu 10 kg de sementes de milho, 5kg de sementes de feijão e kits de hortaliças para cada uma das mais de 12,5 mil famílias em situação de extrema pobreza.

Bolsa Verde

Cerca de 11,7 mil famílias em situação de extrema pobreza, que produzem com critérios de sustentabilidade, acessaram a Bolsa Verde no primeiro semestre. Mais de 70% delas vivem em assentamentos agroextrativistas indicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia vinculada ao MDA. O programa de transferência de renda contempla trimestralmente com R$ 300 famílias que preservam florestas nacionais, reservas extrativistas e promovam o desenvolvimento sustentável. O benefício pode ser estendido até dois anos, com possibilidade de renovação.

Para este ano, a previsão é atender 73 mil famílias, antecipando a meta inicialmente estabelecida para 2014. A ação orçamentária é do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O pagamento aos beneficiários do Programa Fomento e da Bolsa Verde é efetuado por meio do cartão do Bolsa Família.

Perfil

O Plano Brasil Sem Miséria prevê a erradicação da pobreza extrema no país até 2014. Em 2010, aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros viviam nessa situação. Destes, 7,6 milhões vivem no meio rural – 5 milhões deles estão no Nordeste, representando 66% do total. Do público-alvo, 40% têm até 14 anos e 47% vivem na área rural. As chamadas de Ater do MDA visam atacar o problema fortemente na região. Mais de 35,5 mil famílias já estão recebendo assistência técnica no Nordeste e em Minas Gerais. Com a chamada, lançada em abril deste ano, mais 93,4 mil famílias serão atendidas, totalizando 129 mil. Com os investimentos, o MDA busca garantir a inclusão produtiva dessas pessoas, melhorando a renda e a qualidade de vida

Economia Solidária recebe aporte de R$ 24 milhões. André Luiz Gomes – Site do MDS. 13/07/2012

Cooperação firmada entre MDS e Ministério do Trabalho e Emprego reforça ações de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria

Brasília, 13 – Prefeituras de 42 cidades vão receber R$ 24 milhões para desenvolver projetos de economia solidária, ação do Plano Brasil Sem Miséria. Os recursos foram disponibilizados por meio de termo de cooperação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), publicado no Diário Oficial da União em 4 de julho.

Ao todo, 97 municípios participaram do edital 003/2011, do MTE. A meta neste ano é beneficiar cerca de 25 mil pessoas em situação de pobreza extrema em todo o país. Em 2011, foram firmados sete convênios, que beneficiaram 340 empreendimentos e mais de 6,4 mil pessoas.

Para o diretor de Inclusão Produtiva do MDS, Luiz Muller, a parceria promove desenvolvimento e inclusão social. "Apoiar projetos de economia solidária possibilita que as pessoas construam alternativas de renda a partir de uma visão mais coletiva, constituída em cooperativas ou grupos de produção", afirma.

Os 42 projetos selecionados estão organizados em quatro eixos: "Organização Sociocomunitária", que visa gerar capacitação e espaços para potenciais investimentos e desenvolvimento; "Formação e Assessoria Técnica", que vai oferecer capacitação em economia solidária e assistência aos empreendimentos; "Investimentos e Finanças Solidárias", que incentiva programas de microcrédito; e "Organização da Comercialização Solidária", que apoiará as iniciativas de inserção dos produtos e serviços no mercado.

Paraguaios vislumbram colheita recorde de soja. Mariana Caetano – Valor Econômico. 13/07/2012

Estimulados pelos preços internacionais e a promessa de clima favorável, os agricultores do Paraguai se preparam para produzir uma safra recorde de soja no ciclo 2012/13 e apagar as más lembranças da temporada passada, quando quase metade da colheita foi perdida por conta da seca. Segundo Luis Cubilla, conselheiro agrícola da Capeco (entidade que representa os exportadores de grãos do país), a área plantada deverá crescer 10% em relação ao recorde anterior, que era de 3 milhões de hectares.

Na safra passada, os paraguaios colheram 4,4 milhões de toneladas, bem abaixo das 7,1 milhões do ciclo 2010/11, devido à seca causada pelo La Niña. Se o rendimento na temporada 2012/13 se aproximar do de 2010/11, a produção chegará à marca recorde de 8,1 milhões de toneladas. A última estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para o país sul-americano é de 7,8 milhões de toneladas.

Anthony Dean, da consultoria meteorológica Weather Wise, afirma que o Paraguai deve ter uma boa safra neste ano, especialmente se os agricultores atrasarem um pouco o plantio. O objetivo da medida é fazer com que as principais fases de crescimento das

lavouras coincidam com os períodos de mais chuva, que podem demorar um pouco mais a chegar.

Na última década, a produção de soja no Paraguai experimentou uma forte expansão. A área plantada no país praticamente dobrou de 2002 a 2012, impulsionada pela chegada dos agricultores brasileiros em busca de aproveitar o potencial pouco utilizado das terras no país vizinho.

Aumenta o uso de fertilizantes em pastagens no país. Carine Ferreira – Valor Econômico. 13/07/2012

Incentivada pela necessidade de renovação de pastagens e maior produtividade na pecuária, aumentou o uso de fertilizantes nessas áreas nos últimos anos, de acordo com representantes do mercado. Mas como está intimamente ligada à situação econômica da atividade em função do alto custo para aumentar a adubação nos pastos, a demanda pode diminuir se os preços pagos pela arroba continuarem a recuar.

Segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), as pastagens representaram 405 mil de um total de 28,3 milhões de toneladas de fertilizantes entregues pelas misturadoras às revendas em 2011, ou 1,4% do total. A fatia recuou em relação a 2010 (1,5%) e 2009 (1,6%), mas o volume aumentou: foram 357 mil toneladas em 2010 e 344 mil em 2009. Soja, milho, cana e algodão representaram 78,6% da demanda no ano passado.

A Heringer, uma das três maiores empresas do segmento no país, registrou aumento de 40% nas vendas anuais de fertilizantes para pastagens nos últimos três anos. A companhia investe no desenvolvimento de tecnologias para esse tipo de adubação e estima que haverá mais crescimento em função dos bons resultados obtidos pelos pecuaristas.

Daniel Latorraca, gestor do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), diz que esse movimento pode ser observado nos últimos três anos, quando o pecuarista enxergou a possibilidade de fazer investimentos para aumentar a produtividade. O Imea acredita que a seca severa em 2011 em Mato Grosso, que tem 25 milhões de hectares de pastagens no total, também contribuiu para a renovação dos pastos.

Além disso, existe a demanda para manutenção e também para a conversão de pastos em cultivo de soja, processo que exige altas doses de adubo para uma boa fertilização do solo - em torno de 6 toneladas de calcário por hectare, ante 2 toneladas a cada quatro anos numa área em produção, segundo Latorraca. O Imea estima que, em 2012/13, 300 mil hectares de pastos serão incorporados ao plantio de soja em Mato Grosso. Em 2011/12, o grão ocupou 7 milhões de hectares no Estado.

A área com intensa adubação ainda é pequena e quase sem impacto no consumo global de fertilizantes, de acordo com o pesquisador da Embrapa Solos, José Carlos Polidoro. Ele observa que existe também uma grande área de pasto com resíduos de fertilizantes usados nas culturas de grãos no processo de integração lavoura e pecuária.

O maior uso de adubos pode elevar a produtividade da pecuária de uma média de um animal (um boi de 15 arrobas de peso vivo) por hectare ao ano para entre 2,5 e 3 animais, sem a necessidade de uso das chamadas "forragens conservadas", como silagem, cana ou feno. Patricia Anchão, pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste, estima que a intensificação da adubação, principalmente com maior cobertura de nitrogênio, pode trazer médias maiores - até 12 animais por hectare nas estações chuvosas de regiões como Sudeste e Centro-Oeste. A Embrapa disponibiliza a técnicos e produtores um sistema de computador que calcula a necessidade adequada de aplicação de adubos a partir do tipo de solo e quantidade de animais.

Outro ponto favorável à adubação dos pastos diz respeito à sustentabilidade. Na avaliação de André Locateli, gerente-executivo da Associação de Criadores de Nelore do Brasil (ACNB), o uso correto de fertilizantes não representa nenhuma restrição ao conceito de boi "verde" ou "natural", que só se alimenta de capim, uma das bandeiras do Brasil no mercado externo para oferecer um produto saudável e sustentável.

Mas a demanda dos pastos por adubos, pondera o gestor do Imea, está intimamente ligada ao ciclo de preços mais favoráveis da pecuária. Assim, em períodos de "vacas magras" a procura por fertilizantes é reduzida, o que, segundo Latorraca, pode acontecer este ano caso o preço da arroba continue a recuar. O pecuarista pode perder a capacidade de fazer esse investimento - em média, de R$ 1,5 mil por hectare, incluindo preparo do solo, fertilizantes, maquinário, mão de obra etc. "Você só consegue isso em cenários de preços bons". Em média, a arroba do boi gordo em Mato Grosso caiu 2,27% em junho sobre o mesmo mês de 2011, e os custos subiram.

Commodities ficam entre risco da crise e do clima. Geraldo Barros – Folha de São Paulo. 14/07/2012

No mercado interno, excetuando-se a soja, a tendência foi de queda nos preços ao produtor.

Os mercados de commodities agropecuárias, depois de um ciclo de vários anos sob a influência dominante da liquidez elevada e do alto crescimento mundial, vivem já há dois anos sob o jugo dos eventos climáticos.

Os agentes estão muito sensíveis às previsões do clima. As temperaturas altíssimas nos EUA, comprometendo a safra de soja e milho, levam a preços recordes enquanto abrem espaço para concorrentes potenciais, entre os quais o Brasil.

Não fossem as deficiências de infraestrutura, os produtores brasileiros de milho, por exemplo, poderiam mais prontamente beneficiar-se da queda na produção de trigo na Europa.

A liquidez continua abundante, mas os altos riscos a mantêm represada. Os investidores seguem com um olho no clima e seus impactos sobre a produção e outro na macroeconomia e seus efeitos sobre a demanda: renda em queda e dólar em alta são freios para os preços.

Mas os juros baixos e os riscos de abastecimento levam à formação antecipada de estoques preventivos por parte de grandes consumidores deficitários, puxando os preços para cima.

O quadro de escassez persiste, dando fundamento aos preços historicamente altos. A China continua firme no mercado apesar de certa desaceleração. A União Europeia, por outro lado, se retrai. No balanço, as exportações brasileiras do agronegócio seguem crescendo.

No mercado interno, neste primeiro semestre, excetuando-se casos como o da soja

-cujas cotações estão 50% superiores às do mesmo período do ano passado-, a tendência foi de queda nos preços ao produtor.

Para a soja, as negociações FOB em dólares para março de 2013 (pico de colheita) estão cerca de 15% inferiores em relação às negociações para agosto de 2012.

Mesmo assim, os preços podem ser considerados bons ou razoáveis, graças ao reposicionamento do câmbio interno, com o dólar saindo do nível de R$ 1,55 para mais de R$ 2,00.

Os preços dos alimentos ao consumidor brasileiro têm ajudado no controle da inflação, criando espaço para redução nos juros.

Essa tendência é reforçada pelos preços da indústria, que vem sofrendo com a importação dos excedentes de outros mercados em recessão. Agricultura e indústria não vão ajudar no crescimento neste ano.

Já o setor de serviços segue avançando, o que tende a aumentar preços e salários, com a economia já próxima do pleno emprego.

Ainda assim, o governo retoma -sem sucesso- os estímulos ao consumo.

O custo da alimentação ao consumidor brasileiro em 2008 chegou a correr na casa dos 16% ao ano e, em 2011, a 10%. Isso gerou pressões inflacionárias e demandas por salários maiores, que, se apertam a agricultura, sufocam a indústria.

No primeiro semestre deste ano, a pressão dos alimentos achava-se algo acima dos 6%, compatíveis com uma inflação geral abaixo de 5%.

Agora, resta torcer para que os desequilíbrios climáticos não quebrem essa trajetória benigna observada até aqui em 2012.

Savana é bacana. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 14/07/2012

O projeto é ambicioso: levar a nossa tecnologia agrícola de alimentos, bem como investir em infraestrutura.

As relações entre o Brasil e o Japão no campo agrícola são históricas, bastante conhecidas e foram sempre muito bem aproveitadas por ambos os países.

A primeira delas se deu logo após as levas iniciais de imigrantes japoneses chegarem ao Brasil, pouco mais de um século atrás, e que vieram trabalhar basicamente na agricultura. Trouxeram em sua bagagem duas grandes contribuições para o agro brasileiro.

Uma foi a tecnologia para o setor hortifrutigranjeiro: novas variedades de produtos hortícolas foram acrescentadas ao nosso cardápio e nossas saladas ficaram mais ricas e variadas.

Seu trabalho resultou na montagem dos importantes cinturões verdes no entorno das grandes cidades brasileiras, dando também condições para a criação de nossas centrais de abastecimento.

E a outra foi o espírito associativo: os colonos japoneses tinham o sentimento do trabalho em conjunto. Com isso surgiram as grandes cooperativas que por muitas décadas organizaram a produção hortícola e comandaram o cooperativismo brasileiro, como a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Sulbrasil, mais tarde desaparecidas por diversas e lamentáveis razões.

A segunda grande articulação agrícola entre o Brasil e o Japão ocorreu nos anos 70, com a "descoberta" do cerrado brasileiro, através do Programa Prodecer. Necessitando ampliar sua garantia de segurança alimentar, o Japão se associou ao Brasil para conquistar o cerrado, até então desprezado pelos agricultores nacionais. Pior que isso: havia até um dito popular -"cerrado, nem dado e nem herdado"- que explicitava o pouco caso para com aquele bioma.

Fazia sentido: havia terra boa ainda por explorar e ninguém queria se habilitar em um território de terras pobres, onde sem corretivos e sem fertilizantes nada se produzia. Pois foi o Prodecer que abriu definitivamente as portas da vasta região. Claro que isso só foi possível com o desenvolvimento de novas tecnologias, e a Embrapa tem muito a ver com isso, bem como o sistema cooperativista.

Foi através das cooperativas agropecuárias existentes, inclusive a Cotia e a Sulbrasil, que o Prodecer foi implementado. Sem elas, jamais o projeto teria vingado.

E o Japão e o Brasil se beneficiaram, e muito, dessa nova fronteira agrícola.

Mas, desde então, ambos os países vêm tentando trabalhar em conjunto visando o desenvolvimento de terceiros países, sem resultados concretos. O sonho de se associarem para desenvolver regiões tropicais com nossa tecnologia e o dinheiro deles foi ficando para trás.

Até que, recentemente, a ação conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (do Itamaraty) e da Jica japonesa decidiu desenvolver a savana de Moçambique, região muito semelhante ao nosso cerrado.

A Fundação Getulio Vargas, através da GV Projetos e do GVAgro, foi selecionada para montar o programa. A ideia é ocupar 14 milhões de hectares da região chamada Corredor de Nacala, cidade portuária de excelente calado.

O projeto é ambicioso: levar para aquela região a nossa tecnologia agrícola de alimentos, fibras e energia, bem como investir em infraestrutura e logística -de ferrovias a porto, passando pela armazenagem e a agroindústria-, promovendo uma agricultura sustentável à imagem da que criamos no cerrado.

Vamos capacitar produtores moçambicanos, especialmente os pequenos, estimular a montagem de cooperativas agropecuárias, levar investidores do Brasil e do Japão para agroindústrias.

E a GV planejou a criação de um fundo financeiro capaz de alavancar recursos do Brasil e do Japão para implantar o empreendimento.

Esse fundo, recentemente lançado em Brasília, captará recursos públicos e privados nos dois países e será o trampolim para o sucesso da Savana de Nacala.

Assim como a velha ideia de que "cerrado, nem dado e nem herdado" já desapareceu há décadas do nosso cenário, seguramente em breve ouviremos outro refrão:

"Savana também é bacana, especialmente a moçambicana".

Encontros aceleram formulação do Plano Nacional de Cooperativismo Solidário – Site do MDA. 16/07/2012

Representantes de associações e entidades de agricultura familiar das regiões Sul e Sudeste do Brasil participaram do 1º Seminário Regional sobre Cooperativismo Solidário da Agricultura Familiar, para avaliar diversidades regionais e demandas do setor. O evento foi realizado entre os dias 12 e 14 deste mês, em Santa Maria (RS), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (Ceades). Este foi o primeiro de quatro encontros, promovidos em todas as regiões brasileiras, para fortalecer o cooperativismo.

Para o coordenador de apoio às organizações associativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Luís Fernando Tividini, os trabalhos em grupo apontaram diversas sugestões para a formulação de um texto base do cooperativismo da agricultura familiar. “O material servirá de subsídio para a II CNDRSS. Encontros como este conseguem produzir inúmeras proposições para o avanço do cooperativismo solidário no Brasil”, destacou.

Os seminários regionais que serão realizados ao longo deste ano servirão como preparativo para a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), prevista para 2013. As cooperativas querem reforçar na Conferência a relevância do trabalho cooperado. Para isso, vão formular o Plano Nacional de Cooperativismo Solidário. Segundo o presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes), Luiz Adenir Possamai, os debates do

primeiro seminário mostraram que mesmo em locais próximos, ainda há muito diferença na organização das cooperativas.

"Foi o nosso primeiro debate e o consideramos fundamental para criar interação e abrir espaços de diálogos. Mesmo lado a lado, as regiões Sul e Sudeste possuem diversidades. Por isso, essa troca de experiência é tão imprescindível. Com isso, vamos aperfeiçoar nossa metodologia", explicou Possamai.

O presidente da Unicafes ainda ponderou sobre os resultados das políticas públicas voltadas para o setor. "O MDA é um forte apoio, principalmente pela execução de iniciativas tão eficazes para o desenvolvimento das cooperativas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o Pronaf", disse.

Seminário
O seminário teve a participação do secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Jerônimo Rodrigues; da representante da Comissão Organizadora Feicoop, Irmã Lourdes Dill; do representante do Departamento de Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, Gervásio Plucinski; e do representante da Secretaria Nacional de Economia Solidário do Ministério do Trabalho e Emprego, Roberto Marinho. Também participou do evento Vera Azevedo, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e Ronaldo Martins, do Ceades.

Além do evento em Santa Maria, os outros três seminários regionais ocorrerão respectivamente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os encontros têm previsão recomeçar a partir de novembro. Posteriormente, mais um evento nacional das cooperativas deve ser realizado para contribuir com a formulação do Plano Nacional de Cooperativismo Solidário.

2012 – Ano das Cooperativas
O Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela ONU, em 2009, por meio da Resolução A/RES/64/136, é uma resposta à demanda da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que tem como objetivo comum buscar o desenvolvimento econômico sustentado, a atenuação da pobreza e a intercooperação.
Ao determinar um ano internacional, a ONU busca chamar a atenção de todas as instituições para temas relevantes e mundiais. Com o mote: "Cooperativas constroem um mundo melhor", a temática reflete não apenas o espírito cooperativista, mas, também, o compromisso do segmento com o desenvolvimento global.
O objetivo da comemoração é encorajar os governos para estabelecer leis e regulamentos que proporcionem a criação, o crescimento e a sustentabilidade das cooperativas e seus associados e, ainda, gerar uma consciência mundial sobre a importância do modelo de cooperação sobre a realidade socioeconômica.

Distribuição na merenda escolar pode atenuar crise – O Estado de São Paulo. 16/07/2012

Produtores buscam alternativas para evitar que as frutas estraguem nos pés. As medidas vão desde a venda diretamente para o consumidor até a compra por parte do governo para distribuição de suco na merenda escolar das crianças.

Uma das propostas é da Associação Brasileira dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), que incentiva o uso dos cerca de 250 locais onde os produtores podem entregar a laranja para ser processada e vendida diretamente ao consumidor. O problema é o aumento de custo. Nos galpões de venda direta, as frutas são limpas com escovação para deixá-las com melhor aparência para venda na gôndola dos supermercados.

As estimativas para a safra são de que até 40 milhões de caixas de laranja abasteçam esse mercado interno, chamado de mercado in natura.

Alternativas. Para processar essa laranja e colocá-la na mesa do consumidor, com boa aparência, o custo aumenta. Além da limpeza e de uma seleção mais rigorosa, a pulverização é mais cara, elevando o custo em cerca de 50%. Um preço que os citricultores dizem não poder pagar.

Outra alternativa que precisa contar com a ajuda dos governos federal e estadual é a compra de suco de laranja para incluí-lo em programas sociais ou distribuir na merenda escolar.

Um documento prevendo detalhes para a implantação desse programa foi entregue na última sexta-feira ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, durante reunião em Brasília que discutiu a crise no setor.

Governo Federal desrespeita os direitos dos atingidos por barragens – Site da CPT. 16/07/2012

A Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de junho, com a função de regulamentardecreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, assinado pelo ex presidente Lula, é um retrocesso. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), essa medida significa anular o decreto e mais uma vez desrespeitar os direitos mínimos das populações atingidas por barragens.

O decreto, que estabelecia o mero direito dos atingidos por barragens de serem cadastrados, significava uma conquista. Porém, o Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, cedeu às pressões das corporações transnacionais do setor elétrico e regulamentou um texto que, para os atingidos por barragens, representa na prática invalidar o decreto e mais uma vez não tratar de forma séria, com políticas de estado às populações atingidas, repetindo os erros dos últimos 30 anos do setor elétrico.

De acordo com a Portaria Interministerial, o cadastro dos atingidos vai ser terceirizado às empresas privadas, transformado em mais um negócio. As empresas que farão o cadastro são as mesmas que são donas de barragens. Ou seja, o cadastro será feito sem nenhuma idoneidade. O MAB defendia que o cadastro fosse feito pelo Estado, como o próprio decreto estabelecia, como maneira de evitar distorções, uma vez que as empresas, na lógica do lucro, têm interesses contrários à garantia dos direitos dos atingidos.

Além disso, a regulamentação alterou o prazo de elaboração do cadastro. O cadastramento deverá ser feito "preferencialmente antes da concessão da licença

prévia", mas pode ser feito durante a construção ou, até mesmo, momentos antes de fechar o lago da usina. Isso significa reproduzir o que já vem sendo feito pelas empresas do setor elétrico, ou seja: termina-se a construção da barragem, e não se sabe quantas pessoas e famílias são atingidas, como mostram os casos recentes das usinas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, ou de Estreito, em Tocantins.

O decreto é uma lei conquistada em 30 anos de luta e garantia o direito dos atingidos serem cadastrados quando as barragens forem construídas. É evidente que o cadastro não significa automaticamente ter direito a reparações. Porém com na regulamentação, o Governo impôs que o cadastro "não gera direitos e nem obrigações". Para o MAB, estes argumentos não precisariam ser explícitos, já que o contrário também não consta. Ao afirmar isso, fica clara a intenção prévia de negar e não reconhecer os direitos dos atingidos.

Além disso, os atingidos terão que comprovar sua condição. Para serem cadastrados, terão que provar, através de um conjunto de documentos, que são atingidos por uma suposta futura hidrelétrica. Para o MAB, isso é absurdo. Como provar que são atingidos se a hidrelétrica ainda não foi construída, e se a população atingida sequer sabe onde vai chegar a água do futuro lago? O cadastro não tem este objetivo de provar se somos ou não atingidos, até porque isso não é possível na fase inicial da obra. Se fossem respeitados os termos do decreto, o cadastro seria um registro público, com o objetivo de fazer o levantamento da população.

Outro aspecto criticado pelo MAB é que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) será o órgão responsável por dizer qual a responsabilidade da concessionária frente ao cadastro. Para o Movimento, a ANEEL não é uma agência neutra e nem meramente técnica e, historicamente, tem atuado para atender aos interesses das empresas privadas.

Da aprovação do decreto outubro de 2010 à divulgação da portaria que regulamenta o mesmo, passaram-se um ano e oito meses, Durante este tempo, o MAB havia manifestado inúmeras vezes publicamente a preocupação com a possível armadilha que estava sendo criada, para novamente atender somente os interesses das empresas privadas do setor elétrico. O Movimento, inclusive, havia registrado por escrito os riscos e os artifícios que o Ministério de Minas e Energia planejava para destruir o decreto presidencial criado pelo então presidente Lula, que garantia o direito das populações atingidas serem cadastradas antes da construção de uma barragem.

Para a Coordenação Nacional do MAB, este é mais um golpe das empresas privadas do setor elétrico, com o consentimento do Estado e do Governo, através dos ministros de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, que assinam a portaria interministerial. Isso demonstra que o Governo, mais uma vez, atende à pauta das empresas. Dessa forma, a dívida histórica do Estado brasileiro com as populações atingidas continua sendo acumulada e os direitos dos atingidos continuam sendo sistematicamente violados.

Soja RR gera guerra judicial de Monsanto e DuPont nos EUA. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/07/2012

Monsanto e DuPont, as duas maiores companhias de sementes do mundo, travam em um tribunal de St. Louis, no Estado americano do Missouri, uma batalha em torno da franquia mais bem-sucedida desde o início da era dos transgênicos na agricultura, a soja Roundup Ready (RR).

A Monsanto, que desenvolveu a tecnologia, acusa a rival de infringir a patente que protege a soja RR. Em troca, pede uma indenização estimada em mais de US$ 1 bilhão. A DuPont, por sua vez, questiona a validade da patente e acusa a Monsanto de enganar o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos durante o processo de registro do produto. As duas companhias respondem por aproximadamente dois terços do mercado americano de sementes. O julgamento começou na terça-feira e deve se estender até a semana que vem.

O gene Roundup Ready, que torna a planta resistente ao herbicida glifosato, está presente em 95% da soja cultivada nos Estados Unidos e em quase 90% dos cultivos no Brasil, os dois maiores produtores mundiais da commodity. É a principal fonte de receita da Monsanto, que fatura cerca de US$ 12 bilhões em todo o mundo.

Em 2005, a Pioneer - unidade de sementes da DuPont, com faturamento global de US$ 6 bilhões - anunciou que estava desenvolvendo um novo transgênico capaz de tornar as lavouras de soja e milho resistentes ao glifosato e, assim, desafiar a liderança da Monsanto. O projeto foi batizado de Optimum GAT.

De acordo com o site STLToday.com, de St. Louis, o CEO da Monsanto, Hugh Grant, contou ao júri que, em 2008, recebeu uma ligação de seu colega na DuPont, Charles Holliday Jr. Ele teria admitido que a companhia estava perdendo a batalha pelo desenvolvimento de uma soja melhor do que a da Monsanto. "Aquilo foi extraordinário. Não é sempre que seu competidor diz: estamos comendo seu pó", declarou Grant.

O então CEO da DuPont teria solicitado à Monsanto permissão para "combinar" o Optimum GAT com o Roundup Ready. A Monsanto teria concordado em dar à DuPont "o pacote completo" dos direitos de uso do seu transgênico, desde que a DuPont aceitasse pagar US$ 1,5 bilhão. "A proposta não foi aceita. Então as discussões foram encerradas", contou Grant.

Contudo, a DuPont decidiu "emparelhar" os genes mesmo assim e concluiu que, combinadas, as duas tecnologias funcionavam melhor do que separadas. Em 2009, a Monsanto decidiu então entrar com uma ação, alegando que os testes praticados pela concorrente infringiam sua patente e o acordo de licenciamento que haviam firmado em 2002.

A DuPont nunca comercializou as sementes com os genes combinados, um dos argumentos usados pela defesa para desqualificar a acusação. Grant argumentou, porém, que a DuPont estaria, desde já, obtendo uma vantagem a ser usada quando a patente da soja RR expirar, em 2014. "Eles largaram antes do tiro. Começaram a desenvolver um novo produto sem nosso conhecimento ou permissão", alegou Grant ao júri, ainda segundo o STLToday.com.

A DuPont, por sua vez, argumenta que a patente que protege a tecnologia Roundup Ready é " inválida" e "inexequível". Seu argumento é que a companhia de St. Louis violou as leis americanas ao deliberadamente omitir das autoridades regulatórias informações durante o processo de registro do produto. A companhia acusa ainda a Monsanto de usar seu "poder de monopólio" para impedir a inovação, restringindo o uso do Roundup Ready ao mesmo tempo em que tenta impedir os rivais de desenvolver novos genes.

As acusações da DuPont contra a Monsanto fazem parte de um processo separado, que deve ser julgado em abril de 2013. As duas empresas já duelaram nos tribunais em outras cinco oportunidades, com vitórias da empresa de St. Louis.

Instituído Comitê Estratégico do Agronegócio. Mônica Bidese – Site do MAPA. 17/07/2012

Finalidade é assessorar o Mapa na compatibilização de ações estratégicas voltadas ao setor

A definição de prioridades na formulação da política agrícola, a construção de uma agenda estratégica do agronegócio, indicadores e metas de desempenho do setor, bem como de suas respectivas cadeias produtivas são algumas das metas do Comitê Estratégico do Agronegócio instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Portaria nº 644, assinada pelo ministro Mendes Ribeiro Filho, criando o comitê, foi publicada nesta sexta-feira, dia 13 de julho, no Diário Oficial da União (DOU). O lançamento já tem data marcada, será no dia 23 de julho, dentro das comemoração dos 152 anos do Mapa.

O Comitê será composto de até 20 integrantes, além do ministro, lideranças de entidades setoriais e empresariais do setor produtivo rural, personalidades do agronegócio, indicadas por Mendes Ribeiro. Pelo menos duas vezes ao ano, nos meses de abril e novembro, o grupo se reunirá, em Brasília. No entanto, poderão ocorrer encontros extraordinárias por convocação do seu presidente ou por solicitação subscrita de dois terços dos integrantes. Importante destacar que a participação no Colegiado será considerada prestação de serviço público relevante, não possibilitando qualquer remuneração.

Oficina definirá rumos do Pronatec Campo – Site do MDA. 18/07/2012

Para definir a metodologia do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Campo (Pronatec Campo), movimentos sociais, reitores de institutos federais e a Secretaria Nacional de Juventude se reunirão nesta quinta e sexta-feira, 19 e 20, em Brasília. Elas participarão da oficina Construção da Metodologia de Pactuação da Bolsa-Formação Pronatec Campo. A iniciativa é do Ministério da Educação, com participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O acordo entre os dois ministérios prevê a oferta gratuita de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, e educação profissional técnica de nível médio, por meio da Bolsa-

Formação Estudante. Estão previstas 30 mil vagas para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

“Daremos uma atenção especial aos jovens agricultores familiares”, afirma a assessora especial para a juventude do MDA, Ana Carolina Silva. Ela explica que essa oficina será uma oportunidade dos ofertantes dos cursos e dos beneficiários pensarem juntos nas metodologias de ensino. “Será uma pactuação entre os institutos federais e o povo do campo para elevarem a educação nesse setor.”

Durante os dois dias de evento, os presentes participarão de palestras, atividades em grupo e um passo a passo de como operacionalizar a Bolsa-Formação Pronatec Campo. “Essa oficina é de extrema importância, pois será a partir dela que pensaremos nas estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar por meio dos cursos ofertados”, assegura Ana Carolina.

Pronatec
O Pronatec é uma das linhas de ação adotadas pelo Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação. O objetivo é elevar a educação e qualificar a formação de jovens e adultos por meio da expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que, juntos, oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos.

“A proposta pedagógica dos cursos para o campo, bem como o processo de monitoramento, conformam estratégias de integração da formação com as políticas públicas de inclusão social e produtiva: Assistência Técnica e Extensão Rural; Fomento Produtivo (Pronaf); Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável; PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Crédito Fundiário; Luz para Todos; Minha Casa Minha Vida; acesso à água etc.”, finaliza a assessora.

Commodity tem menor participação na balança. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 18/07/2012

A queda de preço da maioria das commodities neste ano deve reduzir a participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras.

Marcado por recordes na cotação de diversas matérias-primas, o ano passado teve os produtos básicos -onde está inserida a maioria das commodities- respondendo por 47,8% das exportações.

Em 2012, essa participação deve cair para 45,6%, segundo estimativa divulgada ontem pela AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

Considerando as matérias-primas classificadas em outros grupos, como o açúcar, que é um semimanufaturado, as commodities representam 70% das exportações.

Dos dez principais itens exportados pelo Brasil, nove são commodities. E a maioria tem preços menores do que há um ano. São os casos do minério de ferro, do petróleo, da carne de frango, do açúcar e do café. A soja e o farelo são exceções.

Os menores preços também vão resultar em queda de 73% no saldo comercial, de US$ 29,8 bilhões para US$ 8 bilhões, diz a AEB.

O tombo só não será maior porque o volume dos embarques ainda não foi afetado pela crise internacional. Só as cargas de açúcar caem de forma significativa em relação a 2011, mas o motivo é o atraso na colheita da cana.

"Qualquer imprevisto com a China pode mudar esse cenário completamente", diz José Augusto de Castro, presidente em exercício da AEB. No segundo semestre, diz ele, o volume exportado pode cair, mas não drasticamente.

Ele alerta que a ajuda da soja, segundo produto mais exportado pelo Brasil no primeiro semestre, será menor na segunda metade do ano, pois 78% dos embarques já foram feitos. Com alta de 35% nas exportações neste ano, a soja segurou parte do saldo.

O minério de ferro continuará liderando a pauta exportadora, mas os embarques devem cair 24%, para US$ 32 bilhões em 2012, estima a AEB.

Em seis meses, delegações de 43 países conhecem programas sociais. Neila Baldi – Site do MDS. 18/07/2012

Representantes da África são os que mais têm mostrado interesse nos projetos do ministério, com 19 países enviando missões no primeiro semestre. Segurança alimentar e nutricional é o tema de maior interesse

Brasília, 18 - A segurança alimentar e nutricional é um dos temas de maior interesse das delegações de estrangeiros que visitam o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Até 13 de julho passado, o ministério recebeu 63 delegações de 43 países. No mesmo período de 2011, foram 38 delegações de 24 países.

Além da segurança alimentar e nutricional, as missões estrangeiros também buscam informações sobre a estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, a transferência de renda condicionada, a assistência social e o sistema de monitoramento e avaliação das políticas e programas sociais.

Os países africanos foram os que mais mandaram representantes ao Brasil para conhecer o trabalho desenvolvido pelo MDS. No período, o ministério recebeu delegações de 19 países daquele continente.

No início deste mês, missões do Senegal, Moçambique, Níger e Etiópia estiveram no MDS participando do Seminário Programa de Aquisição de Alimentos (PPA)-África. Eles foram a Arapiraca (AL) conhecer projetos do programa.

Também daquele continente, uma comitiva que demonstrou muito interesse pela forma como o Brasil trabalha a coordenação interministerial para erradicação da extrema

pobreza foi a da África do Sul. A vice-ministra do Desenvolvimento Social daquele país, Maria Bongi Ntuli, esteve em janeiro passado no MDS para conhecer mais sobre o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Bolsa Família.

América Latina - Os países vizinhos da América Latina e Caribe foram o segundo maior contingente, com delegações de 11 nações da região visitando MDS. Foi desta região que uma das visitas já rendeu frutos, uma vez que muitos dos representantes de países que querem conhecer os projetos e ações do MDS pretendem implantar em suas nações similaridades ao que foi conhecido no Brasil.

A visita da ministra de Desenvolvimento Social de Honduras, Hilda Alvarado, em fevereiro passado, teve como desdobramento a elaboração de dois projetos de cooperação, que estão em fase de assinatura: "Fortalecimento Institucional do Programa de Asignación Familiar (Praf), com base nas experiências operacionais do Programa Bolsa Família" e "Capacitação técnica em Honduras no âmbito da política de proteção social".

"A importância de receber essas delegações e atender às demandas delas é de compartilhar as tecnologias sociais do MDS, possibilitando a sua adequação às realidades de cada país que nos visita", destaca a chefe substituta da Assessoria Internacional do MDS, Priscilla Campos.

Desde o início deste ano, o ministério tem tentado receber as delegações em grandes encontros e não individualmente. O próximo Seminário Internacional "Políticas Sociais para o Desenvolvimento", quando são apresentadas as ações e projetos do ministério a estrangeiros, será entre os dias 27 a 30 de agosto. Na ocasião, os participantes conhecerão in loco um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um restaurante popular e a uma experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Contrato com a Vale vai tirar Hidrovias do Brasil do papel. Fábio Pupo e Beatriz Cutait – Valor Econômico. 18/07/2012

Até agora uma companhia em estágio pré-operacional, a Hidrovias do Brasil conquistou neste mês seu primeiro cliente e, com isso, entra definitivamente na disputa pelo mercado de operação logística. Criada pela P2 Brasil, joint venture entre Pátria Investimentos e grupo Promon, a companhia agora tem o desafio de atrair mais interessados ao transporte aquaviário - hoje responsável por apenas 11% da movimentação de cargas no país.

O contrato firmado com a Vale tem duração de 25 anos e prevê o transporte de 3,25 milhões de toneladas de minério anualmente. A carga é proveniente das operações da mineradora em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. A Hidrovias se comprometeu com investimentos de US$ 400 milhões para atender a Vale, em regime de take or pay - modalidade de contrato em que o cliente é obrigado a pagar uma certa penalidade caso não use os serviços solicitados.

O contrato firmado prevê construção e operação de barcaças e empurradores por parte da Hidrovias. Os comboios, que medem 285 metros de comprimento e 60 metros de

largura (equivalentes a dois campos de futebol), navegarão por cerca de 2 mil quilômetros pela hidrovia Paraná-Paraguai (de Corumbá até a Bacia do Prata), atravessando quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Antes de firmar o contrato, a Hidrovias ainda assinou um acordo para compra da uruguaia Limday, de transporte fluvial de celulose. Firmado em março, o acordo prevê pagamento de US$ 6,25 milhões.

As novas operações da Hidrovias foram precedidas pela entrada de dois novos sócios: em fevereiro, a companhia firmou acordos que preveem aportes da canadense Alberta Investment Management Corporation (AIMCo) e da Temasek Holdings, de Cingapura. Cada uma (AIMCo e Temasek) terá, ao fim do aporte, 22,73% da Hidrovias - de acordo com relatório da Secretaria de Direito Econômico disponível na internet. O aporte dos novos sócios e do controlador chegará a US$ 220 milhões em três anos.

Embora não tenha passado por uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), a Hidrovias é uma sociedade com registro de companhia aberta, constituída em agosto de 2010.

Atualmente, a Hidrovias é controlada pela P2 Brasil, que tem 67,54% do capital total. Temasek e AIMCo têm 16,23% cada uma.

Sua controladora, a P2 Brasil, é um fundo de private equity criado em 2008 e cujo capital é detido por Promon, com 40%, e Pátria, com 60%. No último ano, o fundo concluiu suas captações no mercado, que totalizaram US$ 1,15 bilhão. Com esse montante, os executivos da companhia dizem ser possível alavancar aportes de US$ 4 bilhões a US$ 5 bilhões no país em projetos nos próximos anos. O fundo atuará em logística e transporte, óleo e gás e saneamento.

A Hidrovias do Brasil foi a segunda empresa a receber investimentos da P2 Brasil. A primeira foi a NovaAgri (que teve 97% das ações compradas pelo fundo), especializada em logística de commodities agrícolas.

Cinco ministros e a porta voz do Agro – Site da CNA. 18/07/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu, apresentou nesta terça-feira, 17 de julho, com as ministras Gleisy Hoffman, da Casa Civil, Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social, e com os ministros Mendes Ribeiro, da Agricultura, e Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrária, para apresentar o modelo da Agência de Extensão Rural com Meritocracia. Representantes da Fundação Dom Cabral e da Fundação Getúlio Vargas também participaram do encontro.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural foi extinta nos anos 90. De lá para cá, poucos estados assumiram essa tarefa. Sem apoio técnico, nem financeiro, o pequeno produtor não conseguiu acompanhar as novas tecnologias que transformaram nossa agricultura numa das melhores do mundo.

"Nós queremos ajudar o pequeno agricultor a produzir e a ter renda como o médio e o grande produtor. Estamos sugerindo um programa para ajudar esse produtor a cuidar da propriedade como se ela fosse uma empresa" explicou Kátia Abreu.

Esta foi a segunda reunião da presidente da CNA na casa Civil para debater a criação da Agência Nacional de Extensão Rural, que a presidente da República quer implantar no país. "É uma prioridade para a presidente Dilma Roussef", disse na manhã desta quarta-feira a senadora Kátia Abreu.

Imagem do Agro

Ainda na noite desta terça-feira, a senadora Kátia Abreu recebeu na CNA, a Secretária Nacional de Comunicação, Helena Chagas. A presidente da CNA quer a parceria do Governo Federal para promover a produção sustentável do Brasil no exterior.

Na semana passada, o Sistema CNA/SENAR lançou com o SEBRAE a campanha "Time Agro Brasil", que tem o campeão Pelé como garoto propaganda.

Governo anuncia PAC de R$ 7 bi para cidades médias. Kelly Matos e Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 19/07/2012

Plano deve contemplar até 75 municípios, a maioria comandada por prefeitos aliados.

Em meio ao processo eleitoral, o governo irá beneficiar cidades de médio porte com recursos para obras de infraestrutura voltadas à mobilidade urbana.

A presidente Dilma Rousseff convocou para hoje, às 11h, uma reunião no Palácio do Planalto com 75 prefeitos, quando anunciará o PAC Mobilidade Médias Cidades. O volume total de recursos federais previstos no programa é de R$ 7 bilhões.

Do total de prefeituras beneficiadas, 57 (76%) são administradas por prefeitos de partidos da base aliada do governo. O PT é o campeão, com 19 municípios aptos a concorrer. Em seguida vem o PMDB, com 15.

O novo PAC também representa um esforço para turbinar investimentos no país, um meio para tentar dinamizar a economia.

Os efeitos da crise externa e os sinais de que a economia continua fraca levaram bancos e consultorias a rever novamente para baixo suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Além de Dilma, a apresentação do plano ficará a cargo da ministra Miriam Belchior (Planejamento) e do ministro Aguinaldo Ribeiro (Cidades).

Para receber os recursos, as prefeituras deverão inscrever seus projetos no programa dentro de um prazo estipulado pela União. Podem participar municípios que possuem entre 250 mil e 700 mil habitantes (parâmetros para classificar uma cidade como de médio porte).

Em seguida, as propostas serão analisadas por técnicos do governo federal. Concluídas essas etapas, o governo acredita que poderá divulgar as obras selecionadas em novembro. Assim, os recursos estariam disponíveis para os municípios em 2013.

No ano passado, o governo realizou o mesmo procedimento com cidades de grande porte, acima de 700 mil habitantes.

O PAC Mobilidade Grandes Cidades beneficiou diversas capitais brasileiras com recursos para metrô, obras para corredores de ônibus e VLTs (Veículo Leve sobre Trilhos). Ao todo, o governo federal disponibilizou R$ 22 bilhões às grandes cidades contempladas.

"Viver bem no Semiárido" – Site da CNA. 19/07/2012

Todos os anos a população e os produtores do nordeste brasileiro sofrem com a seca. Um drama que se arrasta há muito tempo, mas que só é lembrado quando a chuva vai embora. A estiagem de 2012 é a mais grave dos últimos anos e levou a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FAEB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR – Bahia) a criarem o programa "Viver bem no Semiárido" para orientar os produtores sobre técnicas de convívio com a seca.

O Presidente da FAEB e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, concedeu entrevista ao programa de rádio **CNA Brasil Rural** e antecipou que, inicialmente, o programa será desenvolvido em 20 propriedades de cada um dos 11 municípios do sertão baiano. "O Sistema FAEB/SENAR vai ajudar o produtor rural a se prevenir, evitando a perda de produção, do rebanho e de renda. Serão utilizadas técnicas de formação profissional SENAR para a transformação do produtor rural em um empreendedor, para que tenha uma atividade econômica rentável também durante o período da seca", declara o presidente, reforçando que as entidades estão com essa responsabilidade de criar soluções que possam, inclusive, ser seguidas pelos governos.

A Bahia tem mais de 30 tipos do clima semiárido, onde a probabilidade de seca fica em torno de 40% e 80%, diferentemente do semiárido de outros estados do Nordeste como a Paraíba, Rio Grande do Norte e o estado do Ceará, cuja probabilidade de seca é superior a 80%.

"Vamos trabalhar a cultura de que é necessário estar preparado para o período de estiagem e não apenas esperar o momento chegar. Uma das possibilidades é a disponibilidade de recursos hídricos, que permitem a aplicação de técnicas variadas e difusão de tecnologia, tendo em vista a grande profundidade do solo no semiárido", observa João Martins.

Ele acrescenta que a aplicação de técnicas variadas e a difusão das tecnologias podem tornar as propriedades como referências em todo o país.

FEM

O programa "Viver bem no Semiárido" surge após a experiência de sucesso e o know how dos técnicos do SENAR Bahia na execução do Programa de Formação de Empreendedores (FEM), que capacita aqueles produtores rurais que já atuam nas chamadas cadeias produtivas. Na Bahia, onde o programa nasceu, há treinamentos sobre técnicas, gestão da propriedade, avaliação de resultados e a importância das parcerias. O FEM também desenvolve atividades de promoção social.

"Então vai ser muito fácil a gente difundir essas técnicas de combate à seca. Entendemos que o SENAR pode contribuir com diversas ações, independente de formar, capacitar, mudar culturalmente a visão dos produtores", avalia Martins.

O presidente da FAEB ainda explicou que a entidade firmou convênio com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, em que essas instituições financeiras vão disponibilizar linha de crédito ao produtor para que ele compre máquinas, faça novas plantações de palma ou de algum tipo de forrageira resistente e irrigação. "Nós vamos orientar o produtores em todas as etapas do projeto a elaboração do documento até à liberação do recurso".

Além disso, o Banco do Nordeste disponibilizou um recurso no valor de 1 milhão de reais para a FAEB realizar pesquisas em melhoramento de Palma. "Nós não temos material humano nem material físico para fazer essa pesquisa. Por isso, estamos realizando parcerias com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia e a EBDA, uma empresa de extensão rural do Estado", afirma João Martins.

Essas ações serão desenvolvidas para que o produtor rural do semiárido baiano adapte a propriedade para que tenha condições de conviver bem no semiárido. "A expressão CONVIVER BEM, significa que os produtores podem ser eficientes e competitivos no semiárido. Isso é possível."

Segundo João Martins, a presidente do Sistema CNA/SENAR, senadora Kátia Abreu, gostou tanto do programa Viver Bem no Semiárido que vai sugerir a outras Federações de Agricultura e Pecuária do Nordeste

---

Cargill expande ciclo de investimentos no Brasil. Fernando Lopes – Valor Econômico. 19/07/2012

De partida para o México, onde assumirá em 1º de agosto o comando da divisão de alimentos da Cargill naquele país, Marcelo Martins levará na bagagem a experiência de ter conduzido um dos principais ciclos de investimentos da multinacional americana no Brasil, onde está presente desde 1965.

Aos 46 anos de idade, praticamente a mesma da subsidiária que passou a presidir em junho de 2008, Martins foi responsável por gerenciar aportes superiores a R$ 2 bilhões em sua gestão, que fortaleceram negócios tradicionais como a exportação de grãos, com destaque para a soja, e aceleraram a diversificação da empresa no mercado brasileiro.

Além disso, deixa em estágio avançado para seu sucessor na presidência da Cargill Agrícola S.A., Luiz Pretti, pelo menos dois grandes projetos, que deverão absorver investimentos adicionais de quase R$ 600 milhões.

O ponto alto desse período de expansão foi em 2011, quando a companhia surpreendeu muita gente e adquiriu o negócio de produtos de tomate da Unilever Brasil, por R$ 571 milhões. No mesmo ano, realizou um aporte de R$ 350 milhões na joint venture com o Grupo USJ, do segmento sucroalcooleiro, para a criação da SJC Bioenergia, com capacidade para processar 5 milhões de toneladas de cana por temporada.

Considerados os dois maiores investimentos realizados pela Cargill no Brasil em todos os tempos, essas transações ajudaram a elevar o passivo da subsidiária com financiamentos e empréstimos para R$ 4,3 bilhões em 2011, mas não comprometeram a melhora dos resultados.



Conforme balanço publicado no fim de abril, a receita líquida da Cargill no país alcançou R$ 18,9 bilhões no ano passado, 31% a mais que em 2010, e seu lucro líquido chegou a R$ 223,3 milhões, um incremento de 142%.

"A empresa como um todo vive um bom momento, com um papel cada vez mais importante do Brasil como provedor global de alimentos. Houve muitas incertezas globais desde a crise de 2008, mas fizemos investimentos corajosos nesse período", afirmou Martins em entrevista concedida ontem em São Paulo.

Quando recebeu o **Valor** em dezembro de 2009, Martins reiterou que, devido à importância estratégica do Brasil no tabuleiro da Cargill - é a segunda maior operação, atrás apenas da americana -, os aportes no país não perderiam fôlego, apesar das turbulências globais que se avolumavam.

Naquele momento, uma das diretrizes traçadas pela múlti era que a fatia de seus ativos na América Latina e na região conhecida como Ásia/Pacífico chegasse a 30% do total até 2015, ante 26% na época. E, em 2009, a empresa deixou a área de carnes no Brasil, com a venda da Seara, que era administrada pela matriz nos EUA, para a Marfrig, por US$ 900 milhões.

Mesmo com essa couraça estratégica, realça Martins, não é tão simples assim disputar na matriz, com subsidiárias do mundo todo, recursos para investimentos em tempos de fragilidade das economias desenvolvidas e alta volatilidade dos preços internacionais das commodities. Nesse sentido, garante, não há "vantagem" no fato de o principal executivo financeiro global (CFO) da múlti ser o brasileiro Sérgio Rial, seu antecessor no comando da subsidiária.

Daí a importância dos resultados colhidos em meio aos solavancos, que apesar dos pesares não derrubaram os preços internacionais de commodities agrícolas como soja e milho, que seguiram sustentados pela demanda de países emergentes e por problemas na oferta provocados por adversidades climáticas em diversas regiões do mundo.

Além de voltar ao azul nesses últimos anos, após uma sequência de prejuízos, a subsidiária brasileira da Cargill viu a rentabilidade de seus principais negócios aumentar e o volume de produtos movimentados (originados, processados e comercializados), crescer. Em 2011, foram cerca de 22 milhões de toneladas.

Nesse contexto, o terreno já está pavimentado para que o novo presidente, Luiz Pretti, dê prosseguimento aos projetos de construção de uma nova fábrica de processamento de milho e mais uma usina sucroalcooleira.

Como já informou o **Valor**, a unidade de milho, que produzirá soluções em amidos e adoçantes, será erguida em Castro, no Paraná, a partir de investimentos de R$ 350 milhões; já a Usina Cachoeira Dourada, que será a segunda unidade da joint venture com o Grupo USJ, está em obras também em Quirinópolis, Goiás, e custará R$ 475 milhões - a parte da Cargill nesse aporte é de 50%.

"Com os investimentos recentes que fizemos, a operação conquistou um equilíbrio muito forte. Outras oportunidades de investimentos serão analisadas", afirmou Pretti. "Para as multinacionais, investir no Brasil virou uma obrigação. Muitos dos nossos parceiros nos EUA, por exemplo, estão sempre em busca de informações sobre como fazer isso".

Ao contrário de Martins, que já tem 25 anos de Cargill, Pretti, aos 53, começou a trabalhar na empresa há "apenas" sete. Ele continuará como o principal executivo financeiro da subsidiária e como presidente do Banco Cargill e da Cargill Prev.

Sistema CNA/ SENAR reforça parceria com o Sebrae – Site da CNA. 20/07/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizam ações conjuntas para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, entre elas a campanha Time Agro Brasil e o Programa Empreendedor Rural (PER). O presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, Roberto Simões, que também preside a Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG) esteve na Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e reafirmou a importância dessa parceria.

Sobre o PER

O Programa Empreendedor Rural (PER) é desenvolvido pelas duas instituições e transforma jovens do campo em empresários, amplia a taxa de sucesso dos estabelecimentos rurais melhorando a renda e a qualidade de vida das famílias do campo.

Simões disse estar satisfeito em conhecer os projetos do Sebrae em todo o “grande e diferente” Brasil e de que precisa “levar” alguns bons projetos goianos que viu ao

Sebrae nacional. Ele ainda lembrou o tempo em que realizou visitas pelo estado goiano como técnico do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro).

Time Agro Brasil

Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, maior jogador de futebol de todos os tempos é a estrela da campanha publicitária Time Agro Brasil, lançada neste mês pelas duas entidades visando consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior.

Com prazo até 2014, a campanha tem por objetivo mostrar que os produtores rurais brasileiros dão exemplo ao mundo de como produzir alimentos preservando o meio ambiente, ocupando apenas 27,7% do território nacional com a atividade agropecuária e preservando 61% dos biomas do País.

O presidente do Sistema FAEG/Senar, José Mário Schreiner, agradeceu a visita de Simões e falou da satisfação em apresentar a ele os trabalhos desenvolvidos pelo Sistema em parceria com o Sebrae em Goiás.

Campanha publicitária divulga o Plano Agrícola 2012/2013. Gabriela Caldas – Site do MAPA. 20/07/2012

No último dia 28 de junho, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 (PAP 2012/2013). Lançado antes do início de cada safra, este que é o principal incentivo do Governo Federal para o setor traz este ano medidas como linhas de crédito mais baratas e redução das taxas de juros. No intuito de divulgar o plano, o Mapa produziu uma campanha publicitária direcionada a produtores e sociedade.

Entre os meios escolhidos para difundir o novo Plano Agrícola está a divulgação em grandes veículos de comunicação como TV, revistas semanais, jornais de grande circulação nacional e de economia. O objetivo é apresentar a política do Governo Federal ao setor agrícola e os benefícios que ela traz para a população. Nas revistas especializadas e rádios, as peças são direcionadas ao produtor e apresentam questões técnicas sobre as novidades para a safra 2012/13.

Para mais informações, o Mapa disponibilizou uma página especifica para tratar de questões ligadas ao PAP 2012/2013. Clique aqui para conhecer medidas de incentivo, relatórios, estatísticas, artigos e notícias sobre o pacote. Além disso, a página disponibiliza áudios, vídeos e matérias sobre o tema

---

MDA discute proposta de entidade nacional de Ater – Site do MDA. 20/07/2012

Nesta semana, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e técnicos do governo federal, além de integrantes de entidades representativas dos agricultores familiares, de entidades de assistência técnica e extensão rural, do meio acadêmico e parlamentares, discutiram o sistema e a entidade que coordenará os serviços de Ater (assistência técnica e extensão rural) no Brasil.

Esta foi a primeira reunião do grupo de trabalho (GT) criado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, a pedido da presidenta Dilma Rousseff, para iniciar a construção de um órgão de Ater de abrangência nacional. O objetivo do grupo é elaborar proposta que contemple a assistência técnica e extensão rural para a agricultura brasileira, priorizando a agricultura familiar. A proposta contém as partes operacional e metodológica que vão orientar o funcionamento da entidade nacional. Ela estabelecerá padrão para os serviços de Ater e articulará recursos e capacidades técnicas, visando qualificar e fortalecer a prestação de serviços de Ater.

"O MDA, ao longo dos anos, construiu um forte e profícuo diálogo com entidades públicas e não governamentais, que são nossas parceiras na execução das políticas de assistência técnica e extensão rural, bem como com o público beneficiário dessas políticas", afirmou o ministro Pepe Vargas. Ele ressaltou que, juntamente com esses atores, o MDA resgatou a necessidade de uma Ater pública que havia sido desmantelada no período neoliberal. "Nosso desafio agora é dar materialidade a uma instituição nacional de Ater, definindo os instrumentos de coordenação institucional desse sistema, com o objetivo de universalizar o acesso à assistência técnica", concluiu Vargas.

"Nosso objetivo é levar Ater de qualidade para o conjunto da agricultura familiar. Garantir tecnologia de produção, gerar e melhorar renda, além de levar as políticas públicas para o meio rural por meio dos serviços de Ater", disse o secretário nacional da Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller, que coordenou a reunião do grupo de trabalho. Müller observou que a nova entidade foi uma demanda apresentada por representantes da agricultura familiar e da extensão rural na I Conferência Nacional de Ater (Cnater), realizada este ano, em Brasília, com mais de mil participantes de todo o país.

Sistema nacional

Para o presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), Júlio Zoé, a criação de uma entidade nacional de Ater é um marco na extensão rural brasileira. "Nossa presidenta resgata um sonho dos extensionistas. Eles lutaram para que essa importante ferramenta, a extensão rural, possa chegar aos milhares de agricultores familiares, especialmente àqueles que ainda não têm acesso a esse serviço", salientou Zoé.

"A criação de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural que coordene e dê as diretrizes de uma política de Ater é importante para que se possa, nos próximos anos, abranger e levar assistência técnica e extensão rural de qualidade para os agricultores familiares do Brasil", defendeu o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antônio Rovaris.

A reunião foi coordenada pelo secretário Laudemir Müller e teve a presença do diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), Argileu Martins da Silva; do secretário de Política Agrícola da Contag, Antônio Rovaris; da professora de Extensão Rural da Unicamp, Sônia Bergamasso; e do deputado Zé Silva (MG).

Bolsa família é destaque em evento do Banco Mundial. Neila Baldi – Site do MDS. 20/07/2012

Reunião da Comunidade de Aprendizagem dos Programas de Transferências Condicionadas da América Latina e Caribe do Banco Mundial começa na segunda-feira (23)

Brasília, 20 – Debater os êxitos e fracassos dos programas de transferência de renda que têm mais de uma década de funcionamento e avaliar o papel deles para a constituição de um sistema de proteção social é o objetivo da Reunião Presencial da Comunidade de Aprendizagem dos Programas de Transferências Condicionadas da América Latina e Caribe do Banco Mundial, que começa na segunda-feira (23). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) participa do evento em San Salvador, capital de El Salvador, levando a experiência do Bolsa Família.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o programa brasileiro é o maior da América Latina em número de beneficiários – cerca de 52 milhões de pessoas, o correspondente a quase a metade das 113 milhões de pessoas beneficiadas na região – e foi um dos responsáveis pela redução da pobreza no país, que caiu 36,5% entre 2003 e 2009. Em seguida, figuram os programas Oportunidades do México (27 milhões de pessoas) e Famílias em Ação da Colômbia (12 milhões).

O encontro vai reunir 15 países, até quarta-feira (25), para discutir os desafios dos programas de transferência de renda e o uso deles como plataformas de sistemas de proteção social. Serão apresentadas as experiências do Brasil, México, Colômbia, Honduras, Equador, Peru e El Salvador.

A secretária adjunta de Renda de Cidadania do MDS, Letícia Bartholo, vai mostrar os resultados do Bolsa Família e as inovações proporcionadas pelo Brasil Sem Miséria – como a busca ativa e o Brasil Carinhoso, que amplia o número de vagas em creches e garante benefício extra para famílias que tenham crianças até 6 anos, entre outras ações.

No último dia, os participantes do encontro farão uma visita de campo para conhecer os programas Comunidades Solidárias Rurais e Programa de Apoio Temporal ao Ingresso (Pati), que atende zonas urbanas, implantados pelo governo de El Salvador.

Cooperação – A secretária adjunta permanecerá no país da América Central após o encontro para participar, a convite do governo local, da discussão sobre a revisão do Programa Comunidades Solidárias Rurais. O programa salvadorenho foi criado em 2005 e inclui transferências condicionadas às famílias que vivem em condições de extrema pobreza em 100 municípios priorizados, oferta de infraestrutura de serviços de água, eletricidade e saneamento a essas localidades e apoio para a geração de renda.

Segundo Letícia, uma das contribuições que o Brasil pode dar ao país da América Central é a experiência de identificação das populações remotas. Durante sua estada em San Salvador, ela também vai discutir a cooperação firmada com El Salvador em 2010 para a criação de um sistema de proteção social, com intercâmbio técnico de missões das duas partes.

Ministério lança Comitê Estratégico do Agronegócio. Vera Stumm – Site do MAPA. 20/07/2012

Comitê será composto pelo ministro, lideranças setoriais e empresariais do agronegócio

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, lançará o Comitê Estratégico do Agronegócio, nesta segunda-feira, 23 de julho, às 11h, no Salão de Atos do Ministério da Agricultura, em Brasília. A iniciativa servirá para ampliar o diálogo com as cadeias produtivas, os produtores e os empreendedores do setor rural e construir uma agenda estratégica para o agronegócio.

O Comitê será composto pelo ministro, além de lideranças de entidades empresariais do setor produtivo rural, com o objetivo de definir prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas agrícolas. Além disso, contribuirá na fixação de diretrizes, indicadores e metas de desempenho do agronegócio e suas respectivas cadeias produtivas, avaliará e acompanhará as ações governamentais aplicadas ao desenvolvimento e sustentabilidade do agronegócio nacional.

Mais chuva, mais seca, muito mais preocupação. Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Opinião. 20/07/2012

Enquanto estas linhas são escritas, chove há quatro dias em Goiânia - quando há 30 anos as chuvas no período de estiagem (de abril a setembro) eram tão raras que até nome tinham as duas habituais: "chuva das flores" e "chuva do caju". Algo parecido com o que se verificava também no Cerrado paulista antes que, a partir da década de 1950, a remoção da vegetação nativa e a entrada da cana-de-açúcar e da soja, principalmente, mudassem tudo e tudo fosse possível em qualquer época - chuva e estiagem, frio e calor até no mesmo dia. E hoje tudo acontece ainda no momento em que a calamidade é a rotina em mais de mil municípios nordestinos, com a pior seca em décadas. Mas nem a cidade de São Paulo escapa aos dramas, tendo chovido em oito dias do início de junho mais de 100 milímetros, o que não acontecia em década e meia (Agência Estado, 9/6).

Seminário da Unesp e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em Pernambuco avalia (remaatlantico, 12/7) que o Nordeste é a região que mais sofre e sofrerá com as "mudanças do clima", seguido do Centro-Oeste. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Manaus e Curitiba serão as cidades maiores com mais problemas. O Nordeste, já com mais 29 mil quilômetros quadrados sujeitos a problemas mais graves, apresenta manchas de "hiperaridez", que podem transformar-se em desertos. Outro estudo, da Universidade Federal de Alagoas, adverte que a média de chuvas na região - 800 milímetros anuais - é muito inferior à evapotranspiração, de 3 mil milímetros anuais.

O Relatório de Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas, com aval da Coppe-RJ e de 128 cientistas, prevê um Brasil mais vulnerável às consequências do aumento da temperatura (O Globo, 11/6), com secas mais severas na Amazônia e na Caatinga; temperaturas mais altas nas grandes cidades do Sudeste (devidas às "ilhas de calor"); a Caatinga podendo chegar a 50% menos de chuvas em 2050; mas também com

alterações sérias no Pantanal, no Cerrado e em parte da Mata Atlântica; até o fim do século, as chuvas na Amazônia poderão reduzir-se em 45%, com aumento de 5 a 6 graus Celsius na temperatura; a Caatinga poderá perder 50% até 2100.

Nossos custos (Estado, 14/6) chegam a US$ 6,9 bilhões em 20 anos, com 20,6 milhões de pessoas afetadas e mais de 3 mil mortas - somos o 13.º país em enchentes e 18.º em prejuízos, segundo a ONU. Mas o Serviço Geológico brasileiro (Agência Brasil, 3/7) afirma que temos 680 mil pessoas em áreas de alto risco, só nos 140 de 821 municípios já mapeados - a maioria no Nordeste. Na América Latina, segundo o Banco Mundial e outras instituições, os prejuízos com esses fenômenos chegam a US$ 100 bilhões anuais (Estado, 5/6). E seria necessário investir US$ 110 bilhões anuais, de modo a reduzir as emissões para duas toneladas anuais de dióxido de carbono (CO2) por pessoa (no Brasil, segundo o cientista britânico Nicholas Stern, elas estão acima de dez toneladas anuais per capita).

Ainda nesta semana, o Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) pediu a todos os países estratégias de enfrentamento das mudanças e dos riscos de perda de colheitas, que afetarão principalmente os países mais pobres. Os custos dos desastres no mundo a partir de 1992 chegaram a US$ 2 trilhões. E nos "eventos extremos" morreu 1,3 milhão de pessoas, entre os 4,4 bilhões de afetadas por enchentes (2,4 bilhões) e tempestades (720 milhões), principalmente (Estado, 14/6). China e Índia lideram o indesejável ranking. 2010 e 2011 já foram anos dramáticos.

A elevação do nível dos oceanos agrava as preocupações dos cientistas. Estudo da Natural Climate Change (6/7) afirma que mesmo com cortes profundos nas emissões de gases poluentes e baixa nas temperaturas médias até 2050 o aumento do nível dos oceanos será "inevitável" até o fim do século. No Ártico, a concentração de CO2 já chegou a 400 partes por milhão. Até a extração e o uso de águas subterrâneas agrava os problemas no mar.

O ano de 2012 está sendo o mais quente na História dos Estados Unidos desde 1895 (Reuters, 8/6), 2,9 graus acima da média do século 20. China, Bangladesh, Japão estão de novo às voltas com fenômenos extremos, milhões de pessoas atingidas. A Rússia investiga se administradores relapsos contribuíram para as piores inundações e o maior número de mortes em décadas, com o volume de chuvas em uma hora superando o que era habitual em dois meses, em algumas regiões.

É nesse quadro que se reuniram esta semana em Berlim os representantes de 35 países, na tentativa de um acordo que possa levar a compromissos de redução de poluentes na Convenção do Clima, em novembro, no Qatar. Aí, a primeira-ministra Angela Merkel, da Alemanha, disse que enfrentamos "grande perigo" e que as intenções dos países poluidores até aqui não bastam para enfrentar a questão. Mesmo contendo o aumento da temperatura planetária para até 2 graus em meados do século, o problema não estará resolvido Mas persiste o velho confronto: os países do Brics, o Brasil incluído, dizem que a obrigação é dos países industrializados, que emitem desde o início da revolução industrial e até há pouco emitiam mais que o resto do mundo; os países mais desenvolvidos retrucam que sem as nações em desenvolvimento, que hoje poluem mais, nada adiantará. E pedem que haja novo período de vigência do Protocolo de Kyoto. Com o mundo ainda subsidiando com US$ 1 trilhão anuais o uso de petróleo e de outros

combustíveis fósseis. A ONU é contra e quer criar uma taxa sobre esse consumo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) apoia e tem até proposta de punição para os poluidores.

Reunidos na State of the Planet Declaration, 2.800 cientistas dizem que "o sistema Terra está em perigo". O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas pede planos setoriais de mitigação de emissões aos setores mais poluentes. Mas ainda emitimos quase 2% do total mundial de poluentes. E os acordos estão difíceis internamente.

E chove, chove, onde deveria ser estiagem. E piora a seca na Caatinga

---

Nunca fomos tão felizes. Fernando Gabeira – O Estado de São Paulo, Opinião. 20/07/2012

Uma nação não deve ser medida pelo PIB, e sim pelo que faz por suas crianças e adolescentes. A frase de Dilma Rousseff não é de todo uma fuga da realidade, como querem alguns críticos. Na Rio+20 o PIB foi muito criticado como indicador. Surgiram até pessoas fascinadas pela experiência do Butão, pequeno país encravado no Himalaia que trocou o PIB pelo Índice de Felicidade Nacional.

Quando um líder político fala, não analisamos apenas o conteúdo do discurso, mas também a oportunidade. Dilma afirmou que o PIB não é adequado para medir a nação num dia em que as expectativas de um baixo crescimento do Brasil foram divulgadas. Tanto no exterior como internamente, as críticas seriam inevitáveis. Ela procurou se antecipar a elas.

A fábula da raposa e as uvas é um dos textos de maior sucesso no governo. Quando o PIB cresce, é trombeteado como prova "de que nunca antes nesse país", etc. Quando cai, perde importância porque o essencial é cuidar das criancinhas, que num passado não muito distante éramos acusados de comê-las.

Embora tenha apenas a agenda de Dilma como referência, não creio que ela tenha dialogado com o rei Wangchuck, do Butão. Mas tanto quanto ele, num momento de desconforto com o PIB ela está buscando novos indicadores. O Butão, segundo alguns estudiosos da felicidade, como Derek Bok, formulou com critérios interessantes a nova maneira de avaliar o país.

Dilma falou das crianças dependentes de uma boa educação como passaporte para o futuro. Mas os índices internacionais nos colocam em 53.º lugar em leitura e 57.º em matemática, numa lista de 65 países.

Existe um ponto em que a teoria do Butão daria um socorro a Dilma. Segundo ela, o primeiro fundamento da felicidade é o desenvolvimento equilibrado. E o programa Bolsa-Família é um marco internacional na distribuição de renda aos mais pobres.

A ideia de equilíbrio implica uma noção de conjunto. Numa das pontas, o financiamento do BNDES a empresários, conhecido como a bolsa dos ricos, ainda é uma incógnita à espera de um estudo sobre sua adequação às necessidades nacionais. Isso não é feito porque o BNDES se recusa a fornecer detalhes e o pedido da imprensa investigativa

para ter acesso a eles foi parar na Justiça. Na semana passada, o BNDES apareceu financiando o Fusca do século 21, o UP da Volkswagen, com R$ 352 milhões. Talvez seja uma homenagem a Itamar Franco, que tinha o sonho nostálgico de ressuscitar o Fusca.

Fui muito criticado pelos adeptos do governo quando alinhei alguns pontos preocupantes na conjuntura. Governos não gostam de vê-los alinhados, preferem uma visão cor-de-rosa. No passado era o "ame-o ou deixe-o", consagrado pela ditadura militar, que fantasiava um País onde todos os críticos se exilam.

De modo geral, previsões otimistas sobre o Brasil continuam a surgir. Fernando Henrique Cardoso disse, em entrevista recente, que o País está no rumo certo. Ee le é de oposição. A OCDE lançou um relatório afirmando que o Brasil tem as melhores perspectivas estratégicas de crescimento entre os países emergentes. E um dos pensadores mais aclamados do momento, Parag Khanna, também acentuou as grandes possibilidades do País na economia do futuro, a economia híbrida fortemente marcada pela conectividade. Estrategicamente, estamos bem na foto. Mas o futuro não pode ser visto como um o reino dos céus, um marco religioso. No universo místico, derrotas e sofrimentos terrenos não importam porque eles nos levam à salvação. No mundo real, um conjunto de erros pode nos afastar das promessas estratégicas. Daí a necessidade do debate, das críticas.

Que papel podemos esperar no futuro, se o Brasil aparece em 58.º lugar no ranking de invenção da Organização Mundial de Propriedade Industrial, bem atrás do Chile, o 36.º? Caímos nove posições. O atraso brasileiro não se deve só ao governo. Mas uma política científica e tecnológica ajudaria muito. E deveria ter sido inaugurada em 2003, no primeiro governo Lula. O PIB está lá embaixo, fatores que nos trariam esperança para o futuro, ensino e invenção, têm desempenho desanimador no ranking internacional.

Alguns adeptos do governo querem nos convencer de que nunca fomos tão felizes, como quiseram também os militares, em outras circunstâncias. Para ganhar seu dinheirinho, atacam os críticos e nos chamam de urubus. No meu caso, deviam ter o salário descontado. Urubu é o símbolo de parte da torcida do Flamengo. Além disso, tive a sorte de ouvir Tom Jobim falar de pássaros e ele sempre destacava a elegância do voo do urubu.

O Brasil está cheio de gente otimista que nos envia beijos no coração e toda essa ternura de candidato em campanha. Precisamos de alimento para pensar. O futuro luminoso não é uma fatalidade à prova de um medíocre oba-oba. Ele pode chegar tarde ou desaparecer no horizonte. O que mais incomoda é associar os impasses econômicos à decadência política. A Ferrovia Norte-Sul virou mais uma piada, a última do Juquinha, ex-presidente da Valec, que teve os bens bloqueados. Ele ganhava em torno de R$ 20 mil e tinha vários imóveis, até uma fazenda de R$ 20 milhões.

De fora chegam sinais animadoras: Paulo Maluf perdeu os recursos na Justiça de Jersey e a São Paulo pode reaver US$ 22 milhões desviados de suas obras públicas. Na Suíça, Joseph Blatter pede a João Havelange que deixe a presidência de honra da Fifa depois do escândalo da propina. Os torcedores do Rio querem mudar o nome do Estádio João Havelange para João Saldanha.

Dizem os economistas que na maré alta todos se movem com facilidade, mas quando ela baixa descobrimos quem tomava banho nu. Agora que a maré baixou, diante da nudez de pouco adianta o argumento da beleza interior. É preciso coragem e boas ideias para um mundo em transição. Anos de poder amolecem e deformam quem se aproveita dele. Onde está a energia para um novo tempo?

Para responder à greve dos professores universitários o governo levou 36 dias. E se esqueceu do recesso parlamentar para aprovar incentivos à indústria, quase estagnada. Sorte dele é o profundo sono da oposição.

Petrobrás fecha acordos de US$ 4,5 bi no pré-sal. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo, Economia. 20/07/2012

Estatal assinou dez contratos para a construção e integração de seis módulos para plataformas que serão usadas na Bacia de Santos

A Petrobrás anunciou ontem ter assinado dez contratos, somando US$ 4,5 bilhões, para a construção e integração dos primeiros seis módulos de oito plataformas replicantes do tipo FPSO, que produz, armazena e transfere óleo e gás. Os contratos dos replicantes, assim chamados por terem projetos semelhantes, eram aguardados no mercado há meses e várias empresas participaram da disputa.

As oito plataformas serão instaladas no pré-sal da Bacia de Santos, nos campos de Lula (ex-Tupi) e Sapinhoá (ex-Guará). A primeira delas tem previsão de iniciar as operações em 2016, com capacidade para produzir 150 mil barris por dia cada. Os cascos dos oito replicantes já estão sendo construídos pelo Grupo Engevix, no estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Os contratos foram assinados junto com os parceiros BG Group, Petrogal Brasil e Repsol Sinopec, sócias minoritárias da Petrobrás nos campos.

Venceram a concorrência e serão contratadas para os serviços os estaleiros Keppel Fels (RJ), o Jurong (ES) e o consórcio Mendes Júnior/OSX (RJ). Cada um venceu a concorrência para a integração de dois FPSOs cada e têm a possibilidade de uma terceira unidade mais à frente.

A Petrobrás ainda avalia o tipo de óleo na área onde serão instalados os dois replicantes que ainda faltam ter a integração contratada antes de encerrar essa disputa. "O processo de contratação dos dois módulos de topsides e dos pacotes de integração restantes para os oito FPSOs replicantes deverá ocorrer nos próximos 18 meses junto às mesmas empresas", disse a empresa, em comunicado ao mercado.

Preço baixo. Nos bastidores, construtoras como a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, que participaram da concorrência, já davam a derrota como certa pelo menos desde abril. Fontes das construtoras estavam insatisfeitas, alegando que os concorrentes haviam apresentado preços baixos demais para projetos que depois não poderiam ser executados no prazo e custo prometidos.

A surpresa da concorrência foi o consórcio formado entre as empresas DM Construtora de Obras e TKK Engenharia, que venceu a construção dos módulos de gás combustíveis e desidratação e os módulos de geração. A empresa Iesa ficará responsável pelos sistemas de compressão e injeção de gás carbônico.

Já a Tomé Engenharia e a Ferrostal ficarão com a construção de módulos para tratamento de água e processamento de óleo, entre outros.

A Petrobrás também contratou a Dresser-Rand e a Rolls-Royce para fornecer os sistemas de compressão e geração.

Plano quinquenal chinês estimula o consumo de alimentos. Marcos Fava Neves – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012

Uma das análises mais importantes sobre o consumo chinês decorre da leitura dos planos quinquenais do governo, que dão as diretrizes estratégicas ao país. Essa análise se mostra promissora ao agro do Brasil.

O plano quinquenal prevê que o PIB crescerá, em média, 7% ao ano, com forte melhoria nas condições de renda da população mais pobre e no aumento das oportunidades de emprego no setor de serviços, que deve crescer para quase 50% do PIB. Isso tudo com a inflação controlada em 4% ao ano.

O plano prevê reduções de quase 17% nas emissões de carbono e na energia utilizada para cada ponto percentual de crescimento do PIB, bem como pretende que 12% do total consumido de combustíveis seja de fontes renováveis, dentro da política de veículos de energias limpas.

São fixadas metas para novas fontes de energia (nuclear, solar e eólica), para conservação de energia e proteção ambiental, estimula-se o uso de biotecnologia e novos materiais.

Serão investidos em inovação 2,2% do PIB, e a China pretende ser produtora de bens e serviços inovadores em indústrias sofisticadas, migrando do "produzido na China" para o "desenhado na China".

O plano quinquenal mostra a transição de uma economia puxada pelas exportações para uma economia puxada pelo consumo doméstico, com valorização da moeda chinesa.

Os efeitos nos mercados de alimentos são muito positivos, pois, quando se distribui renda à população mais carente, alimento é a primeira despesa a ser feita -e também a última a ser cortada em situações de crise.

Um exemplo do possível impacto vindo do plano: a empresa YUM (que gerencia as marcas Kentucky Fried Chicken e Pizza Hut) vem crescendo quase 30% em faturamento anual e abriu, em quatro meses, 168 restaurantes na China. Hoje, já opera mais de 4.600 lojas -projeta abrir 600 unidades por ano.

O mercado de fast food cresce a taxas de 15% ao ano, abrindo espaço para outras redes. A Subway anunciou 100 novas lojas em 2012 e a Pala Hamburger, rede chinesa, abrirá 460 lojas em 2012.

O setor de refeições coletivas cresceu mais de 20% ao ano nos últimos 30 anos, o que mostra o vigor do mercado chinês de alimentos.

Com a desvalorização do real e a valorização do yuan, melhoram os termos de troca, e o Brasil tem boas chances de ser o principal fornecedor desse consumo.

Além de fornecedor, é hora também de as franquias brasileiras de alimentos entrarem na China e participarem do jogo principal.

Segurança jurídica, um bem comum. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012

A portaria da AGU confere segurança jurídica sobre o tema demarcação e gestão das terras indígenas

A questão da demarcação das terras indígenas no Brasil é um desses temas pouco conhecidos e muito comentados. Consolidou-se no imaginário urbano a ideia de que os índios vivem em condições abjetas, possuem poucas terras e estão entregues à própria sorte. Equívocos em série, disseminados propositalmente.

Deles deriva a argumentação de que é preciso rever e ampliar antigas demarcações, o que decorreria da escassez do território que lhes está destinado. Os números, porém, contam outra história. Vejamos.

Todas as cidades brasileiras, as estradas e a infraestrutura que as interligam somam 11% do território nacional. A população propriamente dita -quase 200 milhões de pessoas- vive em 2% do território. As terras indígenas, que abrigam cerca de 600 mil índios, somam 12,6% do território nacional.

Terra, portanto, não lhes falta. Mas há mais.

Há dois órgãos federais voltados para a questão indígena -Fundação Nacional do Índio (Funai) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)-, além de milhares de ONGs e da própria saúde pública, a que também têm acesso. A maioria dos cidadãos brasileiros está longe de dispor de tal estrutura.

Isso não significa que os índios não careçam de atenções especiais, dada a vulnerabilidade de seu habitat, frequentemente invadido por gente alheia a seu meio. Mas, mesmo nesses casos, é preciso não perder de vista o senso das proporções.

A demarcação e a gestão de suas terras têm sido uma das questões mais controvertidas - e, historicamente, fonte de insegurança jurídica, pela ausência de regras nítidas.

O episódio da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, submetida em março de 2009 ao Supremo Tribunal Federal, acabou por, finalmente, estabelecer um paradigma.

Ao julgar a controvérsia, o STF, diante da escassez de parâmetros, definiu, em acórdão, 19 condicionantes para a demarcação e a gestão dessas terras, que acabam de ser consignadas na portaria nº 303, da Advocacia-Geral da União.

A partir de agora, o tema já não será uma abstração, gerido por discursos demagógicos de ONGs, que pretendem colocar o Brasil no banco dos réus também nessa questão.

Ao ser publicada, a portaria da AGU gerou reações. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, afirmou que a existência de embargos de declaração ao acórdão do STF torna a portaria precipitada, já que a própria Corte, ao julgá-los, pode, em tese, mudar algumas de suas determinações.

É possível, mas não provável, já que o STF não inventou nada. Baseou-se na Constituição e na legislação da política indigenista, delas extraindo o que já estava em vigor no ordenamento jurídico brasileiro. Garantiu a imprescritibilidade das terras indígenas, mas estabeleceu os critérios para demarcações em curso.

As 19 condicionantes resultaram de amplo e consistente debate, político e jurídico, que a AGU, a seguir, resumiu em parecer, que embasou a presente portaria.

Ao estender às demarcações em curso as condicionantes aplicadas à Raposa Serra do Sol, a portaria regulamenta esse processo, dá-lhe um critério palpável, conferindo-lhe segurança jurídica.

Prova de que era necessária é o fato de que, mesmo estando há três anos em pleno vigor o acórdão do STF, órgãos do Poder Público federal insistiam em ignorá-lo, sob o argumento da pendência dos embargos de declaração.

É um argumento improcedente, já que a AGU prescinde do Judiciário para fixar a interpretação da legislação no âmbito da administração pública -como, com essa portaria, acaba de fazê-lo.

Embora represente um avanço, a portaria pode -e deve- ser aperfeiçoada. Se, por um lado, impede a ampliação de terra indígena já demarcada, ainda não define claramente "os casos de vício insanável ou de nulidade absoluta". Nada, no entanto, que não se possa corrigir.

Com essa iniciativa, a que se somam a atualização do Código Florestal e a adoção do seguro agrícola como uma das prioridades do novo Plano Safra, o mundo rural alcança um novo patamar de segurança jurídica, em benefício de todos os brasileiros.

País inicia produção de animais transgênicos. Herton Escobar – O Estado de São Paulo. 22/07/2012

O laboratório do médico José Xavier Neto está cheio de roedores. Cerca de 2 mil camundongos, acomodados em modernas "gaiolas" de plástico transparente, do tamanho de uma caixa de sapatos, com entrada e saída de ar individuais. Por fora, parecem todos iguais. Limpinhos, impecáveis e ativos, correndo de um lado para outro como personagens curiosos de um desenho animado. Por dentro, porém, há diferenças

essenciais entre eles. São animais transgênicos, que tiveram um ou mais de seus genes modificados antes de nascer.

Inaugurado em setembro de 2010, como parte do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, em Campinas, o Laboratório de Modificação do Genoma (LMG) - que Xavier coordena - foi criado para prestar um serviço essencial à ciência brasileira: a produção de modelos animais geneticamente modificados. Uma ferramenta básica para o avanço das pesquisas médicas e biológicas de diversas áreas, mas historicamente muito pouco usada no Brasil.

"Estamos falando de uma tecnologia que existe desde 1981", ressalta Xavier, referindo-se ao ano em que foram produzidos os primeiros camundongos transgênicos no mundo. Desde então, o genoma do camundongo já foi completamente sequenciado e praticamente todos os seus genes - 95% dos quais são iguais aos do homem - já foram modificados de uma forma ou de outra para a investigação de processos biológicos básicos e aplicados a doenças humanas.

Só o Laboratório Jackson, um dos maiores fornecedores de camundongos transgênicos do mundo, nos EUA, tem um catálogo com mais de 6 mil variedades e vendeu, só no ano passado, mais de 3 milhões de animais para pesquisadores de 56 países.

No Brasil, porém, a "moda" não pegou. O primeiro camundongo transgênico do País só foi produzido em 2000, na Universidade de São Paulo (USP), e mesmo depois disso nunca se estabeleceu um serviço de produção de linhagens capaz de abastecer a ciência nacional. O jeito é importar linhagens prontas (solução cara e burocrática), desenvolver linhagens próprias (inviável para a maioria dos laboratórios) ou se limitar a fazer pesquisas in vitro (solução mais simples, porém de menor impacto científico). "Definitivamente perdemos o bonde dessa tecnologia", diz Xavier. "Não só ela não foi incorporada como não se desenvolveu uma cultura de usar esses animais aqui."

O LMG foi pensado para reverter esse quadro, operando simultaneamente como centro de pesquisa e prestação de serviços, produzindo animais transgênicos customizados para pesquisadores de todo o País. Se um cientista precisa de um animal transgênico, ele faz a encomenda, fornece as especificações, o LMG produz o animal e manda para ele. Tal qual um escritório de engenharia executa um projeto para um arquiteto. Só que a engenharia, neste caso, é genética. E a arquitetura, biológica.

As duas primeiras encomendas - feitas por Lygia Pereira, da USP, e Francisco Laurindo, do Instituto do Coração (Incor) - começaram a ser produzidas neste mês. O serviço é gratuito para projetos de pesquisa pública.

Antes de abrir o balcão, porém, o LMG já produziu cerca de 50 linhagens de camundongos transgênicos, utilizando nove genes diferentes, para projetos de pesquisa internos do laboratório. Vários deles, voltados para pesquisas cardíacas, relacionadas ao desenvolvimento e ao funcionamento do coração - herança, em parte, dos 21 anos em que Xavier foi pesquisador do Incor.

Outras 15 linhagens foram importadas do Laboratório Jackson, por US$ 6,5 mil (cerca de US$ 230 por animal). O Estado presenciou a chegada das últimas quatro, no início do mês: oito camundongos em uma caixa de plástico com comida e água em forma de

gel. São animais com um grau a mais de complexidade transgênica. Eles têm uma enzima no organismo que funciona como um interruptor molecular, que permite aos cientistas ligar ou desligar as modificações genéticas onde e quando desejarem. Por exemplo: só no tecido cardíaco ou só na fase adulta do animal.

A ideia é cruzar esses bichos com as linhagens customizadas do laboratório, combinando o interruptor já embutido nos pais com os genes que serão colocados no genoma dos filhos. "O bicho já vem com o interruptor, a gente só acrescenta a lâmpada", compara Xavier.

Engenharia genética

Para produzir os animais transgênicos, os cientistas injetam em seus embriões pedaços de DNA especialmente montados em laboratório (chamados "construções"), contendo o gene de interesse da pesquisa e uma série de outros códigos genéticos associados ao seu funcionamento.

Seja qual for o método aplicado, a ideia é que essa construção se integre ao genoma do embrião e passe a funcionar como se fosse parte original dele - algo como embutir um software genético no sistema operacional do bicho. Dependendo do que estiver escrito nesse software, ele pode executar uma série de funções, como inibir a ação de algum outro gene ou ordenar a superexpressão de uma proteína cuja função os cientistas desejam estudar. "O limite é a imaginação do pesquisador", diz Xavier.

Manipulações que não podem ser feitas em seres humanos. Mas que, pela semelhança genética entre homens e camundongos, podem dar contribuições diretas para o conhecimento da biologia humana e para a cura de doenças.

As ninhadas primogênitas das duas primeiras encomendas são esperadas para outubro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Um prêmio à pioneira da agroecologia. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo. 22/07/2012

A agrônoma Ana Primavesi luta há 65 anos pela vida dos solos; em setembro, receberá o principal prêmio mundial da agricultura orgânica

A modéstia permeia as declarações da engenheira agrônoma Ana Primavesi quando ela se refere ao One World Award - o principal prêmio da agricultura orgânica mundial, conferido pela International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam). Neste ano, foi ela a escolhida para receber a homenagem, na Alemanha.

"Eles distribuem o prêmio entre os vários continentes. Agora, foi a vez da América do Sul", comenta uma das precursoras do movimento orgânico no Brasil. "Estão me premiando por toda parte... Não sei para que isso", acrescenta, quase encabulada.

E ouve, em seguida, que a homenagem que receberá no dia 14 de setembro, com a participação de mais de mil pessoas, entre elas a vencedora do prêmio Nobel Alternativo da Paz, a indiana Vandana Shiva, é mais do que merecida, pelo trabalho que vem fazendo, há 65 anos, pela agricultura ecológica, auxiliando lavradores a tornarem suas terras produtivas e limpas, em harmonia com o ambiente, eliminando o uso de agrotóxicos e adubos químicos.

"Pois é... Pelo jeito...", sorri Ana Primavesi, que arremata: "Dizem que eu inventei a agricultura orgânica. Conscientemente, não. A gente sempre trabalhou dessa forma".

Impactos positivos. Instituído em 2008, o One World Award é conferido a cada dois anos a ativistas da agricultura orgânica no mundo. São pessoas cujo trabalho impacte positivamente a vida dos produtores rurais.

Em 2008, quem ganhou o prêmio foi o veterinário e professor alemão Engelhard Boehncke, por suas práticas e estudos em relação à criação orgânica de animais. Há dois anos, foi a vez do indiano pioneiro em agricultura orgânica Bhaskar Salvar, que, logo no início da década de 1950, contrapôs-se à Revolução Verde - que inaugurou o uso de adubos sintéticos e agrotóxicos nas lavouras -, ensinando agroecologia aos produtores, com o uso de fertilizantes orgânicos, a manutenção da vida no solo e o fortalecimento das plantas por meio de um ambiente equilibrado.

Neste ano, Ana Primavesi será a agraciada. Aos 92 anos, austríaca naturalizada brasileira, formada pela Universidade Rural de Viena, é Ph.D. em Ciências Agronômicas e especializada em vida dos solos. Publicou vários artigos científicos e livros sobre o assunto, mas um deles, Manejo Ecológico do Solo (Editora Nobel, 552 páginas, reeditado mais de 20 vezes), é uma das bíblias da produção orgânica e leitura obrigatória nas faculdades de Agronomia do País.

A obra é citada no livro Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos, de Francis Chaboussou, no qual prova que pragas e doenças não atacam plantas cujos sistemas estejam equilibrados. E que são os adubos químicos e os agrotóxicos que atraem os parasitas, gerando um ciclo de dependência, com nefastas consequências para o planeta.

Preservação. Desde 1947, quando iniciou sua vida profissional, e por meio de aulas na Universidade Federal de Santa Maria (RS), Ana Primavesi vem batendo na tecla da preservação da vida no solo. Em aulas, palestras, conferências, debates, assistências técnicas diretas aos produtores rurais e a suas associações, a engenheira agrônoma repete frases que se tornaram mantras.

E quem as coloca em prática vê os resultados na produção, na preservação e na saúde de quem planta e de quem consome os alimentos agroecológicos: "O segredo da vida é o solo, porque do solo dependem as plantas, a água, o clima e nossa vida. Tudo está interligado. Não existe ser humano sadio se o solo não for sadio e as plantas, nutridas."

Observação. Tanto que a primeira coisa que ensina aos agricultores que a procuram é olhar para a terra. "Se o solo tem uma boa estrutura, o agricultor tem grande chance de modificá-lo e convertê-lo para a agricultura orgânica", diz. "Terra com boa estrutura forma grumos, que nada mais são que o entrelaçamento de microrganismos que

conferem vida ao solo e saúde às plantas, além de permitirem a infiltração da água. Em solos compactados e sem vida, água vira enxurrada e provoca erosão."

Ana Primavesi lembra que uma planta precisa de no mínimo 45 nutrientes para se desenvolver e produzir de forma saudável. "A agricultura convencional dá, no máximo, 15 desses nutrientes para as plantas. E nem sempre esses 15 nutrientes são integralmente ministrados às lavouras convencionais", diz.

O resultado são plantas deficientes nutricionalmente e frágeis aos ataques de pragas e doenças, dependentes, portanto, do uso de agrotóxicos.

É justamente a maneira de devolver esses nutrientes ao solo que Ana Primavesi ensina aos agricultores. Ela lembra de agricultores na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, que há cerca de 15 anos a procuraram porque já não conseguiam produzir com o pacote convencional.

"Eles estavam a desanimados, quase falindo, porque a cada ano a terra respondia menos às adubações", conta. "Começamos a melhorar o solo e a qualidade dos nutrientes, passando a aplicar adubações orgânicas", continua. "Demorou uns quatro a cinco anos, mas agora eles produzem com fartura. Há uns anos voltei lá e vi como estavam felizes com a produção orgânica", conta Ana, ressaltando que a recompensa sempre vem. "O problema é que ela não é rápida, e muitos desistem."

Soja salva balança comercial brasileira. Raquel Landim – O Estado de São Paulo, 22/07/2012

Com preço recorde, grão vira principal item da pauta de exportações e Brasil pode superar os EUA como o maior produtor do mundo

Eraí Maggi Scheffer, conhecido como "o rei da soja", está empolgado com a próxima safra. Vai plantar em Mato Grosso 220 mil hectares do grão, o equivalente a mais de 200 mil campos de futebol. A cultura vai tomar espaço do algodão e das pastagens e a área plantada vai crescer quase 24% em relação à safra anterior. "É uma alta expressiva. Todos os agricultores estão animados."

Em meio a uma das mais graves crises da economia global, os agricultores brasileiros se preparam para plantar a maior safra de todos os tempos, que pode levar o Brasil a superar os Estados Unidos e se tornar o maior produtor de soja do mundo. O motivo é o preço do grão, que nunca esteve tão alto. A soja voltou a ser o principal produto da pauta de exportação e está salvando a balança comercial do País.

Na sexta-feira, o preço da soja bateu US$ 17,57 por bushel (27,2155 kg) na bolsa de Chicago, uma valorização de 15% desde o início do mês, quando uma forte seca atingiu as lavouras nos EUA. Antes desse rally, o recorde era de US$ 16,50 por bushel, marcado antes da quebra do Lehman Brothers em 2008. No porto de Paranaguá (PR), a saca (60 kg) de soja chegou a impressionantes R$ 85. Em Sorriso (MT), apesar de todas as deficiências logísticas, os produtores recebiam R$ 73,5 por saca.

"Como não importamos praticamente nada, a soja é superávit na veia", afirma Amaryllis Romano, analista da Tendências Consultoria. No primeiro semestre, as exportações de grão, farelo e óleo atingiram US$ 15,9 bilhões, mais de duas vezes o superávit do País, que vem minguando por causa da queda dos preços do minério de ferro e da menor demanda por produtos manufaturados. A participação da soja nas exportações atingiu 13,6%, ultrapassando o minério, com 12,7%.

O rally da soja é consequência de uma das piores secas da história dos Estados Unidos. Segundo Luiz Fernando Gutierrez, analista da Safras & Mercado, a soja está na fase de floração e formação do grão nos EUA, um momento crítico para a falta de chuva. Por enquanto, 4 milhões de toneladas já foram perdidas. "Se não chover no próximo mês, as perdas serão mais severas."

Os estoques mundiais do grão já vinham baixos desde o ano passado, quando Brasil e Argentina também tiveram prejuízos por causa do clima. Até agora, os três maiores produtores de soja perderam juntos 21 milhões de toneladas, quase 10% da produção mundial. "É uma quebra importante. A China continua com uma fome danada e, apesar da crise, a Europa também não deixou de comer", diz Fábio Trigueirinho, secretário executivo da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove).

Como faltou produto, o preço disparou. "O pessoal está rindo sozinho", admite Aroldo Gallasini, diretor-presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa, de Campo Mourão, no Centro-Oeste do Paraná. "Em 20 dias, mudou todo o cenário para a agricultura brasileira."

Supersafra. É nesse clima de otimismo que os agricultores começam a plantar a safra 2012/13 a partir de setembro. Para a Agroconsult, a área plantada de soja vai aumentar 10%, para 27,9 milhões de hectares. Se o clima não atrapalhar, a colheita pode chegar 83 milhões de toneladas, alta de 25% sobre a temporada 2011/12 e volume superior aos 80 milhões de toneladas previstos pela consultoria para os EUA.

A Safras & Mercado estima a safra 2012/2013 em 82,3 milhões de toneladas, quase igual aos 83 milhões dos americanos. "Se o clima continuar ruim nos EUA, o Brasil pode ultrapassar e ocupar o posto de maior produtor do mundo", diz Gutierrez. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê uma safra de 83 milhões de toneladas para os EUA e 78 milhões de toneladas para o Brasil.

Segundo Marcos Rubin, analista da Agroconsult, o forte crescimento da produção de soja na safra 2012/13 será uma consequência da perspectiva de rentabilidade do agricultor, que hoje é excelente. Além das cotações internacionais recordes, o setor também é favorecido pela desvalorização do câmbio, que elevou os preços recebidos em reais.

"É um bom momento, não há como negar. Os custos também subiram e boa parte da safra atual já estava vendida. Mas, sem dúvida, teremos um ritmo de crescimento chinês na próxima safra", diz Carlos Fávaro, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja).

A comercialização da nova safra está acelerada. Os agricultores brasileiros já venderam, em média, 35% da produção que não foi sequer plantada, porcentual superior a média

de 10% desta época. Segundo Cleber Noronha, analista do Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola (Imea), esse porcentual já chega a 65% em Mato Grosso.

Nos próximos anos, EUA e Brasil devem disputar a liderança global de produção de soja no mundo, mas a tendência é que os brasileiros se consolidem no topo porque, mesmo sem aumentar o desmatamento, o País ainda pode elevar significativamente sua área plantada. O Brasil ainda deve produzir outros "reis da soja" como Eraí Maggi Scheffer.

Presidente da CNA se reúne, no Palácio do Planalto, com a presidente Dilma Rousseff para discutir questões relacionadas ao agronegócio – Site da CNA. 23/07/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, reuniu-se, nesta segunda-feira (23), no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presidente da República, Dilma Rousseff, para discutir uma série de questões relacionadas ao agronegócio brasileiro. Um dos temas foi a logística de transporte, com foco na situação das ferrovias e dos portos. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVITEA) para a Hidrovia do Tocantins também foi tema da reunião.

Ainda sobre logística, outro assunto discutido foi a incidência de impostos sobre combustíveis no transporte de cabotagem. A presidente Dilma Rousseff e a senadora Kátia Abreu trataram, ainda, do mercado de fertilizantes. A presidente da CNA estima que cerca de 70% dos fertilizantes aplicados nas lavouras brasileiras são importados, situação que eleva os custos de produção do setor. A criação da Agência de Extensão Rural com Meritocracia, anunciada pela presidente da República durante a apresentação do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, também foi discutida na reunião de hoje.

Mapa lança publicação com projeções do agronegócio. Gabriela Caldas – Site do MAPA. 23/07/2012

Trabalho tem objetivo de fornecer subsídios quanto às tendências do agronegócio

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou uma publicação com projeções de longo prazo do agronegócio. O trabalho Projeções do Agronegócio – Brasil 2011/12 a 2021/22 tem como objetivo indicar tendências para o agronegócio nacional nos próximos anos, o que pode contribuir na estruturação de ações futuras ligadas ao setor.

A projeção utiliza modelos econométricos específicos e abrange 26 produtos do agronegócio, como soja, milho, café e feijão. Segundo o estudo, os produtos que indicam maior potencial de crescimento das exportações nos próximos anos são o algodão, soja em grão, carne de frango, açúcar, celulose e o milho.

Além dos especialistas do Mapa e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o trabalho teve contribuição de instituições como a Fundação Getúlio

Vargas (FGV), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para conferir a publicação, siga o link:

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES-web.pdf

---

Conab conta presença em reuniões de comitê de combate à seca. Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 23/07/2012

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está acompanhando de perto a situação dos produtores atingidos pela estiagem no Rio Grande do Norte (RN). Semanalmente, representantes da superintendência regional da companhia participam de reuniões junto ao Comitê Integrado de Combate à Seca do Estado. Os encontros acontecem todas as segundas-feiras e contam com a presença de autoridades de órgãos municipais, estaduais e federais e de entidades ligadas à agricultura.

O Comitê está em atividades desde o início do período de estiagem na região. Até o momento, já foram realizadas 11 reuniões, com o objetivo de discutir ações que ajudem no combate à seca que vem assolando o Estado. Na oportunidade, os gestores compartilham dados relacionados aos programas de política pública de apoio à agricultura dos quais participam. A idéia é integrar mais os membros do comitê. Nesses encontros, a Conab fornece os dados relativos ao programa Vendas em Balcão, ação que ajuda no combate à seca por meio da venda de milho a preços acessíveis aos criadores, para o alimento dos rebanhos.

De acordo com a superintendência da Companhia no RN, os números do plano vêm aumentando consideravelmente nos últimos meses. A Regional registra, normalmente, cerca de 2,5 mil toneladas de milho vendidas por mês. No entanto, em junho, o número saltou para quase 6 mil toneladas. Somente na primeira quinzena de julho, os registros já ultrapassaram a marca dos 4,5 mil toneladas.

Alianças inéditas. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 23/07/2012

Foi um acontecimento histórico. O aroma da galinhada exalava na recepção aos convidados no Assentamento Jaci Rocha, município do Prado (BA), quando chegaram as lideranças dos dois lados em questão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Fibria, produtora de celulose e papel que detém quase 170 mil hectares no Extremo-Sul da Bahia. Não faz muito tempo, encontros do gênero só aconteciam nos corredores dos tribunais para a solução litigiosa de conflitos. Desta vez, o motivo era de festa: a inauguração de uma escola agroflorestal para jovens de assentamentos da região e outras partes do Brasil, destinada a fomentar práticas sustentáveis e uma nova cultura no campo.

Em negociação inédita, a Fibria - proprietária da fazenda ocupada há 12 anos pelos sem-terra - abriu mão de novas ações de reintegração de posse e terá a área desapropriada para investir no projeto agroecológico durante cinco anos, encerrando o conflito e

beneficiando 1,2 mil famílias. "Muda-se a relação entre capital e trabalho", analisa Paulo Kageyama, pesquisador da Esalq, da Universidade de São Paulo. Kageyama orienta os assentados na produção de alimentos em sistemas agroflorestais, sem uso de agrotóxico e com a conservação da Mata Atlântica - ambiente que fornece água e condições de clima essenciais à sustentabilidade futura do próprio eucalipto do entorno.

"É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar", afirma José Penido, presidente do conselho de administração da empresa. A questão, diz ele, é de consciência, mas também de sobrevivência do negócio. "A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no Sul da Bahia", ressalta o executivo. Ao seu lado, Márcio Matos, da direção nacional do MST, garante: "Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor".

A iniciativa ilustra a força das alianças como estratégia de gestão na transição para "economia verde". Diante das urgências ambientais e sociais, já não é possível depender apenas de governos ou de ações isoladas das empresas. "Caiu a ficha para a importância da união em torno de compromissos mútuos", enfatiza Beto Mesquita, da ONG Conservação Internacional, membro do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, do qual participam prefeituras, empresas, fazendas, sindicatos, centros de pesquisa e conglomerados empresariais.

"Percebeu-se que o problema do bioma, mais que o desmatamento, é a necessidade de sua recuperação como forma de se gerar negócios, conservar recursos e reduzir impactos futuros às atividades econômicas", explica Mesquita. A partir de uma metodologia aprovada tecnicamente, a meta é recompor 15 milhões de hectares até 2050.

A expressão "responsabilidade compartilhada" vira moda. No caso da soja, a cobrança internacional forçou o setor a se aliar a ONGs e governo para sair da inércia. "Passamos a ser proativos e declaramos ao mercado que não compraríamos grãos produzidos em áreas desmatadas depois de julho de 2006", diz Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

Lançada quando o desmatamento atingia recordes na Amazônia, a Moratória da Soja criou um sistema de monitoramento por satélite, sobrevoo e vistoria de campo, acompanhado por um comitê. "Descobrimos o ovo de Colombo", diz o executivo, recordando-se do dia em que os ambientalistas pela primeira vez se sentaram à mesa com os empresários do setor: "foi uma reunião difícil e tensa, porque a relação até então era litigiosa".

O modelo chega à construção civil. Após nove meses de negociação, em março o governo federal assinou com sindicatos patronais e de trabalhadores um compromisso para a melhoria das condições de trabalho. Nove empreendimentos aderiram ao acordo, que obriga a qualificação e a contratação sem intermediários que exploram a mão de obra. "A iniciativa induz mudanças na relação capital-trabalho em um dos setores que mais geram empregos no Brasil", justifica José Lopez Feijóo, assessor da Secretaria Geral da Presidência da República. Além do ganho social, diz, o resultado é "aumento da produtividade e o diferencial de mercado para as empresas". Órgãos do governo

federal que licitam grandes obras planejam inserir a adesão ao compromisso como condicionante nos contratos.

Igual estratégia aplicou-se ao setor da cana-de-açúcar, cujo acordo, assinado por 300 empresas com aval do governo federal, valerá até o ano que vem, com auditorias de campo que conferirão um selo de boas práticas. A iniciativa complementa o protocolo sobre etanol verde, gerido pelo governo estadual de São Paulo com meta de eliminar a queima da cana até 2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para as demais. Hoje 34,8% da colheita se dá depois das queimadas - a metade do que era há quatro anos, quando o pacto foi lançado.

Encontro debate sindicalismo rural brasileiro e a crise mundial. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 24/07/2012

A CONTAG promoveu, durante toda a manhã dessa terça (24), uma oficina interna para preparação do documento base do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR). O encontro proporcionou um momento de reflexão em torno dos desafios diante do cenário que se apresenta, na perspectiva da CONTAG e dos Movimentos Regionais e Internacionais no contexto do CNTTR, contando com a colaboração de representantes da UITA, do governo brasileiro, INESC e ACTION AID. Alessandra Lunas, vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da CONTAG, coordenou a oficina e falou sobre o papel da CONTAG ao longo dos últimos 50 anos e os próximos desafios internacionais "Precisamos fazer um olhar sobre como estamos nessa construção. No momento, estamos pensando juntos nos desafios que se apresentam e recebendo sugestões que contribuam com a promoção de nosso projeto de desenvolvimento sustentável".

Diretores, assessores e regionais da CONTAG ouviram e debateram as explanações de Gerado Iglesias (UITA), Adriano Campolina (Actionaid Brasil), Nathalie Beghin (INESC) e Milton Rondó (MRE) sobre as oportunidades e desafios para o sindicalismo rural brasileiro e a crise mundial, o papel do Brasil na comunidade internacional e a cooperação. Na ocasião também foram analisadas as alternativas do movimento sindical frente à América Latina e outras regiões face aos desafios da segurança e soberania alimentar e nutricional e a cooperação sul-sul para que, a partir disso, sejam estabelecidos os critérios iniciais de orientação para as ações da CONTAG nos espaços internacionais de coordenação com a sociedade civil e a cooperação internacional.

Em sua fala de abertura o presidente da CONTAG, Alberto Broch, registrou a importância do debate nesse momento conjuntural, diante dos avanços do capitalismo e face às grandes contradições no mundo da política e do cenário agronegócio versus agricultura familiar. "A CONTAG acredita em nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no fortalecimento da agricultura familiar e no progresso sustentável, com soberania alimentar no Brasil e no mundo", afirma.

Gerard Iglesias fez uma análise crítica sobre a Conjuntura Internacional e os Desafios para a Soberania e Segurança Alimentar e a Cooperação Sul-Sul. Segundo seu olhar, o momento histórico atual é muito complexo para o movimento sindical "E achamos que vai piorar nos próximos anos", fazendo uma referência ao golpe militar no Paraguai e ao

assassinato de mais de 50 lideranças camponesas em Honduras. “Por trás de tudo isso não podemos duvidar da presença do agronegócio. Existe uma crise mundial que se apresenta e suas causas e consequências envolvem diretamente os sindicatos”.

Para Iglesias essa não é uma crise igual às anteriores e dela os sindicatos não vão sair ilesos. “É uma crise múltipla, da abundância na produção”, referindo-se às crises ambiental, hídrica, econômica e social. “No afã por mais lucros, a tendência para os próximos anos é de exacerbação de um profundo capitalismo”. E lança um desafio: “Ou deixamos tudo como está, ou assumimos um modelo de desenvolvimento social verdadeiramente sustentável. Mas, estamos preparados para isto?”, questiona.

O representante da Actionaid Brasil falou sobre a conjuntura internacional e os desafios do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para a soberania e segurança alimentar e a cooperação sul-sul, na perspectiva da competição dos Estados, nações e empresas por capital, lucro e dominação e como estes interesses se articulam em torno de objetivos em comum. Para Adriano Campolina as conjunturas nacional e internacional estão diretamente associadas e ligadas ao agronegócio, numa articulação conjunta pelo poder. Diante do fenômeno do “Oasis” brasileiro, com seu crescimento, e a crise mundial Campolina registra a relevância da CONTAG e sua responsabilidade com os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ele denomina de “rearranjo” global profundo a luta por recursos naturais, alimento e terra. “A CONTAG é a maior na capacidade de influenciar nesse jogo de interesses e de mudar as estratégias do Estado na orientação da disputa capitalista”. Em sua apresentação, Adriano critica o baixíssimo investimento público na agricultura familiar, a liberalização agrícola, a desregulação e a concentração nas cadeias do agronegócio, levando o sistema alimentar liberal a fracassar em não conseguir alimentar o mundo.

Representando o INESC, Nathalie Beghin discutiu sobre os desafios da interlocução sul-sul e o desenvolvimento rural, abordando cinco grandes temas: o Brasil e suas contradições, o Brasil e a cooperação internacional recebida, o Brasil e a cooperação internacional oferecida, os impactos do Brasil emergente na América do Sul e a proposta de agenda de atuação para as organizações e movimentos sociais brasileiros.

Finalizando as apresentações, o ministro de Relações Exteriores, Milton Rondó salientou a importância da oficina. “Acho importante esse pensar, num diálogo orgânico, e nesse fazer junto, desde a formulação até o monitoramento das políticas públicas”. Segundo Rondó é preciso manter uma relação muito estreita com a sociedade civil e a inclusão desta nos fóruns internacionais a fim de manter-se a soberania nacional, anunciando para breve a formação de uma rede de pesquisa e discussão, um observatório em segurança alimentar. Cita um estudo do IPEA, que coloca o centro da inflação no Brasil na alta dos preços dos alimentos. “Esse dado se repete em todos os discursos internacionais. É preciso jogar luz nessa informação”.

Face aos desafios apresentados nos painéis de discussão, a vice-presidente da CONTAG se posicionou dizendo que aposta na união das organizações sindicais, lembrando que a partir do Ano Internacional da Agricultura Familiar (2014): “Precisamos colocar o desenvolvimento do campo nessa agenda, porque pela primeira vez as organizações ligadas à agricultura familiar se juntam em nome da soberania e segurança alimentar”. Alessandra lembra que existe uma disputa pela terra no mundo e que é preciso uma intervenção global conjunta para enfrentar a organização do capitalismo e a ação de

suas empresas desumanas, com suas péssimas condições de trabalho. “Nossos sindicatos e organizações precisam estar preparados para enfrentar essa realidade. O Congresso da CONTAG vai tratar de como fazer isso nos próximos 50 anos, através da qualificação de nossos quadros”, garante. Em seguida, no encerramento da oficina, foram reforçados os compromissos coletivos entre a CONTAG e as organizações filiadas e parceiras no sentido da continuidade do debate e fortalecimento de estratégias conjuntas.

Conab/ SP participa do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) – Site da CONAB. 24/07/2012

A Superintendência Regional da Conab em São Paulo passou a integrar neste mês o Conselho Superior de Agronegócio (Cosag), por meio da participação do superintendente regional da Companhia, Alfredo Luiz Brienza, atendendo convite formulado pelo presidente do Conselho.

Entidade ligada à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), o Cosag tem como objetivo debater, realizar estudos e propor políticas na área do agronegócio. Suas reuniões são realizadas todas as segundas-feiras da primeira semana do mês

---

Seguro rural ainda esbarra em volume escasso de recursos. Fernando Lopes – Valor Econômico. 24/07/2012

"Recursos continuam limitados e instáveis", afirma Luís Carlos Guedes Pinto

A escassez de recursos alocados pelo governo federal no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) continua a limitar a expansão das contratações dessa ferramenta de proteção contra adversidades climáticas pelos agricultores brasileiros.

Ainda que tenha anunciado a intenção de liberar R$ 400 milhões para os subsídios nesta safra 2012/13, que começou "oficialmente" em 1º de julho, apenas R$ 174 milhões estão efetivamente garantidos até o fim do atual ano calendário. E, dado o histórico de cortes de recursos para o programa em virtude dos recorrentes contingenciamentos no Orçamento da União, há dúvidas no mercado se a promessa será cumprida.

Se, de fato, for liberado até junho de 2012 o montante total anunciado, haverá um salto de quase 50% em relação ao ciclo 2011/12. Mesmo assim, concordam as seguradoras que atuam no ramo, é pouco diante da demanda e das necessidades do país, realçadas pela prolongada estiagem que prejudicou as lavouras de grãos do Sul do país na temporada passada.

"Os recursos continuam limitados e instáveis, o que contém a ampliação das contratações", afirma Luís Carlos Guedes Pinto, diretor-geral de seguro rural e habitacional do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre. O grupo é líder absoluto na área agrícola, com 60% do mercado, mas essa participação poderá cair a depender da avaliação das autoridades antitruste.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, no ano passado foram contratadas mais de 60 mil apólices, a área agrícola segurada superou 6 milhões de hectares e a importância protegida pela ferramenta chegou a cerca de R$ 8 bilhões. Diante do gigantismo do campo brasileiro, contudo, são números baixos.

Apenas a área plantada com grãos alcançou 50,8 milhões de hectares na safra passada, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento. E o valor bruto da produção (VBP) das 20 principais culturas do país, as perenes entre elas, deverá se aproximar de R$ 215 bilhões neste ano.

Nesse contexto, e depois dos prejuízos causados pela seca no Sul, o Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre encerrou o ciclo 2011/12 com R$ 210 milhões em prêmios arrecadados e R$ 240 milhões pagos em indenizações.

O grupo recebeu a comunicação de 6,8 mil sinistros - 64% do total no Paraná - e informou que pagou 5,2 mil até o início do mês e que deverá cobrir os 1,6 mil restantes nas próximas semanas. Cerca de 65% da carteira de seguro rural dos parceiros é formada por clientes da região Sul.

Em parte, essa concentração pode ser explicada pela maior dependência dos produtores sulistas de crédito rural. Principal agente liberador desses recursos com juros subsidiados do país, o Banco do Brasil incentiva a contratação de seguro quando fecha uma operação de crédito rural, cujas subvenções para as principais culturas variam de 50% (soja e milho de verão) a 70% (trigo e milho safrinha).

Guedes Pinto, que foi ministro da Agricultura no governo Lula e vice-presidente de Agronegócios do BB, calcula que 62% da carteira de crédito rural do banco esteja protegida por seguro - e que o percentual não é maior pela escassez de recursos do governo para os subsídios.

O executivo lembra que a falta de regulamentação do "fundo de catástrofe", que ajudará as seguradoras a garantirem recursos para o pagamento dos sinistros em caso de eventos de grande dimensão como a seca de 2011/12, também não ajuda o desenvolvimento do segmento, mas realça que é crescente a participação das resseguradoras nesse mercado, o que também é considerado vital para a diluição de riscos.

Qual o papel do Estado? Kemal Dervis – Valor Econômico. 24/07/2012

A crise financeira de 2008 encorajou o debate internacional sobre qual o grau - e tipo - adequado de regulamentação dos mercados pelo governo. É um assunto central para as próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos e também vem modelando a política na Europa e nos países emergentes.

Para começar, o impressionante crescimento da China nos últimos 30 anos deu ao mundo um exemplo economicamente bem-sucedido do que muitos chamam "capitalismo de Estado". As políticas de desenvolvimento do Brasil também conferem forte papel ao Estado.

Questões relacionadas ao tamanho do Estado e ao papel sustentável do governo também são centrais para o debate sobre o destino da região do euro. Muitos críticos da Europa, particularmente nos EUA, relacionam a crise do euro ao papel excessivo do governo, embora os países escandinavos estejam se saindo bem, mesmo com altos gastos públicos. Na França, o novo governo de centro-direita enfrenta o desafio de cumprir a promessa de fortalecer a solidariedade social enquanto reduz substancialmente o déficit orçamentário.

A disseminação de doenças infecciosas, o comércio e as finanças internacionais, as mudanças climáticas, a não proliferação nuclear, o combate ao terrorismo e a segurança na internet são apenas algumas das questões que exigem governança mundial.

Ao lado dos argumentos, em sua maior parte econômicos, sobre o papel do governo, muitos países passam por uma desilusão generalizada com a política e um distanciamento cada vez maior do governo (particularmente os governos federais). Em muitos países, o grau de participação nas eleições nacionais está em queda e novos partidos e movimentos, como o Partido Pirata, na Alemanha, e o Movimento Cinco Estrelas, na Itália, são reflexo do forte descontentamento com a governança atual.

Nos EUA, o índice de aprovação do Congresso está em seu menor patamar na história, de 14%. Muitos no país, como meu colega Bruce Katz, da Brookings Institution, acreditam que a única solução é levar uma maior parte da governança e da criação de políticas para as esferas municipal e estadual, em íntima parceria com o setor privado e a sociedade civil.

Essa abordagem, no entanto, também tem uma desvantagem. Vejamos a Espanha, onde uma demasiada descentralização fiscal nos vários governos regionais contribuiu de forma significativa para enfraquecer finanças públicas que de outra forma seriam mais sólidas.

Um problema crucial é que, apesar das realidades da tecnologia e globalização do século XXI, esse debate internacional ainda é conduzido em grande parte como se a governança e as políticas públicas fossem quase exclusivamente domínio do Estado-nação. Para adaptar o debate aos desafios que enfrentamos, vamos nos concentrar em quatro níveis de governança e identificar a distribuição mais apropriada de políticas públicas a cada um deles.

Primeiro, muitas políticas - como a infraestrutura local, zoneamento de terras, facilitação da produção industrial e treinamento, regras de trânsito e regulamentações ambientais - podem em grande parte ser determinadas na esfera local ou metropolitana e refletir as vontades do eleitorado local.

Naturalmente, a política militar e de relações exteriores deve continuar a ser guiada essencialmente no segundo nível - o Estado-nação. A maioria dos Estados-nações mantêm moedas nacionais e deve, portanto, buscar políticas econômicas e fiscais que respaldem sua união monetária. Como a crise da região do euro nos lembrou de forma incisiva, a descentralização não pode estender-se demais na esfera orçamentária para não ameaçar a sobrevivência de uma moeda comum.

O sistema nos EUA é administrável, porque os Estados americanos são em grande parte coagidos a manter orçamentos equilibrados, enquanto o governo federal responsabiliza-se pela maioria das políticas fiscais. Além disso, a regulamentação bancária e a garantia dos depósitos bancários estão centralizadas nos EUA, como deve ocorrer em uma união monetária. A região do euro finalmente admitiu isso.

A governança na esfera do Estado-nação, portanto, continua sendo imensamente importante e está intimamente ligada à soberania monetária. O problema-chave na Europa atualmente é se os países-membros da região do euro avançarão em direção a algo parecido a um Estado-nação federal. A menos que o façam, é difícil ver como a moeda comum poderá sobreviver.

Há um terceiro nível de governança, regional ou continental, que está mais avançado na União Europeia (e vem sendo testado na América Latina, África e Ásia) e pode ser muito útil. Uniões alfandegárias, áreas de livre-comércio ou mercados únicos como na Europa permitem maior mobilidade de bens e serviços, o que por sua vez pode levar a benefícios com economias de escala que as barreiras internacional não permitem. O Acordo de Schengen para uma Europa sem fronteiras é outro exemplo de governança supranacional regional.

Por último, está o nível mundial. A disseminação de doenças infecciosas, o comércio e as finanças internacionais, as mudanças climáticas, a não proliferação nuclear, o combate ao terrorismo e a segurança na internet são apenas algumas das questões que exigem ampla cooperação internacional e governança mundial.

No mundo interdependente de hoje, o debate sobre o papel das políticas públicas, o tamanho e as funções do governo e a legitimidade da tomada de decisões deveria ser conduzido tendo em mente esses níveis de governança. Frequentemente, esses níveis poderão se sobrepor, como questões de infraestrutura e energia "limpa", por exemplo, mas a democracia seria fortalecida.

Como disse Pascal Lamy, diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), não é apenas o "local" que precisa ser levado ao "global"; a esfera política inerentemente "local" precisa internalizar-se no contexto global ou regional. Esse é um enorme desafio para a comunicação e liderança política, mas se não for superado será muito difícil conciliar democracia e globalização. O grande desafio das próximas décadas será como conduzir o debate democrático em relação aos níveis local, nacional, continental e global e como estruturar um espaço político que reflita melhor o espaço econômico e social.

Kemal Dervis foi ministro da Economia da Turquia, administrador do Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (UNDP, na sigla em inglês) e vice-presidente do Banco Mundial. Atualmente, é vice-presidente e diretor do Programa Economia e Desenvolvimento Global da Brookings Institution. Copyright: Project Syndicate, 2012.

Proposta de lei facilita o uso científico da biodiversidade. Sabine Riguetti – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 25/07/2012

Brasileiro não precisaria mais de autorização especial para obter amostras. Nova versão de código nacional de ciência, que ainda tem de ser aprovado, também daria dispensa de licitações

Se uma nova proposta para regulamentar a atividade científica no país for aprovada, pesquisadores brasileiros poderão recolher e estudar amostras de espécies nativas do país de forma desburocratizada, sem necessidade de autorização prévia.

A proposta também prevê mais agilidade para importar materiais de pesquisa e dispensaria os cientistas de fazer certas licitações.

O ministro Marco Antonio Raupp (Ciência) recebeu nesta semana essa nova versão do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O documento foi entregue pelo presidente do Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa), Mário Borges Neto, em uma reunião paralela à conferência anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que acontece em São Luís.

O novo texto é uma reformulação do projeto de lei que entrou simultaneamente em tramitação na Câmara e no Senado há quase um ano.

Entre as principais e mais polêmicas alterações está a inclusão do livre acesso à biodiversidade nacional pelos cientistas brasileiros.

De acordo com o artigo 33 do novo código, o acesso a uma "amostra de patrimônio genético e de conhecimento tradicional" com finalidade exclusivamente científica fica livre. "Assim, um pesquisador brasileiro que quer estudar uma espécie da Amazônia, por exemplo, poderá simplesmente estudá-la", diz Borges Neto, do Confap.

Hoje, os cientistas brasileiros precisam de autorização prévia do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) para fazer estudos que envolvam, por exemplo, coleta de biodiversidade.

O artigo fez os empresários -que também queriam ter acesso à biodiversidade nacional- torcerem o nariz.

MULTINACIONAL

"Um cientista brasileiro poderá pesquisar uma planta, por exemplo. Mas a patente e a comercialização da molécula dessa planta continuarão sendo feitas por empresas estrangeiras", argumentou Naldo Dantas, secretário executivo da Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras).

Apesar da crítica, Dantas disse à Folha que as entidades de classe do setor produtivo apoiam a nova proposta.

"O código é essencial para a pesquisa científica das universidades e das empresas."

BONDE ANDANDO

O setor produtivo pegou no meio do caminho o bonde do novo código, que tramita desde agosto passado. Somente em junho entidades como a Anpei e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) entregaram seu bloco de sugestões para o substitutivo da lei.

O novo texto, no entanto, não é um consenso entre a comunidade científica. "Há vários pontos que continuarão travando a pesquisa científica nacional", disse Helena Nader, presidente da SBPC.

De acordo com ela, a SBPC entregará em breve um "substitutivo do texto substitutivo" do conjunto de normas.

A nova versão para o código científico nacional compila algumas leis já existentes sobre ciência e cria novas regras. Entre as novidades está a regulamentação da aquisição de equipamentos para pesquisa científica.

Como não existem leis próprias para a atividade de pesquisa, hoje um pesquisador que precisa comprar uma máquina de ponta tem de fazer um processo de licitação "comum". Isso obriga os pesquisadores a escolherem sempre a opção mais barata.

"Não podemos tratar os equipamentos para ciência como tratamos as empreiteiras que estão fazendo um viaduto", diz Borges Neto, presidente do Confap.

Seca nos EUA estimula exportações de milho. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 25/07/2012

O Brasil tem tudo para exportar um volume recorde de milho neste ano. Além da superprodução, o país conta com a quebra da safra nos EUA e com o preço alto, que estimula os embarques.

Nos 15 primeiros dias úteis deste mês, as exportações atingiram 14 mil toneladas por dia -aumento de 264% em relação a julho de 2011.

Em comparação com a média diária de junho, a alta é de 700%, segundo a Secretaria de Comércio Exterior.

A maior procura pelo grão já leva consultorias a rever estimativas para exportação. Se antes a projeção da Companhia Nacional de Abastecimento, de 12 milhões de toneladas, era otimista demais, agora é considerada factível.

O analista Juliano Cunha, da Céleres, ainda estima 11 milhões de toneladas embarcadas neste ano. "Mas tudo indica que esse número deve ser ajustado para cima", diz.

Embora o tamanho das perdas nos EUA seja desconhecido, a queda nos embarques norte-americanos é fato. A prioridade será o abastecimento interno, inclusive para a produção de etanol, que deve cumprir metas.

Com a atuação mais tímida do maior exportador mundial no exterior, sobrarão poucas alternativas aos importadores: comprar de Argentina, Ucrânia ou Brasil.

Como os dois primeiros também tiveram problemas com a seca, limitando a oferta, o milho brasileiro é a bola da vez. "O mundo vai precisar do milho do Brasil", diz Daniele Siqueira, da AgRural.

Os números da Secex mostram que a corrida já começou. Além disso, nas últimas duas semanas surgiram rumores de que grandes negócios foram fechados com indústrias de carnes dos EUA -que temem ficar sem milho para ração animal-, para embarque a partir de agosto.

Segundo Cunha, 3,5 milhões de toneladas de milho já aguardam a atracação de navios para o embarque.

No terminal ferroviário de Alto Taquari (MT), caminhões esperam quatro dias para descarregar o milho nos trens que seguirão até Santos (SP).

Além de limitar o potencial de exportação, as filas também encarecem o frete e reduzem o lucro do produtor.

Arysta retoma a aposta em herbicidas seletivos. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/07/2012

Flávio Prezzi: crescimento das vendas no segmento contrariou expectativas

A japonesa Arysta tem renovado suas apostas nas vendas de herbicidas seletivos para a soja, uma fatia de mercado que parecia fadada a desaparecer após a liberação dos transgênicos resistentes ao glifosato, em 2005.

"Há cinco anos, esperávamos uma queda de 75% nas nossas vendas neste segmento. Para nossa surpresa, elas mais que dobraram desde então", afirma Flávio Prezzi, presidente e CEO da companhia na América Latina. Em 2007, conta, a Arysta vendia pouco mais de 400 mil litros do herbicida seletivo cletodim. No ano passado, as vendas chegaram a 1 milhão de litros.

A explicação, afirma Prezzi, são os problemas crescentes com a resistência de ervas daninhas - que disputam espaço, água e nutrientes com as lavouras de soja - ao glifosato, o defensivo mais vendido no país.

O glifosato, um herbicida não-seletivo (capaz de matar todos os tipos de plantas) é aplicado nas lavouras de soja Roundup Ready (RR), geneticamente modificada para resistir ao produto. Idealmente, sua utilização dispensa o uso de outros produtos destinados a combater ervas daninhas.

Mas, após anos de uso, algumas plantas invasoras começam a resistir à aplicação do glifosato, o que deu algum suspiro para os chamados herbicidas seletivos (que combatem apenas alguns tipos de ervas), caso do cletodim. Atualmente, esses produtos são usados como um complemento ao glifosato. Prezzi acredita que o volume de vendas do cletodim pode triplicar nos próximos anos. "Podemos chegar a 3 milhões de litros", afirma.

Segundo ele, os focos de resistência tendem a crescer com a disseminação das lavouras de milho com a tecnologia RR no Brasil. "Ainda não é uma questão importante no Brasil. Mas, na Argentina, o surgimento espontâneo de milho resistente ao glifosato no meio da lavoura de soja é um problema cada vez mais comum e que estimula a venda de herbicidas seletivos", explica.

A Arysta faturou cerca de US$ 400 milhões no Brasil em 2011, cerca de um quarto de sua receita global (US$ 1,6 bilhão). As vendas da companhia, que atua nos segmentos de defensivos e nutrição vegetal, cresceram 28% no ano passado. Apesar disso, a empresa possui uma fatia de mercado ainda pequena - da ordem de 4% - no Brasil. Os segmentos de cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiros respondem por quase metade das vendas.

Para acelerar seu crescimento, a empresa assinou em junho um acordo com a Bayer CropScience para licenciamento e comercialização global da fluoxastrobina, um fungicida patentado pela multinacional alemã que pode ser aplicado em lavouras de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. "Ainda não temos registro para usar esse produto no Brasil, e podemos levar alguns anos para obtê-lo", pondera Prezzi. A Arysta também aguarda a liberação de um novo defensivo para as lavouras de trigo, mas o registro só deve sair em 2014.

"Vamos dar demonstração de unidade dos movimentos ao governo", diz Zé Batista. José Coutinho Júnior - Site do MST. 26/07/2012

O Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas será realizado entre os dias 20 a 22 de agosto, em Brasília.

Será montado um acampamento no Parque das Cidade, que contará com mais de 5 mil delegados de diversos movimentos sociais de todo o Brasil.

O encontro tem a simbologia de acontecer 51 anos depois do primeiro e único Congresso Camponês, que reuniu diversos movimentos sociais do campo brasileiro em 1961 que fazem uma luta comum.

De acordo com José Batista de Oliveira, da Coordenação Nacional do MST e da articulação do encontro, o evento será importante para que se defina uma unidade nas lutas dos movimentos sociais do campo.

“Não basta cada movimento lutar por si só. O encontro é um espaço para unir movimentos regionais e nacionais que fazem a luta pela terra e resistem no campo”, disse Zé Batista.

Abaixo, confira a entrevista:

Como surgiu a ideia de realizar o encontro?

O encontro surgiu de uma análise de que tanto a Reforma Agrária como outras políticas estruturantes para o campo brasileiro, como a demarcação das terras indígenas, estão paralisadas.

Esse governo ainda não se propôs a criar um plano para o campo brasileiro. O tema da terra afeta a todos os movimentos, já que essas pautas estão paradas por causa do crescimento do modelo do agronegócio, que avança sobre as terras devolutas que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária, sobre a terra dos indígenas e quilombolas. Cada vez mais são criadas bases jurídicas que permitem esse avanço do capital.

Frente a essa conjuntura, há um diagnóstico comum: as políticas estruturantes estão paradas, há um gargalo em relação à terra cujo responsável é o agronegócio, apoiado pelo governo. Se o agronegócio e o grande capital financeiro, representado pelos bancos, são os grandes inimigos comuns, não basta cada movimento lutar por si só. O encontro é um espaço para unir movimentos regionais e nacionais que fazem a luta pela terra e resistem no campo.

Que movimentos e organizações estarão presentes?

O encontro vai unir os movimentos do campo de caráter nacional, como os movimentos que compõem a Via Campesina, o Movimento Camponês Popular (MCP), a Cáritas Brasileira, a Confedaração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), além de movimentos regionais, indígenas, quilombolas e de pescadores. Nós estamos estimando que teremos de 5 a 7 mil delegados de todo o Brasil.

Qual o objetivo do encontro?

O primeiro objetivo é que os militantes e lideranças levem de volta para a sua luta o que foi acumulado no encontro. O segundo objetivo é fazer um diagnóstico de como está a agricultura no Brasil, quais são os limites da Reforma Agrária, quem são nossos inimigos. Vamos debater como enfrentá-los e que ações conjuntas serão desenvolvidas.

Por fim, vamos fazer uma marcha em Brasília para dar essa demonstração de unidade dos movimentos e exercer pressão sobre o governo, colocando a Reforma Agrária e o direito à terra para todos como prioridade.

Assim, vamos pressionar para que haja um plano de ação do governo em relação à terra: que decrete áreas quilombolas e indígenas, assente os agricultores. E não o contrário, como vem sendo feito.

Qual será a centralidade do diálogo com o governo e com a sociedade?

Queremos discutir com o governo, mostrar para a sociedade e para a imprensa que o agronegócio não é o que se propaga. Apesar do discurso desse modelo ser lucrativo,

rendendo mais de R$ 130 bilhões do PIB (Produto Interno Bruto), o crédito que recebem do governo está em R$ 115 bilhões, o que mostra que o retorno não é alto.

Latifundiários e grandes empresas vivem do apoio do Estado e do financiamento do (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nós vamos exercer pressão para denunciar. Mesmo que o encontro não resolva todas as nossas pautas, queremos abrir um canal de diálogo com o governo.

Pretendemos massificar essa marcha para além dos participantes do encontro, agregando outras forças, como os sindicatos urbanos para mostrar a solidariedade do conjunto dos trabalhadores, pois a Reforma Agrária e o respeito aos territórios tradicionais, não são uma problemática dos Sem Terra e dos indígenas.

Vale ressaltar que o encontro não se encerra em si. É preciso planejar lutas conjuntas para o próximo período. Nosso objetivo é que essa unidade não seja só momentânea, mas o início de um processo, pois o governo está convencido de que não deve fazer Reforma Agrária e demarcar terras.

Por que no acampamento os militantes serão divididos por estados, e não por movimentos?

O objetivo do encontro é realizar uma integração. Não tem sentido realizar um encontro de várias organizações onde cada um fique no seu canto. O mesmo para os debates, nos quais queremos que cada estado ou região do país reúna os movimentos para analisar a conjuntura e pensar no que fazer juntos.

O conjunto do encontro tem que apontar para essa construção de unidade. É claro que ninguém vai negar a identidade e pautas específicas de cada movimento, mas tem que existir ações conjuntas e demonstrar unidade na ação. Mesmo que cada movimento siga fazendo sua luta específica, queremos delimitar as lutas que temos em comum.

Como se dará a estrutura física do espaço?

A única parceria que temos é com o Governo do Distrito Federal (GDF) para garantir o espaço do encontro. A estrutura será da forma como fazemos as lutas: nosso pessoal está organizando as caravanas para vir de ônibus. Cada organização está arrecadando recursos com as bases.

Inclusive, a solidariedade que queremos criar no encontro já aparece nesse momento, pois diversos movimentos que estão nas mesmas regiões vão juntos. O mesmo serve para alimentação. Já que questionamos o agronegócio, queremos aproveitar esse espaço para comer da nossa comida, produzida nos nossos assentamentos.

Estamos fazendo uma campanha para que todas as organizações comprometidas com a luta dos trabalhadores do campo possam contribuir para que o encontro se realize. A organização é de total autonomia dos movimentos. Por isso, vamos nos articular para levar os militantes, preparar as atividades e criar um espaço dos movimentos bem organizado, com um grande acampamento no Parque das Cidades.

Vale aposta na jazida de Carajás para garantir liderança mundial. Vera Saavedra Durão, Rafael Rosas e Marta Nogueira – Valor Econômico. 27/07/2012

O resultado mais fraco da Vale no segundo trimestre do ano - impactado pela crise internacional que derrubou os preços do minério que continuam em rota de queda no terceiro trimestre - não alterou os planos de crescimento da mineradora.

Murilo Ferreira, presidente executivo da companhia, não traça um cenário de euforia para os próximos cinco anos, mas defende que a Vale tem de estar pronta para um processo de retomada econômica no futuro, declarou o executivo ao **Valor**.

"Acho que, até haver uma estabilidade em países com sérios problemas de crescimento para que o mundo possa voltar a crescer nos moldes de 2007, o ambiente econômico global será desafiador. E temos de nos preparar para ele", afirmou.

"Garantimos a licença de instalação do projeto Serra Sul, que será um marco na história da Vale", afirma Ferreira

A filosofia da Vale para atravessar os tempos de vacas magras é a da austeridade para confrontar com a volatilidade que toma conta dos mercados. "Temos de ser austeros, pois temos projetos enormes para serem construídos que vão pavimentar o futuro da empresa e vão requerer uma força muito grande de toda a equipe da Vale", disse. Para o executivo, esta é uma situação que veio com a crise de 2008 e 2009 e deverá permanecer por algum tempo.

A estratégia para enfrentar os novos desafios passa pelo aumento da produção de minério de ferro em Carajás de 109 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas até 2016, com a entrada em operação dos projetos Serra Sul e Serra Norte. Também está na agenda a meta de se tornar grande produtora de potássio na Argentina e em Carnalita, em Sergipe, duplicar o projeto de carvão de Moatize e ser a maior produtora de níquel do mundo, com produção de 370 mil toneladas até 2014, superando a russa Norilsk.

O projeto em destaque na companhia é a mina de Serra Sul, no Norte do país. "Garantimos a licença de instalação do projeto, que será um marco na história da Vale". A companhia demorou de 1985 até 2011 para atingir 109 milhões de toneladas de minério de ferro em Carajás. "Agora, com os projetos de Serra Norte e Serra Sul, vamos dar um salto impressionante, de 109 milhões de toneladas de minério de ferro, para 230 milhões de toneladas nos próximos cinco anos". Serão 140 milhões de toneladas de minério de Serra Norte e 90 milhões de toneladas de Serra Sul, somando um investimento de US$ 19,5 bilhões que vai consolidar a posição de líder global da Vale.

A alta qualidade é a maior vantagem das novas minas de Carajás, cujo teor de ferro é de 67% e 68%, garantindo mercado em condições adversas. "Estamos entusiasmados porque existe uma perda de qualidade do minério observada em diversos países. A demanda por qualidade é forte na Ásia, que concentra quase 70% das vendas do produto".

A Vale tem foco também na expansão da produção de potássio para fertilizantes, tanto em Rio Colorado, na Argentina, quanto em Carnalita, Sergipe. Ferreira visitou Buenos Aires e foi recebido pela presidente Cristina Kirchner, semana passada, quando assinou

memorando de intenções [Acta Acuerdo] para acertar a logística do projeto. "Demos o primeiro passo para ter o decreto presidencial de concessão ferroviária", comemorou. As 4 milhões de toneladas de potássio produzidas nas minas de Mendoza serão transportadas até o porto de Baía Blanca por ferrovia da Vale. O investimento total é de US$ 5,9 bilhões. Em tempos de austeridade, Ferreira anunciou ontem, em conferência para analistas, que, entre as alternativas para garantir a execução do projeto, está a de buscar um parceiro estratégico para o negócio.

A Vale pode se tornar a número um do níquel no mundo entre 2014 e 2015. Até lá pode agregar às atuais 260 mil toneladas do metal outras 110 mil toneladas, somando 370 mil toneladas. Com este volume ultrapassaria a russa Norilsk, a campeã de níquel, com 296 mil toneladas ao ano. A nova capacidade da Vale virá dos projetos de Onça Puma, no Pará, e de Nova Caledônia, no Sul do Pacífico - com 50 mil e 60 mil toneladas ano, respectivamente. Com atividades suspensas devido a problemas operacionais, ambos voltam a operar em 2013.

Quando os grandes projetos entrarem em operação, o mundo será outro, na visão do executivo. "O planeta vivência uma mudança geopolítica dos países ocidentais para os orientais. Tailândia, Indonésia, Vietnã, além da China e uma porção de outras nações, vão ter um crescimento magnífico no médio prazo. E este cenário nos será favorável em futuro próximo", destacou Ferreira.

Programa estimula setor de madeira tratada - Janice Kiss – Valor Econômico. 27/07/2012

A Associação Brasileira dos Preservadores de Madeira (ABPM) lançou, com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da USP (SP), um programa de regulamentação com a criação do selo "Qualitrat", para tentar motivar um crescimento de 8% a 10% do ramo no ano.

O mercado de madeira tratada, constituído por cortes de pinus e eucaliptos provenientes de reflorestamento - e que passa por um processo de secagem seguido de um mergulho em substância que torna o produto imune ao ataque de fungos e insetos - é avaliado em R$ 600 milhões por ano, com a produção de 1,5 milhão de metros cúbicos.

Mas ainda é pouco quando comparado à comercialização de 30 milhões de metros cúbicos por ano, com madeiras de diferentes origens (inclusive de cortes ilegais) e sem tratamento para uso, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf). "É uma forma de proteger as empresas tratadoras de madeira em uma área que ainda mantém práticas à margem da legislação", diz Flavio Carlos Geraldo, presidente da entidade.

Segundo Geraldo, os maiores consumidores de eucalipto e pinus que passam por tratamento são a área rural (de 60% e 65% da produção), que os utilizam basicamente para a instalação de mourões nas propriedades, os setores elétricos (15%), para a instalação de postes, e o ferroviário (15%), com a implantação de dormentes. A construção civil consome apenas entre 5% e 10% do total, embora esteja em expansão.

O uso desse material, porém, custa 20% mais - varia de R$ 400 a R$ 1.500 o metro cúbico, conforme a finalidade - e o volume ainda está muito distante do consumo de 12 milhões de metros cúbicos dos EUA.

Das 45 empresas associadas à ABPM, as duas unidades da CBI Madeiras, localizadas em Minas Gerais e São Paulo, foram as primeiras a receber a certificação da associação, que leva em consideração as gestões ambiental e de qualidade nos processos de tratamento da madeira, entre outros itens. Seus 5 mil hectares de áreas reflorestadas com eucalipto e pinus rendem uma colheita de cerca de 40 mil metros cúbicos por ano.

"São muitas regras a serem cumpridas. Mas no final, é uma segurança para o produtor e para o cliente", diz Paulo Maciel, presidente da CBI. Ele se refere à proliferação de usinas de tratamento de madeira no país - atualmente são 250 unidades -, que nem sempre cumprem as exigências legais. Mas o empresário não perde o otimismo e compartilha com as expectativas de Flávio Geraldo, da ABPM. "O retorno não é do dia para noite. Mas daqui três anos o mercado vai se dar conta dos benefícios".

CNA prevê colheita recorde de soja no Brasil - Fernando Lopes – Valor Econômico. 27/07/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) acaba de divulgar que a área plantada com soja deverá alcançar 27 milhões de hectares nesta safra 2012/13, cuja semeadura terá início em meados de setembro.

Baseada no desempenho das vendas de insumos nos últimos meses, sobretudo fertilizantes, a estimativa, se confirmada, poderá permitir uma colheita recorde de 82 milhões de toneladas, ante as 66,4 milhões calculadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o já encerrado ciclo 2011/12, bastante prejudicado pela estiagem que derrubou a colheita na região Sul do país.

"O cenário externo favorável em termos de preços e as medidas de apoio anunciadas pelo governo federal estimularão o plantio", afirma, em comunicado, a senadora Kátia Abreu (PSD/TO), presidente da CNA.

A entidade pondera que o novo recorde previsto dependerá do comportamento do clima. Mas, como já informou o **Valor**, até agora a expectativa é de normalidade, o que fortalece a projeção.

No caso do milho, a CNA projeta uma queda de 10% na área plantada no verão. Na temporada 2011/12, de acordo com dados da Conab, foram 7,9 milhões de hectares, que renderam 34,9 milhões de toneladas, menos que o esperado inicialmente também por conta da seca na região Sul.

Para a segunda safra de milho, mais conhecida como "safrinha", a entidade prevê redução da área para 6,2 milhões de hectares, ante 7,2 milhões em 2011/12 (a colheita ainda está em andamento). Para a safrinha, a CNA projeta produção de 34 milhões de toneladas em 2012/13, ante as 34,5 milhões do ciclo 2011/12.

Commodities esperam alta – O Estado de São Paulo, Editorial. 28/07/2012

As exportações brasileiras de commodities agrícolas também têm sofrido com a retração da demanda internacional, embora menos que os produtos manufaturados. As perspectivas, porém, são de que essa situação venha a mudar, devido a fatores climáticos no exterior. Como reflexo da maior seca desde 1956 nos EUA, os preços dos principais ingredientes da ração animal, como o milho e o farelo de soja, estão em alta e isso deverá ter um efeito direto sobre a produção de carnes bovina, suína e de frango, como observa o Financial Times.

Exportador de todos esses produtos, o Brasil deverá se beneficiar com a elevação de suas cotações, podendo aumentar substancialmente a receita de divisas proveniente das vendas de commodities agrícolas, aumentando o saldo da balança comercial e, em decorrência, melhorando o desempenho das contas externas.

A gravidade da situação nos EUA já determinou um alerta do Departamento de Agricultura sobre o forte impacto da alta dos preços dos grãos sobre os das proteínas de origem animal. Segundo Larry Pope, presidente executivo da Smithfield Foods, "a carne bovina ficará cara demais para comer. A de suíno não ficará muito atrás, e a de frango está se aproximando rapidamente do mesmo patamar".

Em razão disso, crescem as oportunidades para o Brasil exportar para mercados normalmente abastecidos pelos EUA e até mesmo para vender produtos agrícolas para os EUA - o que é raro. De todos os produtos citados, o que vai melhor atualmente é o farelo de soja, o segundo maior item da pauta de exportações brasileiras, cujas vendas alcançaram US$ 11,939 bilhões no primeiro semestre deste ano, apresentando um crescimento de 35,54% em relação ao mesmo período do ano passado. Como importante componente de rações animais, esse produto tem ainda muito espaço para avançar.

Quanto ao milho, a safra 2011/2012 foi excepcional, produzindo um excedente exportável recorde, estimado pela consultoria Agroconsult em 12,2 milhões de toneladas, superando o maior nível obtido até agora (10,9 milhões de toneladas em 2007). Isso se deve, segundo a Abramilho, aos contínuos ganhos de produtividade dessa lavoura. As exportações do produto tradicionalmente aumentam no segundo semestre, e demanda não faltará, inclusive porque 40% da safra americana de milho será destinada à produção de etanol, de acordo com a programação em vigor de estímulo à produção de biocombustíveis, reduzindo o uso do cereal como ingrediente de rações animais. Diante da escassez da oferta no mercado americano, há a possibilidade de processadores de carne dos EUA adquirirem milho brasileiro para abastecer seus fornecedores.

Se, para esses dois produtos, as projeções são de continuidade de um avanço já captado pelas estatísticas, as perspectivas, com relação às carnes de frango, suína e bovina, são de recuperação. As exportações nacionais de carne de frango congelada ou fresca, embora tenham sido expressivas, carreando divisas no total de US$ 3,325 bilhões nos primeiros seis meses deste ano, apresentaram um decréscimo de 3,39% em valor em relação ao primeiro semestre de 2011.

As exportações de carne suína acusaram uma queda maior (6,52%) em faturamento, somando US$ 698,3 milhões. Contudo, as condições de concorrência no mercado

internacional tendem a melhorar e é possível que outros países levantem suas restrições sanitárias ao produto nacional, a exemplo do que já fez a Argentina.

Talvez a melhor perspectiva seja para a carne bovina. No primeiro semestre deste ano, as vendas do produto pouco ultrapassaram US$ 2 bilhões, registrando uma queda de 1,71% em comparação com a primeira metade do ano passado. Como o gado no Brasil é criado extensivamente em pastos, utilizando pouca ração animal, o setor pode oferecer preços internacionalmente competitivos.

Em vista disso, são hoje maiores as chances de que as exportações agrícolas nacionais, que foram de US$ 95 bilhões em 2011, ultrapassem a meta de US$ 100 milhões, prevista pelo Ministério da Agricultura.

A trajetória do agricultor que virou o rei da mandioca. Elenilce Bottari – O Globo. 29/07/2012

De menino da lavoura, onde trabalhava de sol a sol, João Lamônica tornou-se grande produtor rural e, todos os anos, retira da terra 1.500 toneladas de aipim

As mãos - que de tão calejadas não percebem o toque do arame farpado quando ele se encosta na cerca para conversar - antecipam que a história de vida de João Lamônica é áspera. Ele trabalha desde criança, de sol a sol, em roças de aipim e abóbora, em localidades distantes como Deserto Feliz e Caldeirão, em Praça João Pessoa, terceiro distrito de São Francisco de Itabapoana, no Norte Fluminense, a 368 quilômetros do Rio e a apenas seis do Espírito Santo. Aos 50 anos, com centenas de colheitas, este homem simples – que não sabe muito mais do que ler e escrever, mas conhece como ninguém a terra - é hoje o maior produtor de mandioca do estado.

Com o apelido de João Bambu (quando jovem, era muito magro), ele é o rei da mandioca da agricultura familiar, produção característica do Estado do Rio, que tem uma das menores áreas de cultivo do país. João colhe, em média, 1.500 toneladas do tubérculo e outras mil de abóbora por ano. Uma produção que lhe renderia mais de R$ 2 milhões, não tivesse ele que devolver parte do dinheiro à terra, na forma de novas lavouras. Outra parte é revertida para a pecuária, que hoje está em 400 cabeças de gado de corte.

- É uma tradição de família e, mesmo que não desse dinheiro, é o que a gente sabe fazer, né? - avalia.

Casado há 25 anos com a namorada de infância, Joselma, e com cinco filhos, de 15 a 24 anos, o lavrador de 1,80 metro de altura, olhos azuis e sorriso tímido conta que começou sua própria roça num terreno de cinco hectares (o equivalente a cinco campos de futebol). Hoje suas lavouras ocupam cerca de 200 hectares.

Apesar da vida difícil, ele garante que é feliz e que o segredo é trabalhar com a família. Ele passa a semana Casado há 25 anos com a namorada de infância, Joselma, e com cinco filhos, de 15 a 24 anos, o lavrador de 1,80 metro de altura, olhos azuis e sorriso tímido conta que começou sua própria roça num terreno de cinco hectares (o

equivalente a cinco campos de futebol). Hoje suas lavouras ocupam cerca de 200 hectares.

Apesar da vida difícil, ele garante que é feliz e que o segredo é trabalhar com a família. Ele passa a semana na roça. No domingo, ele e os filhos cuidam do gado.

- Fácil não é não, mas é gostoso, todo mundo unido, trabalhando, se divertindo. Posso dizer que, financeiramente, sou um homem realizado. Não precisava passar o dia na roça, mas gosto. Tudo o que está aqui eu plantei - diz ele, apontando para os 70 hectares de aipim que cultivou no início do ano.

- Quando eu era novo, nas folgas, apostava em rinha de galo. Hoje a gente sabe que é errado. Mas antigamente era o lazer aqui por essas regiões - conta, lembrando em seguida que o lazer neste domingo será bem diferente:

- Será o casamento de uma prima nossa. Então, vamos cuidar do gado no sábado - conta.

João vende toda a sua produção na própria roça, para o atravessador e amigo Amaro Gomes de Almeida, de 75 anos, que, dia sim, dia não, viaja cerca de seis horas para vender os produtos na Ceasa, em Irajá. Na última quarta-feira, João, Amaro e o industrial de tijolos e agropecuarista Antônio Franco Maris, proprietário de três hectares de terra em Deserto Feliz, comemoravam a boa safra da abóbora. Em apenas dois dias, João e alguns ajudantes recolheram cerca de 21 toneladas do fruto. E outras dez ainda serão colhidas em alguns dias.

- Eu estava preparando a terra para pasto, mas um amigo me disse que o capim não estava bom. Para não perder o que já tinha investido, chamei o João e arrendei para ele cultivar abóbora. Já tinha decidido que o lucro iria para os meus três filhos, que estão para me dar três netos - diz Antônio.

A razão para o sucesso da safra de Deserto Feliz veio da Bahia. O estado é grande produtor de abóbora, mas a agricultura da região foi afetada pela seca que castigou o Nordeste.

- A seca da Bahia deu bom preço para a abóbora de São Francisco. Esta aqui a gente está vendendo por R$ 1,20, o quilo - contou João que, nos últimos 30 dias, vem colhendo abóboras nos cerca de 100 hectares de roças arrendadas por ele e sua família.

Experiente, o agricultor observa que até o momento da venda é difícil garantir se uma safra dará certo:

- Em 2005, eu perdi uma lavoura de abóbora para uma chuva de pedra grande (granizo).

Ela valia R$ 150 mil e estava prontinha, só esperando madurar. Estive lá numa quarta-feira e, no sábado, não tinha uma folha de abóbora. Precisei vender uma propriedade às pressas para pagar minhas contas. Foi um período de derrota. Ai, dá até vontade de chorar - recorda-se.

João espera vender cerca de mil toneladas de mandioca no fim do ano. São Francisco de Itabapoana é o segundo maior do estado em extensão, só perdendo para Campos. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o município é o principal produtor de mandioca do estado.

MDA fortalece políticas públicas para jovens rurais no Plano Safra 2012/2013 – Site do MDA. 30/07/2012

Em agosto de 1986 nascia Lázaro de Oliveira Leite. Hoje, ele é o único agricultor familiar jovem a produzir plantas ornamentais, no município de Barbalha (CE). Lázaro é uma, entre as mais de oito milhões de pessoas, entre 15 e 29 anos, que habitam a região campesina do Brasil, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para estimular esta significativa parcela da população, que corresponde a 27% do meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reforçou as políticas públicas direcionadas à juventude rural no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. As novas medidas vão desde a ampliação na linha de crédito especializada até a inclusão produtiva sustentável, passando pela formação do jovem do campo.

"Neste Plano Safra conseguimos um recorte acentuado para a juventude rural. O governo tem mostrado grande preocupação com os jovens para evitar o êxodo rural, promovendo condições de permanência com qualidade", explica a assessora da Juventude do MDA, Ana Carolina Silva, para a alegria de Lázaro e outros jovens rurais. "É muito bom saber que o governo está preocupado com os jovens. Muitas vezes, eles crescem e não enxergam as possibilidades da vida no campo. É preciso que alguém os direcione", revela o jovem agricultor cearense.

As medidas adotadas vão de encontro à pauta de reivindicações dos principais movimentos sociais que representam a juventude rural brasileira. O coordenador da Pastoral da Juventude Rural, Paulo Mansan, destaca as principais: acesso à terra, emprego e renda, fomento financeiro, formação, cultura e lazer. Para Mansan, "só assim o Estado pode propiciar uma permanência qualitativa ao jovem no campo".

Pronaf Jovem

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na linha jovem, recebe acréscimo de R$ 3 mil e passa a financiar até R$ 15 mil, com juros de 1% ao ano. Nesse caso, o jovem agricultor familiar pode acessar o financiamento para desenvolver na propriedade da família algum projeto de inclusão produtiva, para conquistar independência e autonomia.

Quem conhece bem o Pronaf Jovem é Lázaro ou Lazim, como é conhecido na região. Em 2006, ele acessou R$ 9 mil e deu inicio à produção de palmeiras ornamentais. "Com o dinheiro, montei a estrutura da estufa em 500m², que meu pai me cedeu. Comprei embalagens e mudas para utilizar como matriz e comecei a trabalhar", explica o agricultor.

Um ano depois, ele acessou as linhas de custeio e investimento do Pronaf para estruturar a produção. “Com os R$ 29 mil pude fazer um poço e comprar kit de irrigação e adubos diversos”, conta. No início, Lazim comercializava na feira municipal e conseguia alcançar uma renda de, aproximadamente, R$ 500. Hoje, vende somente no atacado e garante, mensalmente, mais de R$ 1,6 mil “ Se eu vender de uma vez cinco caminhões de plantas, não acabo com o estoque que tenho”, comemora.

Ater Jovem

Outra resolução que promete surtir efeito positivo e direto na vida do jovem rural é a criação de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica, que vai atender, inicialmente, 10 mil jovens. Os agricultores que se enquadram na categoria e residem na Região Nordeste, como Lázaro, terão atenção especial, pois cinco mil deles serão beneficiados com a Ater articulada ao crédito do Pronaf Jovem.

O serviço de assistência técnica direcionado à juventude rural visa à criação de projetos de inclusão produtiva mais consistente, com o diferencial de tornar o jovem agricultor familiar ativo no processo de inclusão produtiva a ser realizado na propriedade. Da mesma maneira que ele será beneficiado, deverá diagnosticar a realidade local e saber identificar, junto à equipe técnica, o melhor tipo de produção para ele. Tudo baseado nas boas práticas como a produção orgânica e agroecológica.

Para a assessora de Juventude do MDA, a sustentabilidade é o grande diferencial. “Os jovens estão preocupados com o meio ambiente. Quando se faz qualquer debate sobre políticas públicas voltadas para juventude, esta linha está sempre em pauta”, salienta Ana Carolina. Já João Batista Begnami, consultor de Juventude e formação do MDA, aposta que é o intercâmbio que o serviço vai proporcionar. “Eles poderão sair de suas casas e conhecer propriedades onde existam projetos de sucesso implantados e utilizar a experiência como exemplo.”

Lazim, que é bolsista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) e atua no setor de criação de projetos, entende muito bem a importância de se ter uma Ater específica para os jovens e dá dica para aqueles que querem permanecer no campo. “Encontre algo que você goste para fazer dentro da sua propriedade, tudo o que você fizer é seu. Seja seu patrão e fique perto da sua família”, sugere.

Capacitação técnica

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 prevê a capacitação técnica da juventude por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – uma das linhas de ação adotadas pelo Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação (MEC). A linha foi pensada para gerar a inserção do jovens no processo de capacitação junto à elevação do grau de escolaridade. “Neste ano, espera-se capacitar cerca de 30 mil jovens. Com cursos que entendam a dinâmica territorial e dialoguem com a realidade deles”, afirma a assessora do MDA.

SPA promove Fórum para discutir a agricultura brasileira. Mônica Bidese – Site do MAPA. 30/07/2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, abriu o Fórum de Debates de Política Agrícola que discutiu a situação atual e as perspectivas para a agricultura brasileira. O evento reuniu técnicos do ministério, da Embrapa e da Conab, empresas vinculadas, nesta segunda-feira, 30 de julho, em Brasília. Mendes Ribeiro Filho destacou a importância do Fórum para a construção de políticas para o setor. "Estamos iniciando um trabalho que permitirá um debate mais profundo sobre o setor, de acordo com a necessidade", disse.

O palestrante, consultor e analista de mercado André Pessoa, falou sobre as expectativas e o comportamento do mercado, especialmente com relação à produção de milho e soja. Ele fez um breve relato do comportamento do mercado americano em relação às duas culturas e os reflexos para a economia mundial e brasileira, especificamente. Durante a exposição, Pessoa chamou atenção para a forte seca que castiga os Estados Unidos, uma das piores desde 1956, e dos reflexos disso, especialmente nos preços do milho. A produção estimada do produto de 376 milhões de toneladas para essa safra foi rebaixada para 300 milhões de toneladas, podendo cair ainda mais, segundo ele.

O impacto disso no mercado brasileiro será a compra de milho pelos americanos. Com os preços elevados, o mercado se torna atraente para os produtores, pelo menos neste cenário e não está afastada a possibilidade de o Brasil se tornar grande exportador do produto, junto com a soja. "Mesmo com as exportações em alta, não teremos problema de abastecimento de milho à vista. Nosso país vive uma situação privilegiada pela elevada estocagem que dispõe do produto", ressaltou. Na avaliação do consultor, os preços serão os vilões do mercado mundial e o Brasil terá de trabalhar estratégias de gestão para escoar os estoques, concentrados na maioria no Centro-Oeste, para as demais regiões do País, especialmente o Sul, a preços competitivos.

A situação da soja também é promissora com estimativas positivas de produção de 66,37 milhões de toneladas (t) na atual safra. No longo prazo, os prognósticos também são bons com projeções de produção de 120 milhões de toneladas em 2021/22 para a soja e 100 milhões de t para o milho. Para chegar a esses patamares, no entanto, Pessoa chamou atenção para a necessidade de trabalho conjunto entre governo e iniciativa privada. "Precisaremos trabalhar muito para chegar nesses níveis. O conjunto do agronegócio terá um grande desafio pela frente", disse.

O Fórum foi uma iniciativa da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do ministério e até o final deste ano ocorrerão outros dois encontros, em setembro e novembro. Segundo o secretário da SPA, Caio Rocha, são voltados à área técnica que é quem constrói as políticas agrícolas brasileiras.

Clique aqui para baixar áudio do ministro Mendes Ribeiro Filho sobre o Fórum. Clique aqui para baixar áudio do secretário Executivo do Mapa, José Carlos Vaz, sobre o Fórum.

Índios apostam na produção de alimentos em projeto da Embrapa – Site do MAPA. 30/07/2012

Guajajaras adotam produção de alimentos em áreas de até 1.200 metros quadrados

Os índios guajajaras e gaviões, das 49 aldeias do município de Amarante do Maranhão, a 835 quilômetros a oeste de São Luís, terão agora a oportunidade de melhorar a qualidade de vida a partir da produção de alimentos em sistema integrado, em áreas de até 1.200 metros quadrados.

Manoel Bandeira Gavião, 27 anos, Bernardo Guará Gavião, 22 anos, Ozeas Guajajara, 38 anos e Daniel Sousa Guajajara, de 26 anos, foram treinados este mês pela Embrapa Meio-Norte, no município de Parnaíba, a 348 quilômetros ao norte de Teresina, e são agora multiplicadores de informações sobre o sistema.

Eles voltaram às aldeias capacitados para instalar unidades piloto do Sistema Alternativo à Produção Integrada de Alimentos, através do Projeto Arco Verde, do Governo Federal, na Amazônia Legal. Os índios são assessorados pelos pesquisadores Luiz Guilherme, Laurindo Rodrigues e Janaína Kimpara, responsáveis pela ação.

Esse sistema, que tem na criação de peixes o coração da cadeia produtiva, é a esperança dos guajajaras e gaviões para aumentar a oferta de alimentos. As 49 aldeias sofrem com o desmatamento e a escassez de alimentos. “Esperamos melhorar a nossa alimentação e passar ensinamentos para os mais jovens”, diz Ozeas Guajajara.

Sistema integrado

O sistema instalado em uma unidade demonstrativa piloto na Embrapa, em Parnaíba, consiste em um tanque de piscicultura; um galinheiro; um minhocário; uma hidroponia; e um abrigo para compostagem ; além de uma horta periférica. O tanque de piscicultura tem capacidade para 5000 litros, e funciona com um sistema de recirculação de água.

A capacidade de produção é de 25 quilos de tilápia em 3 ciclos por ano. Os peixes podem pesar de 150 a 200 gramas ao final de cada ciclo. Todo o sistema, segundo o pesquisador Luiz Guilherme, reutiliza a água do tanque de piscicultura, o que reduz os custos de produção e aumenta a oferta de alimentos.

Desmatamento e confrontos

Amarante do Maranhão tem uma área de 7,6 milhões de quilômetros quadrados e uma população de 38 mil habitantes, segundo o IBGE. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,582, um dos mais baixos do País. A economia gira em torno da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e do comércio.

Cerca de 54 por cento do território do município são reservas indíginas dos guajajaras, gaviões e krikatis. A área dos guajajaras e gaviões é em torno de 42 mil hectares. Juntas, as duas etnias têm cerca de 8 mil índios em Amarante do Maranhão. A vida deles sempre foi marcada por confrontos e mortes com caçadores, fazendeiros e madeireiros.

Com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o Ministério do Meio Ambiente divulgou, em 2008, um ranking com os 43 municípios da Amazônia Legal que foram campeões em desmatamento naquele ano. Amarante do Maranhão estava lá na 42ª posição. Para fazer o levantamento, os técnicos do INPE consideraram áreas que sofreram corte raso – desmate completo – ou degradação progressiva.

Contag e Feraesp divulgam nota esclarecendo matéria sobre compromisso nacional – Site da Contag. 30/07/2012

No dia 21 de julho de 2012 o jornal O Globo publicou uma matéria intitulada COMPROMISSO PARA GRINGO VER, do jornalista Lino Rodrigues, denunciando que 60 das 169 empresas verificadas que receberam o selo estão respondendo a processos envolvendo irregularidades nas relações trabalhistas. Ressalta que o selo é parte do esforço do Governo para promover a venda do etanol brasileiro no exterior como sustentável e responsável, como uma forma de livrar as empresas do estigma do trabalho escravo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS DE SÃO PAULO - FERAESP vêm a público esclarecerem que participam do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar por entender que o Compromisso Nacional fortalece o diálogo social, incluindo trabalhadores, empregadores e Governo, visando contribuir na superação das péssimas condições de trabalho no campo.

A CONTAG e FERAESP compreendem que o Compromisso Nacional é um processo em construção e longe do seu fim, não podendo ser desconsiderados os diversos avanços nas condições de trabalho dos assalariados e assalariadas rurais do setor sucroalcooleiro, entretanto, têm consciência de que ainda há um longo caminho a se percorrer para efetivamente aperfeiçoar as condições de trabalho no campo.

Para a CONTAG e FERAESP o Compromisso Nacional jamais substituiu ou substituirá qualquer mecanismo de fiscalização do Estado ou da própria sociedade, nem diminuiu a sua capacidade de atuação, ao contrário, conta com a ajuda desta fiscalização para que efetivamente as condições de trabalho no campo se aperfeiçoem e, consequente mente, melhorem a vida do trabalhador e da trabalhadora rural.

Nenhuma empresa que adquiriu o selo da verificação do Compromisso terá garantia de mantê-lo, que não pela efetiva manutenção das boas condições de trabalho constatadas no momento da verificação e que continuarão sendo verificadas pelos Sindicatos e pelos demais órgãos de fiscalização.

A CONTAG e FERAESP não descartam a possibilidade de que algumas empresas que receberam o selo descumprirão os termos do Compromisso Nacional ou outras obrigações previstas em lei, destacando que nestes casos há um procedimento na própria mesa de diálogo que garante a perda do selo e a exclusão da lista positiva das empresas caso sejam constatadas irregularidades.

Importante destacar que as autuações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho e ou o Ministério do Trabalho decorrentes de irregularidades encontradas junto à estas

empresas, se forem do conhecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais serão denunciadas na Mesa de Diálogo Nacional.

A melhoria das condições de trabalho é urgente e necessária, o que requererá não só o Compromisso Nacional, mas a eficiência e eficácia da atuação do Ministério Público do Trabalho, bem como da Fiscalização do MTE. Esses órgãos e mecanismos devem se somar para efetivamente garantir a existência de trabalho decente não somente no setor sucroalcooleiro, mas sim em todo o meio rural.

Outro aspecto do Compromisso Nacional que precisa ser observado, são as responsabilidades de construção de políticas públicas do Governo Federal previstas no referido acordo, a saber:

- Assegurar a adequação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

- Ampliar progressivamente os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação de trabalhadores para o cultivo manual da cana-de-açúcar;

- Promover a alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar;

- Promover a qualificação e requalificação dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar, com vistas a sua reinserção produtiva.

Estes elementos foram enfrentados pelo Governo Federal com passos muito tímidos ou quase inexistentes. Para a CONTAG e FERAESP, as Políticas Públicas compromissadas pelo Governo Federal são imprescindíveis para que quase 0,5 (meio milhão) de trabalhadores no cultivo da cana possam melhorar sua condição de vida, ou melhor, para que tenha garantida a sua sobrevivência já que a maioria destes trabalhadores perderão seus postos de trabalho em razão da mecanização.

O Governo precisa mostrar que sua participação no Compromisso de fato pode garantir que esse trabalhador tenha o direito efetivo de alfabetização, qualificação e reinserção no mercado de trabalho e, consequentemente, à sobrevivência.

Como dito, o Compromisso Nacional é uma experiência inicial de diálogo social, uma tentativa de pensar políticas públicas também para os empregados, dentro de um processo progressivo de construção seja de melhoria das condições de trabalho, seja na melhora das condições de vida de nossos trabalhadores.

Nós, representantes dos trabalhadores, entendemos que todo esforço, público ou privado, que vier somar no sentido de melhorar as condições de trabalho desses empregados será muito bem vindo.

Por fim, cumpre destacar que a CONTAG e FERAESP entendem que as empresas que adquiriram o selo e garantirem a sua manutenção melhorarão sua imagem no mercado interno e internacional, o que logicamente lhe proporcionará ganhos econômicos, todavia, este selo jamais protegerá ou modificará imagem daquelas empresas que

fizerem uso de trabalho escravo ou violarem outros direitos dos trabalhadores, já que esta conduta provocará a perda do selo e a exclusão da lista positiva.

Brasil Carinhoso chega a mais 57 mil famílias em julho. Roseli Garcia – Site do MDS. 30/07/2012

Benefício destinado a famílias com crianças de até 6 anos visa superar a extrema pobreza na primeira infância. Ação do Plano Brasil Sem Miséria complementa a renda de quem recebe até R$ 70 por pessoa ao mês, caso de Roziane Oliveira, de Juiz de Fora

Brasília, 30 – Um montante de R$ 1,8 bilhão está sendo destinado à população pobre até 31 de julho pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o pagamento do Bolsa Família. Desse total, R$ 169,8 milhões são do Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), pago a 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos e renda mensal por pessoa inferior a R$ 70.

Em julho, mais 57,6 mil famílias começaram a receber o BSP, que integra a ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil Sem Miséria. O crescimento equivale a recursos da ordem de R$ 5 milhões. "Esse aumento se deve à inclusão de famílias que atendem ao critério do benefício", explica o diretor da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Walter Emura.
O novo benefício do programa de transferência de renda visa fazer com que essa parcela da população ultrapasse a linha da extrema pobreza. O valor corresponde à soma necessária para que a renda da família ultrapasse R$ 70 por pessoa, incluindo crianças e adultos.

O dinheiro extra do Brasil Carinhoso recebido pela beneficiária Roziane Lúcia Ferreira de Oliveira, 29 anos, de Juiz de Fora (MG), representou mais comida na mesa. "Fiquei muito alegre quando fui receber R$ 198 e sai com R$ 375. Passei no supermercado e fiz compras", conta Roziane. Com mais dinheiro, ela pode incluir itens como frutas e iogurte para alimentar os quatros filhos, com idades entre 3 e 14 anos.

Com o marido desempregado ou fazendo bicos, a beneficiária da cidade mineira usa os recursos do Bolsa Família para comprar leite, fralda e material escolar. O principal investimento da família é na alimentação. Ela viu a renda aumentar, mas não sabia que os motivos eram o filho de 3 anos, Samuel de Oliveira, e a renda por pessoa inferior a R$ 70.

Roziane Oliveira reconhece a importância da frequência escolar e, durante a semana, cuida para que os filhos não faltem às aulas. O único período em que eles não cumpriram os índices exigidos foi em 2009. Ela lembra que à época a família estava num abrigo distante da escola. Nos fins de semana, a beneficiária deixa as crianças com o marido, Geelson Inácio de Oliveira, 32 anos, e vai vender vassouras para reforçar o orçamento familiar.

Benefícios – Com o pagamento do BSP iniciado em junho, o Bolsa Família passou a ter quatro benefícios diferentes, que podem ser somados de acordo com o perfil do público atendido: o BSP, o básico de R$ 70 destinado também às famílias extremamente pobres – independentemente de terem filhos ou não –, o variável de R$ 32 por criança de até 15

anos, gestante e nutriz, limitado a cinco, e o variável de R$ 38 vinculado aos jovens de 16 e 17 anos, limitado a dois. As famílias pobres, ou seja, com renda entre R$ 70 e R$ 140, recebem somente os valores referentes a crianças e adolescentes.

Bolsa Família - Folha de pagamento de julho/2012

Estado	Quant Famílias	Valor Total (R$)	Valor Médio (R$)	Benefício Brasil Carinhoso	
				Quant	Valor (R$)
AC	68.713	11.956.612,00	174,01	16.449	2.059.574,00
AL	429.572	59.335.878,00	138,13	68.060	5.510.120,00
AM	325.653	52.270.550,00	160,51	69.683	6.474.734,00
AP	52.683	8.506.102,00	161,46	9.208	868.904,00
BA	1.766.482	237.446.682,00	134,42	291.339	23.585.448,00
CE	1.085.023	146.211.590,00	134,75	179.703	14.913.794,00
DF	84.356	9.872.538,00	117,03	5.543	497.060,00
ES	193.896	24.506.950,00	126,39	17.604	1.394.932,00
GO	334.691	42.686.164,00	127,54	30.626	2.512.768,00
MA	932.626	138.137.259,00	148,12	198.682	16.539.272,00
MG	1.163.515	150.338.630,00	129,21	127.972	11.227.770,00
MS	135.501	18.220.378,00	134,47	17.932	1.699.978,00
MT	175.645	23.148.694,00	131,79	19.646	1.705.246,00
PA	792.445	119.211.596,00	150,44	137.156	11.702.530,00
PB	495.080	67.213.944,00	135,76	89.256	7.623.464,00
PE	1.129.561	148.554.834,00	131,52	164.963	12.998.906,00
PI	442.876	61.628.411,00	139,16	96.034	7.922.988,00
PR	435.481	53.936.258,00	123,85	37.171	3.199.030,00
RJ	767.640	101.433.648,00	132,14	105.658	8.937.830,00
RN	354.240	46.845.554,00	132,24	53.344	4.494.232,00
RO	112.267	15.252.008,00	135,85	13.404	1.046.140,00
RR	46.373	7.161.207,00	154,43	8.796	781.906,00
RS	451.801	58.454.416,00	129,38	52.546	4.460.004,00
SC	140.408	18.358.058,00	130,75	14.350	1.403.220,00
SE	259.229	34.954.617,00	134,84	38.461	3.061.102,00
SP	1.215.035	153.179.770,00	126,07	126.625	11.074.558,00
TO	133.331	18.881.658,00	141,61	22.069	2.125.098,00
Total Geral	13.524.123	1.827.704.006,00	135,14	2.012.280	169.820.608,00

O pagamento de todos os 13,5 milhões de famílias atendidas será liberado até 31 de julho, mas os valores ficam disponíveis para saque nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal por 90 dias. Os recursos não sacados nesse período retornam ao orçamento do MDS.

A maior parte do público do Brasil Carinhoso e do Bolsa Família está concentrado nas regiões Norte e Nordeste. A Bahia tem o maior número de BSP e, consequentemente, recebe volume mais expressivo de recursos: R$ 23,5 milhões. Em seguida, aparecem Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Além de transferir renda, o Bolsa Família exige frequência à escola e visita aos postos de saúde a cada semestre. As duas contrapartidas são acompanhadas pelos municípios e pelos ministérios da Saúde e da Educação, parceiros do MDS na gestão do programa. Essas exigências contribuem para melhorar a situação de vida das futuras gerações. Para evitar a perda do benefício, é preciso também atualizar os dados cadastrais a cada dois anos. Neste ano, 1,5 milhão de famílias precisam renovar o cadastro até dezembro.

Espanhola Agritecno desembarca no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 31/07/2012

A Agritecno, empresa espanhola que atua no segmento de aminoácidos e micronutrientes para o setor agrícola, desembarcou no Brasil por meio de uma joint venture com a Aspebio Brasil Comércio e Importação de Agroquímicos. A nova companhia aportou no país com perspectivas positivas de crescimento na comercialização de fertilizantes especiais que otimizam a nutrição das plantas. A meta é aumentar em dez vezes o faturamento com as vendas no Brasil em cinco anos.

A Aspebio atua como uma subsidiária da Agritecno, que está presente em cerca de 40 países e pertence ao também espanhol grupo Dadelos, fabricante e distribuidor de matérias-primas para as indústrias alimentícia e animal e de formuladores de fertilizantes. Considerada uma companhia de médio porte no segmento, a Agritecno fatura cerca de € 30 milhões por ano, de acordo com Miguelangelo Barros Basso, diretor de vendas e operacional da Aspebio/Agritecno.

Basso conta que a empresa espanhola foi criada há nove anos de olho em fertilizantes de alta concentração "complexados" com aminoácidos, que são produzidos a partir de cereais. O processo de "complexar" os produtos consiste em evitar a perda de nutrientes por parte da planta. Os dez produtos de solo e foliares comercializados no Brasil ainda são importados.

O diretor da Aspebio/Agritecno expõe que a meta é vender neste primeiro ano no Brasil cerca de R$ 5 milhões, com volume de 200 mil litros dos produtos - 2% das exportações totais da Agritecno, de 10 milhões de litros. As operações começaram oficialmente em dezembro de 2011, embora o processo de registro de produtos tenha começado há três anos. O plano é crescer 900% daqui a cinco anos e atingir R$ 50 milhões em vendas no país.

Basso acredita que a demanda por estes produtos tende a aumentar, já que, na sua avaliação, somente com o uso de fertilizantes especiais e com manejo especializado de pragas e doenças é possível ter grandes saltos na produtividade agrícola. A estratégia também permite o cultivo de duas a três safras de ciclo curto por ano.

O mercado de fertilizantes especiais e outros produtos de nutrição cresceu a uma taxa de 10% nos últimos dez anos no Brasil, segundo Gilberto Pozzan, diretor de fertilizantes foliares da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo). A associação deve fazer um levantamento mais preciso sobre o mercado, que chegou a ser estimado em aproximadamente R$ 2 bilhões ao ano somente o segmento de micronutrientes.

Pozzan explica que, além dos micronutrientes, os extratos vegetais e os aminoácidos contribuem para uma melhor defesa vegetal e para o equilíbrio da nutrição da planta, como vitaminas. Ele lembra que o segmento tem atraído investimentos de fundos e empresas de defensivos.

MDA debate extensão rural com representantes de trabalhadores de Ater – Site do MDA. 31/07/2012

Nesta quarta-feira, 1°, o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Argileu Martins da Silva, fala aos representantes dos trabalhadores da ater pública de 23 estados brasileiros sobre os resultados da 1ª Conferência Nacional de Ater (Cnater) e as ações e encaminhamentos gerados a partir do evento. Argileu participa da reunião do Conselho Deliberativo da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser), que começa nesta quarta-feira e vai até sexta-feira, 3, em Fortaleza (CE).

"O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma estratégia montada pós-conferência. Estamos discutindo no âmbito do Comitê de Ater um conjunto de procedimentos administrativos, como a reformatação das chamadas públicas até a proposição de alteração da Lei de Ater, justamente para implementar as diretrizes que vieram da conferência", diz o diretor, resumindo algumas das questões que vai abordar na reunião. "Além disso, o ministério está criando uma comissão interna para tratar de processos que vão contemplar essas diretrizes propostas durante a Cnater. O Dater criou um grupo de trabalho operacional para isso", detalha Argileu.

Segundo o diretor do Dater, a Ater que o MDA coordena vai continuar focando o conjunto da agricultura familiar, em que estão também os extrativistas, comunidades quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, mulheres e jovens. “O trabalho vai estar em aperfeiçoamento permanente de modo que o agricultor receba o melhor serviço de ater possível e disponível em seu município", afirma Argileu.

Ao longo de três dias de evento, a Faser vai discutir temas como o salário do extensionista, um fundo de financiamento para Ater, a criação da entidade nacional e de um sistema de Ater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), além de questões internas da entidade. Existem hoje 25 mil trabalhadores de extensão rural no país. Desse total, 16 mil atuam diretamente no campo, no dia a dia dos agricultores familiares. "São questões que envolvem o interesse de extensionistas de todo o Brasil", assegura o coordenador-geral da federação, Álvaro Afonso Simon.

Não haverá retrocesso na lei trabalhista no setor rural, garante Brizola Neto. Igor Felippe Santos – Site do MST. 31/07/2012

O ministro do Trabalho, Brizola Neto, garantiu que o governo federal não vai ceder à pressão da bancada ruralista para flexibilizar a legislação e retirar os trabalhadores rurais do regime de contratação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nesta segunda-feira (30/7), em uma entrevista coletiva concedida a blogueiros progressistas, em São Paulo.

“Não há a menor possibilidade de governo fazer um retrocesso que seria não aplicar a CLT aos trabalhadores rurais. Não aceitamos nem discutir esse processo”, disse Brizola Neto.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) tem como prioridade a revisão da legislação trabalhista para o campo, depois da aprovação das mudanças no Código Florestal. Em maio, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, fez uma reunião com o ministro para discutir o tema.

"A precarização do trabalho é mais forte no campo do que nas áreas urbanas", avalia o ministro. "No campo, a situação é mais grave. É mais difícil para fiscalizar e para identificar a relação degradante de trabalho".

Brizola Neto afirmou que não haverá retirada de direitos, uma vez que o trabalho deve ser protegido pelo Estado por ser o elo mais fraco na relação com o capital. O ministro defendeu a CLT, disse que a legislação trabalhista nunca foi um empecilho para o desenvolvimento econômico nacional e ajudou a criar as bases da construção de um Brasil moderno e industrializado.

"Temos compromisso com o desenvolvimento da economia nacional e com a competitividade das nossas empresas, mas o caminho não é o sacrifício de direitos e garantias. O caminho é o contrário, da afirmação dos direitos, garantias e de condições do desenvolvimento do trabalho, que é o grande fator de geração da riqueza nacional", acredita.

Brizola Neto disse que será necessário fazer mudanças na Lei da Agricultura Familiar, que apresenta contradições com a CLT. "Existe uma Lei da Agricultura Familiar, que em determinados pontos se confronta com a CLT. Haverá que ter ajustes na lei", disse o ministro.

Segundo o ministro, é necessário diferenciar na lei a produção familiar de um empreendimento capitalista. "A gente entende a importância da agricultura familiar, que abastece 70% da mesa do povo brasileiro, faz uma produção no campo que não vira perda internacional e emprega, gerando 80% dos empregos no meio rural", disse.

Participaram da entrevista, concedida na sede do Ministério do Trabalho em São Paulo, Luiz Carlos Azenha, do blog Vi o Mundo, Paulo Salvador, da Rede Brasil Atual; Wagner Nabuco, da Caros Amigos; Altamiro Borges, do blog do Miro e Eduardo Guimarães, do blog da Cidadania.

Ana Primavesi recebe principal prêmio internacional da agricultura orgânica – Site do MST (Terra de Direitos). 31/07/2012

Dona Ana Primavesi, uma das pioneiras do movimento orgânico no Brasil, acaba de ser agraciada com uma importante homenagem. A Ifoam (International Federation of Organic Agriculture Movements) vai premiá-la com o One World Award, o mais importante prêmio da agricultura orgânica no mundo. Instituído em 2008, a Ifoam tem dado o One World Award, a cada dois anos, a ativistas da área orgânica em nível mundial.

São pessoas cujo trabalho voltado à agroecologia impacte positivamente a vida de agricultores, sobretudo os mais desfavorecidos. Em 2008, quem ganhou o prêmio foi o

veterinário e professor alemão dr. Engelhard Boehncke, por seus trabalhos em relação à criação orgânica de animais e bem-estar animal.
Há dois anos, o ganhador foi o indiano pioneiro em agricultura orgânica sr. Bhaskar H. Salvar, que, logo no início da década de 1950, se contrapôs à Revolução Verde, ensinando agroecologia aos agricultores em contraposição aos agroquímicos. Este ano, nossa querida doutora Ana Primavesi será a agraciada.

Dra. Ana, engenheira agronônoma especializada em solos, foi escolhida pelo grande impulso que deu aos movimentos agroecológicos não só no Brasil, como na América Latina, contribuindo, segundo os organizadores, para moldar um paradigma alternativo à agricultura industrial.

O prêmio é financiado pela Rapunzel, empresa alemã voltada ao processamento e à comercialização de produtos orgânicos, como cereais, chocolates, massas, molhos e frutas secas. A entrega da homenagem será feita na Alemanha, na cidade de Legau, sede da Rapunzel, em noite de gala no dia 14 de setembro. A celebração será testemunhada por mais de mil pessoas da região e do exterior, entre elas a Prêmio Nobel Alternativo da Paz a indiana Vandana Shiva – que esteve recentemente no Brasil, por ocasião da Rio+20.

Dra. Ana, informa sua filha, Carin, participará da entrega pessoalmente. Mas, em sua modéstia, respondeu com a seguinte frase: “Não é nada extraordinário. Simplesmente estão escolhendo uma pessoa de outro continente”. Realmente é muita modéstia da parte de quem fez tanto pelo meio ambiente e pela agroecologia.

Para o professor aposentado da Esalq-USP, Adilson Paschoal, especializado em agroecologia, “não poderia haver notícia mais alvissareira”. “Dra. Ana representa a luta em prol da natureza e de uma agricultura de fundamento ecológico e social acima dos interesses econômicos imediatistas”, disse. “Ela faz jus ao prêmio que receberá, pelo desempenho de décadas de trabalho incansável, de mestra de tanto conhecimento que, moldada pelo sentimento humanitário e de modéstia, sempre se apresentou em grandes e importantes eventos científicos como ‘agricultora’”, destaca o professor Paschoal

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Karina Kato, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa